

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

SISBI/UFU



1000228592

PATRÍCIA BORGES DE OLIVEIRA

**COMPETITIVIDADE EXTERNA E SALDOS COMERCIAIS DA INDÚSTRIA
AGROALIMENTAR NO BRASIL**

UBERLÂNDIA
2005

PATRÍCIA BORGES DE OLIVEIRA

MON
338,43(81)
019.C
TES/MEM

**COMPETITIVIDADE EXTERNA E SALDOS COMERCIAIS DA
INDÚSTRIA AGROALIMENTAR NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao
Instituto de Economia,
Universidade Federal de
Uberlândia, sob orientação do
Professor Doutor Clésio
Lourenco Xavier.

**UBERLÂNDIA
2005**

Dissertação defendida e aprovada em 09 de Maio de 2005 pela banca
examinadora:

Prof. Dr. Clésio Lourenço Xavier (IEUFU)

Orientador

Prof. Dr. José Maria Ferreira Jardim da Silveira (UNICAMP)

Examinador

Prof. Dr. Flávio Vilela Vieira (IEUFU)

Examinador

Profª. Drª. Vanessa Petrelli Corrêa

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia

Uberlândia- Minas Gerais

2005

A minha família e aos meus amigos,
com todo o carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Clésio Lourenço Xavier, por ter aceitado o desafio de me orientar neste trabalho após a ida do prof. Márcio Holland para os Estados Unidos e sobretudo por sempre ter me recebido em sua sala carinhosamente.

À minha família por ter me incentivado sempre e em especial meu agradecimento as duas mulheres mais importantes da minha vida: mamãe e vovó.

Ao prof. Márcio Holland pelo interesse constante no meu tema de trabalho e pela sua amizade. Mais que isso: obrigada pela oportunidade de ter participado de importantes projetos de pesquisa científica nesta casa e por tudo o mais. Não fosse isso, não estaria desenvolvendo hoje este trabalho.

À Monalise por ter me auxiliado sempre que precisei de uma palavra carinhosa e por não ter me faltado nas horas mais difíceis. Sua amizade estará para sempre guardada em meu coração.

Aos meus dois grandes amigos de mestrado Fernando Dalbão Carvalho e Thaís Alves Guimarães por serem tão companheiros nesta etapa de minha vida.

À Luciane e Pauliana minhas melhores amigas da graduação que sempre me incentivaram e colaboraram de sobremaneira para o desenvolvimento desta dissertação de mestrado.

Aos alunos bolsista do NEA pelo ambiente agradável de trabalho e, em especial à Samanha, por sua dedicação sempre que solicitada por mim.

À Ozanete pela amizade e por permitir que utilizasse o laboratório de informática do seu colégio (Colégio Zênite em Itumbiara-GO) para que pudesse redigir esta dissertação.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica e a natureza dos principais produtos do setor agroalimentar brasileiro no período recente (1997 a 2002), conforme análises dos índices de competitividade - *market-shares* (MS), vantagens comparativas reveladas (VCR) e índice de contribuição ao saldo (CS) e matriz de competitividade - conforme classificação SITC (*Standard International TradeClassification*), em nível de agregação basicamente a 4 dígitos. Nossa conclusão mais relevante, a partir de uma análise da competitividade e do padrão de especialização dos principais setores agroalimentares brasileiros através dos indicadores de competitividade MS, VCR, CS e matriz de competitividade, indicam que mesmo com elevadas vantagens comparativas e *market-shares*, esses setores apresentam uma baixa contribuição ao saldo comercial do país devido a não convergência desses produtos à dinâmica do mercado internacional. Em outras palavras, verificou-se que as exportações dos setores agroalimentares selecionados (soja, carnes, suco de laranja, café e açúcar) tem aumentado em produtos cuja participação no mercado internacional está diminuindo ou mesmo regredindo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Inflação – IGP-DI Mensal (1990-2004).....	13
Gráfico 2 - Relação entre a Taxa de Juros-Over/Selic e a Taxa de Câmbio-Efetiva Real Mensal (07/1994-09/2004).....	13
Gráfico 3 - Brasil: Exportações Agrícolas Totais em US\$ milhões FOB(1992-2001).....	16
Gráfico 4 - Soja em Grão - Valor Exportado em US\$ Milhões (1997-2002).....	28
Gráfico 5 - Complexo Soja - quantidade produzida em Ton.....	31
Gráfico 6 - Óleo de Soja - Valor Exportado em US\$ Milhões (1997-2002).....	34
Gráfico 7 - Brasil: Carnes e seus principais segmentos- Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002).....	35
Gráfico 8 - Brasil: Carnes e seus derivados - Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002).....	36
Gráfico 9 - Brasil: Carne do Frango - Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002).....	41
Gráfico 10 - Brasil: Carne Bovina - Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002).....	42
Gráfico 11- Brasil: Açúcar - Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002).....	45
Gráfico 12 – Evolução do preço do açúcar demerara em Nova York em centavos de US\$/libra peso (1997/98 – 2002/03).....	46
Gráfico 13 – Suco de Laranja Brasileiro - Produção x Preços.....	48
Gráfico 14 – Suco de Laranja Brasileiro - Valor Exportado, em US\$ milhões (1997-2002).....	49
Gráfico 15 – Café em Grão- Valor Exportado, em US\$ milhões (1997-2002).....	52
Gráfico 16 – Brasil: Café Não Grão- Valor Exportado, em US\$ milhões (1997-2002).....	53
Gráfico 17 – Brasil: Market-Share do Setor Suco de Laranja (1997-2002).....	69
Gráfico 18 – Brasil: Market-Share do Setor Açúcar (1997-2002).....	71
Gráfico 19 – Brasil: Market-Share do Setor Café (1997-2002).....	73
Gráfico 20 – Brasil: Market-Share do Setor Soja (1997-2002).....	75
Gráfico 21 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Suco de Laranja (1997-2002).....	82
Gráfico 22 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Açúcar (1997-2002).....	84
Gráfico 23 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Café (1997-2002).....	85
Gráfico 24 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Soja (1997-2002).....	87
Gráfico 25 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Suco de Laranja (1997-2002).....	95
Gráfico 26 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Açúcar (1997-2002).....	97
Gráfico 27 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Café (1997-2002).....	99
Gráfico 28 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para a Soja em Grão (1997-2002).....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Exportações dos Principais Complexos Agropecuários em US\$ milhões (1997-2002).....	15
Tabela 2 - Valor das Exportações, Importações e Saldo Comercial do Agronegócio Brasileiro e Demais Setores em US\$ milhões (1997-2002).....	19
Tabela 3 - Evolução das Taxas de Crescimento do PIB*Brasil (1995-2003).....	20
Tabela 4 – Brasil: Participação nas exportações mundiais, totais e agrícolas em US\$ milhões(1997-2002).....	21
Tabela 5 - Evolução da Balança Comercial Brasileira em US\$ Milhões Fob (1995-2003).....	21
Tabela 6 – Potencial de produção de grãos no Brasil (1997/98-2002/03).....	23
Tabela 7 – Soja: Oferta e Demanda Mundiais em milhões de toneladas (1997/98-2002/03).....	26
Tabela 8 – Comércio Internacional e Oferta Mundial de Soja em Grão em milhões de toneladas (1997/98-2002/03).....	26
Tabela 9- Soja: Comparação entre os principais países produtores (1997/98-2002/03).....	27
Tabela 10 – Consumo Mundial de Soja em Grão em milhões de toneladas (1997/98 - 2002/03)	29
Tabela 11 – Farelo de Soja: Oferta e Demanda Mundials em milhões de toneladas (1997/98-2002/03).....	30
Tabela 12 – Complexo Soja: Balanço da Oferta e Domanda Brasileira em milhões de toneladas (1997/98-2003/04).....	30
Tabela 13 – Consumo Mundial de Farelo de Soja em milhões de toneladas (1997/98-2002/03).....	31
Tabela 14 – Consumo Mundial de Óleo de Soja em milhões de toneladas (1997/98-2002/03).....	32
Tabela 15 – Comércio Internacional de Óleo de Soja em milhões de toneladas (1997/98-2002/03).....	33
Tabela 16 – Balanço Mundial da Suinocultura em milhões de toneladas (1997 – 2002).....	37
Tabela 17 - Balanço da Suinocultura no Brasil (1993-2001).....	38
Tabela 18 – Produção Mundial de Carne de Frango em milhões de toneladas (1997 – 2002)....	39
Tabela 19 – Balanço da Avicultura Brasileira: Carne de Frango (1993-2001)	40
Tabela 20 - Exportações Brasileiras de Frango* Por Destino (1998-2001).....	41
Tabela 21 - Balanço Mundial de Carne Bovina em milhões de toneladas (1997-2002).....	43
Tabela 22 - Balanço da Bovinocultura no Brasil em milhões de toneladas (1992-2001).....	44
Tabela 23 - Açúcar: Balanço Mundial em milhões de toneladas (1997-2002).....	46
Tabela 24 - Balanço do Oferta e Demanda Brasileira do Suco de Laranja em milhões de toneladas (1997/98 a 2002/03).....	47
Tabela 25 - Suco de Laranja – Oferta e Demanda nos Estados Unidos em milhões de toneladas.....	49
Tabela 26 - Café: Oferta e Demanda Mundiais em mil sacas de 60 kg.....	51
Tabela 27 - Café - Oferta e Demanda Brasileiras em milhões de toneladas (1997/98-2002/03).....	52
Tabela 28 - Café": Exportações Brasileiras – Ranking por Destino (1997-2002)	54
Tabela 29 - Café Solúvel: Exportações Brasileiras –Ranking por Destino (1999-2002).....	54
Tabela 30 - Relação de Produtos da Indústria Agroalimentar.....	58
Tabela 31 - Produtos Analisados (1997-2002).....	59
Tabela 32 - Diagrama da Matriz de Competitividade.....	64
Tabela 33 - Brasil: Market-share no Mercado Mundial (1997-2002).....	65
Tabela 34 - Brasil: Market-Share do Setor Carnes.(1997-2002).....	67
Tabela 35 - Brasil: Market-Share do Setor Soja (1997-2002).....	75
Tabela 36 - Brasil: Vantagem Comparativa Revelada (1997-2002) – Produtos Selecionados.....	77
Tabela 37 - Brasil: Vantagem Comparativa Revelada do Setor Carnes (1997-2002).....	79
Tabela 38 - Brasil: Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Soja (1997-2002).....	91
Tabela 39 - Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial (1997-2002).....	93

Tabela 40 - Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial do Setor Carnes (1997-2002).....	101
Tabela 41 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Soja (1997-2002).....	108
Tabela 42 - Brasil: Padrão de Especialização – dados consolidados (1997-2000).....	111
Tabela 43 – Brasil: Matriz de Competitividade dos Principais Produtos Agroalimentares (1997-2000).....	111
Tabela 44 – Brasil: Padrões de Especialização e Vantagem Comparativa (1997-2000).....	113
Tabela 45 – Brasil: Direção de Comércio - Crescimento e Participação na Pauta por regiões/países (1998-2003).....	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 – A DINÂMICA E A NATUREZA DOS PRINCIPAIS SETORES EXPORTADORES AGROALIMENTARES BRASILEIROS NO PERÍODO RECENTE.....	12
1.1 – O PLANO REAL E A AGRICULTURA	12
1.2 - ANÁLISE DO DESEMPENHO DA AGRICULTURA NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE	18
1.3. ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE EXTERNA DOS PRINCIPAIS SETORES AGROALIMENTARES NO BRASIL.....	25
1.3.1 - Soja.....	26
1.3.2 - Carnes	34
1.3.3 - Açúcar.....	44
1.3.4 - Suco de Laranja.....	47
1.3.5 - Café	51
2 – COMPETITIVIDADE E DESEMPENHO COMERCIAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROALIMENTARES BRASILEIROS	57
2.1 – METODOLOGIA.....	57
2.1.2 – Elaboração de Indicadores	61
2.2 - ANÁLISE DOS INDICADORES DE COMPETITIVIDADE EXTERNA PARA O BRASIL.....	66
2.2.1 – <i>Market-Sharо</i> ou Indicador do Posição de Mercado	67
2.2.2 – Análiso do Indicador <i>Market-Sharо</i> para o Setor Carnes no período de 1997-2002.....	68
2.2.3 – Análiso do Indicador <i>Market-Sharо</i> para o Setor Suco de Laranja no período de 1997-2002	70
2.2.4 – Análise do Indicador <i>Market-Share</i> para o Setor Açúcar no período de 1997-2002	72
2.2.5 – Análise do Indicador <i>Market-Share</i> para o Setor Café no período de 1997-2002 ...	74
2.2.6 – Análise do Indicador <i>Market-Share</i> para o Setor Soja no período de 1997-2002 ...	76
2.3 – VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA (VCR).....	79
2.3.1 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Carnes no período de 1997-2002	81
2.3.2 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Suco de Laranja no período de 1997-2002	83
2.3.3 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Açúcar no período de 1997-2002.	85
2.3.4 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Café no período de 1997-2002	87
2.3.5 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Soja.....	89
2.4 – CONTRIBUIÇÃO AO SALDO COMERCIAL (CS)	93
2.4.1 – Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Carnes	95
2.4.2 – Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Suco de Laranja	97
2.4.3 – Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Açúcar	99
2.4.5 – Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Soja	103
2.5 – MATRIZ DE COMPETITIVIDADE E SALDOS COMERCIAIS NO BRASIL.....	106
2.5.1 Padrões de especialização para os principais setores agroalimentares do Brasil ...	107
2.5.2 Padrão de Especialização e Vantagens Comparativas Reveladas dos Principais Setores Agroalimentares no Período 1997-2000	115
3 - COMPETITIVIDADE: DESTINO DE COMÉRCIO E BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS À INDÚSTRIA AGROALIMENTAR BRASILEIRA.....	119
3.1 – DESTINO DE COMÉRCIO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	119
3.2 – AS BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS APLICADAS AOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROALIMENTARES BRASILEIROS NO MERCADO INTERNACIONAL.....	122
3.3 - AS BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS APLICADAS PELOS MERCADOS MAIS IMPORTANTES DO MUNDO AOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROALIMENTARES BRASILEIROS NO PERÍODO RECENTE	126
3.3.1 –As Barreiras Não-Tarifárias Aplicadas pelo Estados Unidos sobre os Principais Produtos Agroalimentares Brasileiros no Período Recente	127
3.3.2 –As Barreiras Não-Tarifárias Aplicadas pela União Européia sobre os Principais Produtos Agroalimentares Brasileiros no Período Recente	129
3.3.3 – As Barreiras Não-Tarifárias Aplicadas pelo Japão sobre os Principais Produtos Agroalimentares Brasileiros no Período Recente.....	134

CONCLUSÕES	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
ANEXO A	145
ANEXO B	152

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica e a natureza de alguns produtos selecionados dentro do setor agroalimentar brasileiro no período recente, envolvendo o intervalo temporal 1997 a 2002. O ano de 1997 é a referência para nossa análise porque as transformações macroeconômicas pelas quais o país passou (estabilização da economia, liberalização comercial e financeira) já tinham avançado significativamente.

O setor agroalimentar compõe parte significativa do chamado agronegócio nacional que, por sua vez, é o setor da economia que, principalmente após o ano 2000, tem contribuído para a obtenção do saldo comercial brasileiro. Dessa forma, analisar a natureza e a dinâmica de competitividade desses segmentos agroalimentares é fundamental para compreender a sua contribuição ao saldo comercial.

Sendo assim, a investigação centra-se em torno da questão: os produtos agroalimentares que o país mais exporta apresenta uma contribuição ao saldo comercial correspondente a sua competitividade?

O primeiro capítulo aborda a evolução do comércio exterior brasileiro e a natureza de setores que apresentam um desempenho exportador positivo, em termos de competitividade internacional como: a soja e seus derivados, carnes (bovina, suína e de frango), açúcar, suco de laranja e café. Nesta parte, também são analisados os impactos da desvalorização cambial brasileira sobre o comércio exterior com o intuito de captar os efeitos da mesma sobre os principais produtos destinados para a exportação. Em linhas gerais, o capítulo busca salientar como a economia brasileira depende em grande parte do desempenho exportador desses segmentos agroalimentares.

No segundo capítulo, os principais indicadores de comércio internacional e uma matriz de competitividade são elaborados e examinados de acordo com o objetivo deste trabalho dando continuidade a mensuração do grau de competitividade da indústria agroalimentar brasileira. Vale destacar que a matriz de competitividade apresentada serve para averiguar a tendência de mercado dos principais compradores mundiais, a especialização produtiva brasileira nesse segmento e o desempenho econômico nacional desses setores.

O terceiro capítulo, em primeiro lugar, caracteriza a natureza do destino de comércio desses produtos agroalimentares no mesmo período. O segundo objetivo deste capítulo busca examinar a natureza dos mecanismos de proteção comercial implementados pelos países mais desenvolvidos no tocante às importações nacionais desses produtos no período sob investigação e em que medida, essas barreiras comerciais, essencialmente barreiras não-tarifárias, condicionam o crescimento das exportações dos produtos agroalimentares selecionados no período sob investigação.

1 – A DINÂMICA E A NATUREZA DOS PRINCIPAIS SETORES EXPORTADORES AGROALIMENTARES BRASILEIROS NO PERÍODO RECENTE

O desenvolvimento deste capítulo contempla duas partes: inicialmente, mostra a evolução do comércio exterior brasileiro e a natureza de setores que apresentam um desempenho exportador positivo. Este método serve como uma primeira aproximação da estrutura agroexportadora nacional, bem como os seus efeitos sobre a expansão das exportações e importações do país.

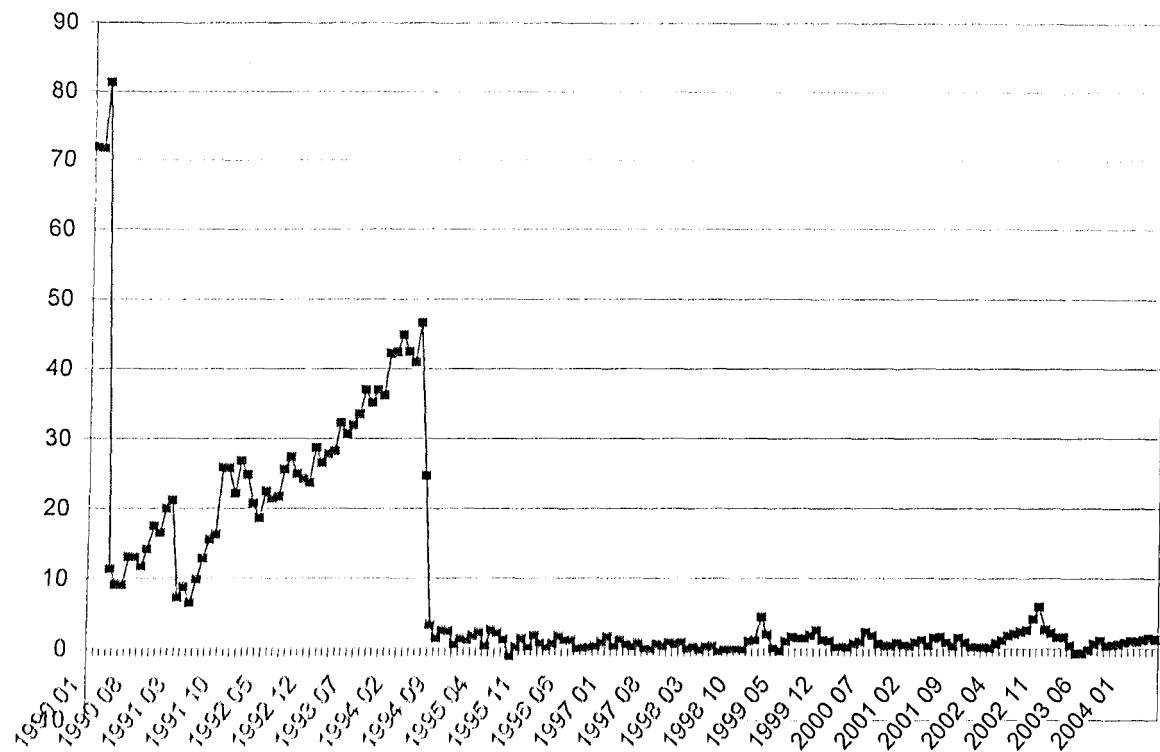
Em segundo lugar, discrimina o impacto da desvalorização cambial, ocorrida em janeiro de 1999 com o intuito de captar os efeitos da mesma sobre os principais produtos destinados para a exportação. Em linhas gerais, o capítulo busca salientar como, a economia brasileira depende em grande parte do desempenho exportador da balança agrícola, que por sua vez, em muito tem contribuído para a recuperação da economia nacional.

Por isso, examinar o comportamento de setores exportadores considerados chaves para a economia e os efeitos da desvalorização cambial brasileira sobre eles constituem um dos elementos determinantes para o desempenho da balança comercial brasileira no período recente.

1.1 – O Plano Real e a Agricultura

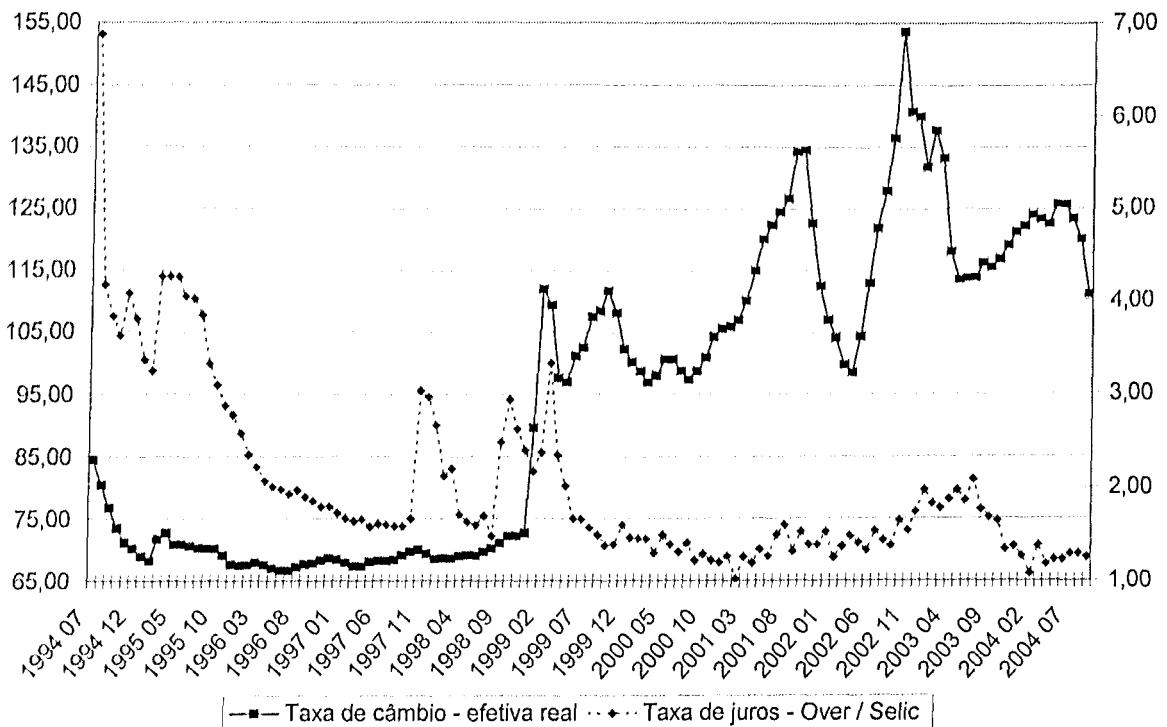
Em 1994, a economia brasileira passa a operar em um ambiente macroeconômico mais favorável ao crescimento econômico. Isso se deve, essencialmente, ao desempenho do Plano Real no controle da inflação, conforme gráfico 1. Segundo Gasques (2004), o fim de mais de uma década de crise inflacionária trouxe tranquilidade para a agricultura, pois neste ambiente mais estável, compromissos financeiros não eram mais atrelados a taxa geral de inflação.

Gráfico 1 – Brasil: Inflação - IGP-DI Mensal (1990-2004)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados básicos da SECEX/MDIC (www.mdic.gov.br).

Gráfico 2 – Relação entre a Taxa de Juros-Over/Selic e Taxa de Câmbio-Efetiva Real* Mensal (07/1994-09/2004)



Nota: *Taxa de Câmbio - efetiva real - INPC - exportações - manufaturados - índice (média 2000 = 100)

Fonte: Elaboração própria a partir do IPEA (www.ipea.gov.br)

Todavia, se por um lado, a agricultura beneficiou-se do sucesso do combate à inflação, por outro lado, ela teve de se defrontar com uma política econômica que lhe era desvantajosa. O setor teve que conviver com uma taxa de juros real elevada e uma taxa de câmbio mantida em patamar baixo (administrada), mesmo após a desvalorização cambial em 1999 (ver gráfico 2).

Bresser Pereira (2003, p. 15 e 17) ao examinar a macroeconomia do Brasil após 1994 afirma que :

A taxa de juros básica real é desproporcionalmente alta no Brasil porque desde o final dos anos 80, o Banco Central deixou-se capturar internacionalmente pela ortodoxia econômica convencional, e internamente pelos rentistas ou rendeiros e agentes que vivem de comissões ou taxas de administração do mercado financeiro. (...) A taxa de câmbio por sua vez, tende a ser baixa no Brasil devido a um conjunto de interesses populistas e pela política convencional de controlo da aceleração da inflação. (BRESSER PEREIRA, 2003; p. 15 e 17).

Essa situação desencadeou o desequilíbrio do balanço de pagamentos brasileiro e por conseqüência, constituiu uma armadilha para o crescimento econômico. Esta armadilha revela-se no fato de que toda vez que o Banco Central decide baixar a taxa de juros, a economia volta a dar sinais de crescimento e o déficit em conta corrente aumenta. Com os desequilíbrios apresentados pelo balanço de pagamentos, as autoridades monetárias estão determinadas a impedir que a taxa de câmbio suba, até mesmo porque há pressões inflacionárias, ainda que temporárias, sobre a estrutura de preços, então, a taxa de juros volta a subir.

É importante notar ainda que o Brasil é fortemente dependente de capital estrangeiro, por isso, geralmente qualquer choque externo pressiona a taxa de câmbio do país para cima, aumentando a relação da dívida pública/PIB, e afeta de maneira negativa a percepção da solvência do setor público, e também o risco-país¹.

A variável risco-país tem papel importante no comportamento de curto e longo prazo da taxa de câmbio brasileira, assim como a taxa de juros doméstica

¹ Ver Holland & Vieira (2003) para a relação entre taxa de juros, risco-país e probabilidade de *default* no Brasil no período recente.

nos períodos de flutuação². Nesse sentido, há especificidades na dinâmica da taxa de câmbio no Brasil. Uma delas é o fato da política macroeconômica ser guiada por uma taxa de câmbio flutuante administrada (com o uso de reservas internacionais e juros) e meta inflacionária e pelo comportamento de variáveis externas como o risco-país (Holland & Vieira 2004).

Conforme mencionado anteriormente, a política cambial mudou em 1999, quando houve uma redução e uma alteração da composição do fluxo de capitais para o país e uma tendência à depreciação do câmbio. Os agentes econômicos entediam que o governo não dispunha de reservas internacionais suficientes para defender a política cambial vigente de um possível ataque especulativo. Então, era uma questão de tempo, pra que a mudança de regime cambial se concretizasse³.

Com a desvalorização cambial, esperava-se que os produtos agrícolas de exportação brasileiros que possuem forte inserção no mercado internacional apresentassem uma melhora nos resultados da balança comercial, principalmente com o crescimento das exportações. De fato, o que se viu nesse período foi o crescimento das exportações dos principais produtos agroalimentares, como por exemplo, a soja, cacau, café, açúcar, suco de laranja e carnes (tabela 1).

Tabela 1 -Exportações dos Principais Produtos Agroalimentares em US\$ milhões (1997-2002)

Ano	Soja -1	Cacau - 2	Café - 3	Açúcar - 4	Suco de laranja	Carnes - 5
1997	5.729	116	3.094	1.770	1.003	1.563
1998	4.755	140	2.576	1.941	1.262	1.598
1999	3.784	95	2.441	1.911	1.235	1.933
2000	4.197	101	1.761	1.199	1.019	1.917
2001	5.296	94	1.393	2.286	812	2.869
2002	6.009	139	1.385	2.094	869	3.125

Notas: 1- Inclui grão, farelo, óleo bruto e refinado.

2- Inclui amêndoas, manteiga, licor e torta.

3- Inclui café solúvel.

4- Inclui açúcar cristal, refinado e demerara.

5- Inclui carnes, miúdos e conservas de bovinos, suínos e aves.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados básicos do SECEX/MDIC . (www.mdic.gov.br).

² Refere-se aos meses que antecederam a mudança do regime cambial brasileiro ocorrida em janeiro de 1999 até o momento atual.

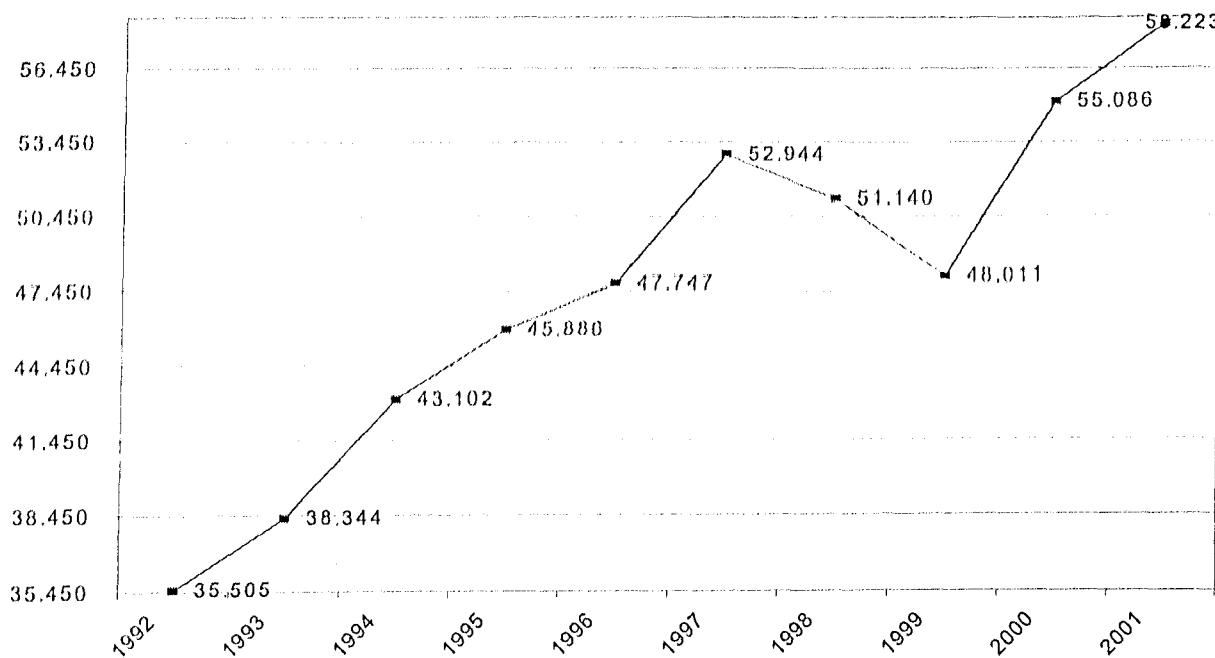
³ Segundo Bresser Pereira (idem), o país saiu de um regime de taxa de câmbio fixo, valorizada, para uma política de câmbio flutuante, ainda associada a alta apreciação, mas em menor grau.

As exportações agrícolas apresentam uma trajetória de crescimento crescente, como pode ser visto pelo gráfico 3. No entanto, observa-se que o período 1997-1999 foi marcado por recorrentes turbulências internacionais – as crises russa, asiática e brasileira em 1997, 1998 e 1999 respectivamente - durante os quais houve um ligeiro declínio das exportações do setor agrícola.

A crise financeira asiática em 1997, seguida da moratória russa em meados de 1998 e dos efeitos contágio desta última teve impacto negativo sobre as vendas externas brasileira. Essa retração nas exportações agrícolas refletiu em grande parte as direções assumidas pela política econômica ao longo do período e que afetaram o preço das *commodities*.

Além da deterioração dos termos de troca, as exportações sofreram os efeitos da retração de mercados de destino importantes para os produtos agrícolas, em particular a América do Sul, região especialmente atingida pela drástica mudança do ambiente internacional a partir da moratória russa. Entretanto, como se observa no gráfico 3 a tendência das exportações agrícolas é de crescimento após a desvalorização cambial em 1999.

Gráfico 3 - Brasil: Exportações Agrícolas Totais em US\$ milhões FOB(1992-2001)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados básicos do SECEX/MDIC. (www.mdic.gov.br)

Este fato, em grande medida, deve-se ao grau de especialização da economia brasileira, que por sua vez, é relativamente especializada no setor agroalimentar. Em termos de competitividade internacional, o Brasil apresenta desempenho positivo nas exportações agrícolas, em produtos como soja, milho, açúcar, suco de laranja, café, derivados de cacau e carnes bovinas, de aves e suína. Adicionalmente, as exportações do setor agroalimentar têm sustentado o crescimento econômico brasileiro nos últimos anos, ou pelo menos, evitado que a queda fosse ainda maior.

Entretanto, Saes, Nunes & Sousa (1999) afirmam que os impactos sobre a atividade agrícola foram distintos para os diferentes produtos agroalimentares que compõem a pauta de exportações brasileira. Analisando-se inicialmente a participação das exportações dos produtos relacionados, verifica-se que aqueles com maior inserção no mercado internacional, como era de se esperar, foram os mais beneficiados com a depreciação da moeda nacional.

Na agropecuária, claramente evidenciou-se o efeito direto, referente aos setores café e soja, que por apresentarem parte mais significativa da produção destinada à exportação, foram diretamente beneficiados pela desvalorização, e assim sendo, absorveram o estímulo da alta dos preços de exportação. Ao mesmo tempo, também foi possível constatar que os mesmos setores café, soja, mais o setor cana-de-açúcar, foram indiretamente beneficiados pela demanda interna dos setores agroindustriais da indústria do café, da fabricação de óleos vegetais e do açúcar.

Para os demais setores, os resultados indiretos foram menores, mas ainda existentes, como é o caso do milho, bovinos e suínos, que se relacionaram com o grupo de setores agroindústrias ligados à alimentação, menos favorecidos pelo processo de desvalorização. Segundo Oliveira (2002), "a resposta negativa desses setores pode ser explicada pelo fato deles possuírem uma posição mais voltada para o mercado interno e pela menor relação deles com setores de exportação" (Oliveira, 2002).

No caso dos setores bovinos e suínos, o impacto foi relativamente menor que o observado para os demais setores porque estão conectados com a indústria do abate de animais, que apresentou um percentual de volume exportado pequeno. Para o caso do milho, a sua relação pulverizada com os setores agropecuários (bovinos e suínos), atendendo assim as necessidades do

consumo interno e com setores agroindustriais (beneficiamento da produção vegetal), determinou a sua pequena parcela destinada para a exportação.

Gasques *et alli* (2004) afirma que se não bastasse isso, ocorreu um aumento da abertura comercial e a desregulamentação de setores importantes para a agricultura. O governo saiu de setores como o açúcar, álcool, café, leite e trigo permitindo o aumento da concorrência dentro do setor agrícola (a jusante e a montante) e entre o setor e os demais setores da economia. Esse fato conjugado com a maior concorrência vinda do exterior, decorrente da maior abertura comercial e a da taxa de câmbio valorizada, atingiu o setor agrícola como um todo e foi magnificada em razão da maior exposição de nossos mercados aos países do Mercosul.

Em resumo, a economia brasileira é relativamente especializada em produtos agroalimentares, em termos de competitividade internacional. Sendo assim, a próxima seção buscará investigar em que medida o dinamismo das exportações agroalimentares do país no mercado internacional tem sido fundamental para sustentar desempenho satisfatório da pauta de exportações brasileiras no período recente.

1.2 - Análise do Desempenho da Agricultura no Brasil no Período Recente

Nos últimos anos, como destacado na seção anterior, o crescimento das exportações deve-se, em parte, aos impactos da desvalorização da taxa de câmbio sobre a balança comercial. Em particular o vigor exportador agrícola ou do chamado agronegócio nacional⁴.

Na tabela 2, o papel fundamental das exportações desse setor agroexportador na expansão e manutenção das vendas externas totais do Brasil é apresentado. A receita das vendas externas do agronegócio é bastante relevante e mostra o quanto este segmento contribui expressivamente para as exportações gerais, e mesmo, ao eliminar o segmento bens de capital, o setor

⁴ O agronegócio compreende setores intensivos em recursos naturais de origem animal, vegetal e mineral: têxteis (fibras vegetais e animais), carnes (bovinas, aves, suínas e pescado), café e outros estimulantes (chás e cacau), açúcar, frutas e sucos, cereais e oleaginosas/ leguminosas (soja, milho, trigo, arroz, feijão), flores e ornamentais e produtos florestais (madeira, borracha, celulose e outros) e fumo. (Instituto de Economia Agrícola - IEA/SP, 2002).

continua representando uma parcela significativa da composição das exportações brasileiras. Em média essa participação tem variado entre 38% e 45%.

Tabela 2 - Valor das Exportações, Importações e Saldo Comercial do Agronegócio Brasileiro e Demais Setores em US\$ milhões (1997-2002)

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001	2002
EXPORTAÇÃO						
A: Agronegócios	24.964.219	23.052.115	21.664.966	21.778.713	25.007.401	26.063.793
B: Agronegócios (exceto bens de capital/inssumos)	23.871.701	22.001.708	20.936.831	21.046.416	24.234.303	25.210.473
C: Total Geral	52.994.341	51.139.862	48.011.444	55.085.595	58.222.642	60.361.786
% A/C	47,1	45,1	45,1	39,5	43,0	43,2
% B/C (Exceto bens de capital)	45,0	43,0	43,6	38,2	41,6	41,8
IMPORTAÇÃO						
A: Agronegócios	12.688.085	12.278.026	9.109.132	9.473.184	8.560.573	7.681.914
B: Agronegócios (exceto bens de capital/inssumos)	9.150.980	8.931.670	6.310.815	6.370.650	5.350.070	4.914.904
C: Total Geral	59.747.227	57.714.365	49.210.314	55.783.343	55.572.176	47.240.488
% A/C	21,2	21,3	18,5	17,0	15,4	16,3
% B/C (exceto bens de capital)	15,3	15,5	12,8	11,4	9,6	10,4
SALDO						
Agronegócios	12.275.534	10.774.089	12.555.834	12.305.529	16.446.828	18.381.879
Demais Setores da Economia	14.714.721	13.050.038	14.620.016	14.675.766	18.884.233	20.295.569
Total Geral	-6.752.886	-6.574.503	-1.198.870	-697.748	2.650.466	13.121.298

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br).

Com base no exposto constata-se que o desempenho da balança comercial brasileira depende em grande medida do esforço exportador agrícola. Diferentemente do saldo total geral, o saldo comercial do agronegócio é sempre positivo durante o período analisado, embora, o déficit recorrente da balança comercial diminua consideravelmente em 1999 com a desvalorização cambial brasileira e, finalmente reverta o sinal em 2001 quando os efeitos de competitividade para o setor exportador se amplificam

A tabela 3 mostra que, em média, as taxas de crescimento do PIB do setor agropecuário tem um papel de destaque no PIB Brasil e muito tem contribuindo para a recuperação do crescimento econômico do país. Comparativamente, a taxa de crescimento do PIB agropecuário é a maior para

todos os anos analisados conforme a tabela mostra, exceto para os anos 1996, 1997 e 2000.

Tabela 3 - Evolução das Taxas de Crescimento do PIB*Brasil (1995-2003)**

Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Agropecuária	4,1	3,1	-0,8	1,9	7,4	3,0	5,7	5,5	5,0
Indústria	1,9	3,3	4,7	-1,5	-1,6	4,9	-0,3	2,6	-1,0
Extrativa Mineral	3,7	6,0	4,8	8,0	5,0	11,1	3,9	6,7	2,8
Transformação	2,0	2,1	4,5	-3,7	-1,6	5,4	1,0	3,6	0,7
Construção Civil	-0,4	5,2	7,6	1,4	-3,2	3,0	-2,6	-1,8	-8,6
Serv.Ind.Util. Publ.	7,6	6,0	5,9	3,8	2,5	4,1	-5,6	3,0	1,9
Serviços	1,3	2,3	2,6	1,1	1,9	3,7	1,9	1,6	-0,1
Comércio	8,5	1,8	3,0	-5,1	0,3	4,7	1,5	-0,2	-2,6
Transportes	6,6	2,6	3,9	5,1	0,6	5,6	5,2	3,4	-0,8
Comunicações	22,9	10,9	5,0	13,6	21,3	16,5	9,9	9,8	0,1
Administração Pública	0,8	1,4	1,7	1,9	2,8	1,1	0,8	1,7	0,5
Instituição Financeira	-8,1	2,5	3,2	-0,6	0,9	3,5	0,3	2,1	0,1
PIB	4,2	2,7	3,3	0,1	0,8	4,4	1,3	1,9	-0,2

Nota: * Base: Ano Anterior = 100

** Dados Preliminares

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE/Departamento de Contas Nacionais (www.ibge.gov.br)

Em 1999, ela tem aproximadamente nove vezes o valor da taxa de crescimento do PIB total quando atinge 7,4%. Em termos de participação relativa observa-se pela tabela que a taxa do PIB agropecuário é muito superior a do PIB total toda vez que o mesmo atinge valores abaixo de 2%. Isto parece indicar que o crescimento econômico do país é sustentado exclusivamente pelo setor agropecuário em anos onde o desempenho da economia é fraco ou nulo.

As participações das exportações agrícolas são tão importantes para o país que a parcela das mesmas perante o comércio mundial é muito representativa. Enquanto o Brasil detém aproximadamente 1% das exportações totais mundiais, as exportações agrícolas brasileiras correspondem em média a 3% (tabela 4).

Dessa forma, o dinamismo das exportações de produtos agroalimentares é fundamental para compreender a evolução das exportações totais do Brasil no mercado mundial e, conseqüentemente, o seu desempenho sobre o saldo comercial do país no período recente.

Tabela 4 – Brasil: Participação nas exportações mundiais, totais e agrícolas em US\$ bilhões (1997-2002)

Ano	Exportações Totais			Exportações Agrícolas		
	Mundiais	Brasil	%	Mundiais	Brasil	%
1997	5.416	52,99	0,98	596,22	18,3	3,07
1998	5.346	51,14	0,96	568,39	17,07	3,00
1999	5.556	48,01	0,86	547,48	15,98	2,92
2000	6.266	55,09	0,88	552,25	15,47	2,80
2001	6.021	58,22	0,97	554,13	18,43	3,33
2002	6.272	60,36	0,96	582,53	19,44	3,34

Notas: Exportações mundiais, tanto totais quanto agrícolas, baseadas em cálculos das tabelas II.1, II.2 e IV.6 da publicação *International Trade Statistics* (2003) da OMC. Exportações agrícolas brasileiras retiradas da tabela IV.9 do ITS (OMC).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Organização Mundial do Comércio (www.wto.org).

Os dados da tabela 5 corroboram esta hipótese, pois como se pode observar os produtos básicos e os semi-manufaturados são importantes para as vendas externas brasileiras e para a composição do saldo comercial do país no período recente.

Tabela 5 - Evolução da Balança Comercial Brasileira em US\$ Milhões Fob (1995-2003)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
EXPORTAÇÃO	46.506	47.747	52.994	51.140	48.011	55.086	58.223	60.362	73.084
Básicos	10.969	11.900	14.474	12.977	11.828	12.561	15.342	16.952	21.179
Produtos Industrializados	34.711	35.026	37.672	37.507	35.311	41.027	41.144	41.965	50.597
Semil-Manufaturados	9.146	8.613	8.478	8.120	7.982	8.499	8.244	8.964	10.944
Manufaturados	25.565	26.413	29.194	29.387	27.329	32.528	32.900	33.001	39.653
Oparações Especiais	826	821	848	650	872	1.498	1.737	1.445	1.308
IMPORTAÇÃO	49.972	53.301	59.746	57.746	49.272	55.835	55.572	47.240	48.260
Mat.-Primas e Bens Intermediários	22.509	24.560	26.014	26.813	24.042	28.496	27.340	23.448	25.797
Bens de Consumo	10.916	9.768	11.232	10.728	7.418	7.381	7.148	5.909	5.538
Comb. e Lubrificantes	5.219	6.220	5.824	4.107	4.257	6.357	6.276	6.240	6.577
Bens de Capital	11.328	12.753	16.676	16.098	13.555	13.602	14.808	11.643	10.348
SALDO	-3.466	-5.554	-6.752	-6.606	-1.261	-749	2.651	13.122	24.824

Fonte:Elaboração própria a partir de dados básicos do SECEX/SDP (www.mdic.gov.br).

Em parte, como aponta a seção anterior, a desvalorização cambial constitui um dos fatores responsáveis pelo desempenho positivo desses segmentos no período sob investigação. Entretanto, existem outros elementos

que explicam o desempenho satisfatório dos produtos agrícolas brasileiros no comércio exterior.

Nesta parte do capítulo, investigam-se os outros fatores que contribuem para o crescimento das exportações dos principais setores exportadores do segmento agrícola. Em outras palavras, os setores objetos desta dissertação – soja e seus derivados, carnes, açúcar, suco de laranja e café - serão examinados em um nível maior de detalhamento.

Nesta perspectiva, a pesquisa realizada pela Embrapa e outras instituições públicas e privadas constituem a mais evidente e decisiva contribuição à expansão e desenvolvimento da produção agrícola e pecuária nos últimos anos.

As taxas médias anuais de crescimento apresentadas pela agropecuária estão entre as mais elevadas da economia. Entre 1980 e 2002, a produção de avicultura cresceu 223%, a bovinocultura 125% (Pinaza, 2003; *apud* Gasques 2004).

A importância da pesquisa para a agricultura fica mais nítida quando são feitas estimativas de produção no Brasil, por exemplo, grãos. O potencial de produção e produtividade dos produtores brasileiros são traduzidos pelos números expressivos obtidos pela tabela 6. Com base na tecnologia já disponível e que vem sendo usada por parte dos produtores brasileiros, a produção de grãos poderia atingir cerca de 122 milhões de toneladas no ano safra 2002/2003 em quase 44 mil ha resultando em uma produtividade de 2.794 kg/ha segundo estimativas feita pelo governo através Conab.

Gasques *et alli* (2004) afirma que a Embrapa procura otimizar o uso de seus recursos humanos, materiais e financeiros para a geração de pesquisa para a agropecuária. Dessa forma:

A Embrapa tem papel líder na geração e na difusão de inovações para o setor agrícola, sendo responsável direta pela possibilidade de expansão da fronteira agrícola para as regiões do cerrado. Paralelamente, há uma série de instituições públicas, agências estaduais e universidades, bem como algumas firmas privadas no país que também contribuem com o aperfeiçoamento da pesquisa, porém, a Embrapa, com sua rede de articulações e com a respeitabilidade que suas ações lhe propiciaram, é a instituição de referência para a pesquisa e para os negócios em agropecuária (GASQUES ET ALLI 2004, p. 35).

Tabela 6 – Potencial de produção de grãos no Brasil (1997/98-2002/03)

Produto	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03
Produção (em milhões de ton)						
Algodão - Caroço	763,4	923,8	1.187,4	1.521,9	1.244,9	1.364,8
Amendoim	183,5	172,4	171,6	196,7	189,4	174,9
Arroz	8.462,9	11.582,2	11.423,1	10.386,0	10.626,1	10.427,7
Aveia	196,9	286,9	194,1	330,7	284,7	358,6
Cevada	302,3	314,8	319,3	283,0	234,8	283,2
Feijão	2.231,6	2.895,7	3.097,9	2.592,4	2.983,0	3.261,3
Girassol	15,8	49,0	97,4	56,3	71,0	58,6
Milho	30.187,8	32.393,4	31.640,5	42.289,7	35.280,7	47.384,0
Soja	31.369,9	30.765,0	32.344,6	38.431,8	41.916,9	52.066,6
Sorgo	630,0	612,8	781,4	895,7	798,2	1.569,9
Trigo	2.187,7	2.402,8	1.658,4	3.194,2	2.913,9	5.127,3
Triticale	-	-	-	-	138,8	212,5
Brasil	76.558,7	82.437,9	83.029,9	100.266,9	96.760,6	122.380,0
Área (Em mil ha)						
Algodão - Caroço	Algodão - Caroço	Algodão - Caroço	Algodão - Caroço	Algodão - Caroço	Algodão - Caroço	Algodão - Caroço
Amendolim	Amendolim	Amendolim	Amendolim	Amendolim	Amendolim	Amendolim
Arroz	Arroz	Arroz	Arroz	Arroz	Arroz	Arroz
Avela	Avela	Avela	Avela	Avela	Avela	Aveia
Cevada	Cevada	Cevada	Cevada	Cevada	Cevada	Cevada
Feijão	Feijão	Feijão	Feijão	Feijão	Feijão	Feijão
Girassol	Girassol	Girassol	Girassol	Girassol	Girassol	Girassol
Milho	Milho	Milho	Milho	Milho	Milho	Milho
Soja	Soja	Soja	Soja	Soja	Soja	Soja
Sorgo	Sorgo	Sorgo	Sorgo	Sorgo	Sorgo	Sorgo
Trigo	Trigo	Trigo	Trigo	Trigo	Trigo	Trigo
Triticale	Triticale	Triticale	Triticale	Triticale	Triticale	Triticale
Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil
Produtividade (Em Kg/ha)						
Algodão - Caroço	1.335	2.142	2.291	2.834	2.690	3.010
Amendolim	1.835	1.783	1.650	1.921	2.017	2.070
Arroz	2.605	3.012	3.106	3.197	3.300	3.270
Avela	1.030	1.406	875	1.331	1.110	1.420
Cevada	1.923	2.306	2.117	2.013	1.524	2.522
Feijão	558	627	719	668	699	751
Girassol	1.274	1.106	1.679	1.522	1.350	1.356
Milho	2.650	2.589	2.480	3.260	2.864	3.580
Soja	2.384	2.367	2.395	2.751	2.567	2.818
Sorgo	1.807	1.535	1.439	1.784	1.629	2.275
Trigo	1.593	1.919	1.130	1.868	1.420	2.123
Triticale	-	-	-	-	1.335	2.216
Brasil	2.187	2.234	2.195	2.649	2.406	2.794

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Conab (www.conab.gov.br).

Gasques *et alii* (2004) complementa a sua análise sobre o desempenho do agronegócio brasileiro ressaltando que ao lado da pesquisa, o financiamento e a organização também tem papel destacado no crescimento da atividade agropecuária. A questão do financiamento dos recursos necessários à atividade agropecuária inicia-se pela obtenção de crédito de custeio. Atualmente o país tem basicamente duas estruturas de crédito: a cédula do produto rural (CPR) e o sistema de trocas de produtos por insumos industriais.

A CPR é um título criado pelo Banco do Brasil que a indústria usa em grande intensidade em seus financiamentos como forma de contrato. Os encargos financeiros desse título variam entre 25% e 30% ao ano e constituem um problema para o produtor devido a seu elevado custo. Por isso a alternativa para a grande maioria dos tomadores de recursos para financiar suas atividades agropecuárias tem sido recorrer à indústria.

A participação das empresas no que se refere a crédito de custeio permitiu a introdução de um mecanismo ágil de financiamento e de aquisição de insumos e produtos agropecuários. Mas a retomada do crédito de investimento pelo BNDES⁵ no país foi mais importante, pois possibilitou a expansão da demanda de máquinas agrícolas no período mais recente (2000 a 2002).

Outro ponto considerado essencial por Gasques *et alii* (2004) para o sucesso do setor no país, além das políticas macroeconômicas, da tecnologia e do financiamento dos recursos necessários à atividade agropecuária é a organização do agronegócio.

Da mesma forma, a organização do agronegócio tem possibilitado uma busca da redução de custos na produção de *commodities*. De acordo com Wedekin (2002) as *commodities* tradicionais dependem de um amplo volume de operação para a obtenção de custos unitários de produção e distribuição menores. A maneira proposta para corrigir essas falhas do mercado, em seu entender, é construir vantagens comparativas baseadas principalmente na tecnologia e na inovação e não no menor custo de fatores. Em outras palavras, a organização do agronegócio é essencial para a expansão da atividade no país.

⁵ A instituição do Moderfrota foi fator determinante para o aumento da demanda por máquinas agrícolas e o consequente impulso sobre as suas vendas.

Um segundo enfoque de Wedekin (2002) é a proposta de adotar um novo modelo que promova o fortalecimento do setor: o *agricluster*⁶. Este conceito incorpora a metodologia do agronegócio e dos arranjos locais. Assim, a função do *agricluster* segundo o autor é fortalecer a competitividade das localidades que têm na atividade boa parte de sua estrutura produtiva.

Assim, em termos gerais, os resultados positivos do setor agrícola condicionam grande parte do saldo comercial do país. Mas o país concentra o seu comércio em poucos produtos agrícolas e isso traz grande preocupação quanto a mudanças no comércio internacional exigindo a busca por diferenciação de produtos e até mesmo o desenvolvimento de novos produtos, como afirma Ferraz & Haguenauer (1996).

A próxima seção analisará o dinamismo dos produtos agroalimentares que o país mais exporta relacionando os impactos das mudanças macroeconômicas no mercado doméstico e internacional sobre esses produtos no período sob investigação nesse trabalho. Para tal, os dados de comércio exterior são tratados de maneira a permitir comparações com outras economias do resto do mundo.

1.3. Análise da Competitividade Externa dos Principais Setores Agroalimentares no Brasil

Esta seção visa analisar a competitividade externa dos principais setores agroexportadores no Brasil, considerando os seguintes produtos: soja, carnes, açúcar, suco de laranja e café. É importante ressaltar que análise da soja envolverá soja em grão, farelo de soja e óleo de soja e o grupo carnes, por sua vez, corresponde a carne bovina, de frango e suína. A análise inicia-se por uma visão do comportamento recente das exportações desses produtos agrícolas diante do cenário macroeconômico nacional e internacional.

⁶ O autor parte do conceito de Michael Porter sobre *clusters*: concentrações geográficas de empresas, de determinado setor de atividade e companhias correlatas, como os fornecedores de insumos especiais ou provedores de infra-estrutura especializada.

1.3.1 - Soja

A partir do ano de 2000 tem sido surpreendente o desenvolvimento da soja em todo o planeta. A produção mundial do grão de soja da ordem de 158 milhões de toneladas, na safra 1997/98, atingiu 195 milhões de toneladas na safra 2002/03. Esse aumento de produção se deveu à elevada expansão da demanda nos principais países consumidores do grão de soja e seus derivados, ver a tabela 7.

Tabela 7 – Soja: Oferta e Demanda Mundiais em milhões de toneladas (1997/98-2002/03)

Ano	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
Soja						
Produção	158.082	159.841	159.914	175.194	184.422	195.817
Importação	37.773	38.673	46.287	53.398	54.351	62.083
Consumo	145.220	158.077	159.824	171.857	183.968	192.341
Exportação	39.705	38.055	45.670	53.880	53.365	62.704
Preço (US\$/t)	241,4	184,3	182,2	173,9	175	213,7

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

O consumo no mesmo período saltou de 145 milhões para 192 milhões de toneladas. Tal cenário resultou em uma abertura cada vez maior para a participação de novos *players* no mercado da soja. Nesse período, em consonância com a maior demanda mundial pela soja, principalmente China, União Européia e Japão, a presença da soja brasileira fortaleceu-se no mercado mundial, tanto em termos de produção quanto de exportações (tabela 8).

Tabela 8 – Comércio Internacional e Oferta Mundial de Soja em Grão em milhões de toneladas (1997/98-2002/03)

Importação	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
China	2,9	3,8	10,1	13,24	10,45	18,2
União Européia	15,1	18,8	14,2	17,44	18,3	17,45
Japão	4,9	4,8	5	4,77	5,02	5,15
Exportação						
Estados Unidos	23,76	21,9	26,53	27,1	28,95	28,03
Brasil	8,75	8,93	11,16	15,47	15	20,93
Argentina	3,23	3,23	4,13	7,41	6	9,3
Produtores						
Estados Unidos	73,17	74,6	72,22	75,05	78,67	74,3
Brasil	32,5	31,3	34,2	39	43,5	52,5
Argentina	19,5	20	21,2	27,8	30	35,5

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

O Brasil já era o segundo maior produtor e exportador mundial de soja⁷, atrás apenas dos Estados Unidos e à frente da Argentina, em 2001. A evolução da produção de soja brasileira no comércio mundial é notável, o país aumentou em 20 milhões de toneladas a sua produção de soja durante o período analisado, passando de 32,5 milhões de toneladas no ano safra 1997/98 para 52,5 milhões de toneladas no ano safra 2002/03 (tabela 8).

Conforme a tabela 9 destaca, não houve apenas um persistente crescimento nas vendas externas do complexo soja no período analisado, pois a produção e a produtividade nacional também apresentaram resultados expressivos. Há uma expansão da produção brasileira, com destaque especial às exportações de soja em grão e farelo de soja, em toneladas entre 1997 e 2002.

Tabela 9- Soja: Comparação entre os principais países produtores (1997/98-2002/03)

Ano	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
Argentina						
Área (mil ha)	6.954	8.180	8.638	10.401	11.405	12.532
Produção (mil ton)	8.732	20.000	20.136	26.883	30.000	35.000
Produtividade (kg/ha)	2.694	2.445	2.331	2.585	2.630	2.793
Brasil						
Área (mil ha)	13.158	12.995	13.508	13.970	16.329	18.446
Produção (mil ton)	31.370	30.765	32.345	38.432	41.917	51.308
Produtividade (kg/ha)	2.384	2.367	2.395	2.751	2.567	2.781
Estados Unidos						
Área (mil ha)	27.968	28.507	29.318	29.303	29.532	29.202
Produção (mil ton)	73.177	74.599	72.225	75.057	78.072	74.291
Produtividade (kg/ha)	2.616	2.617	2.463	2.561	2.664	2.544

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

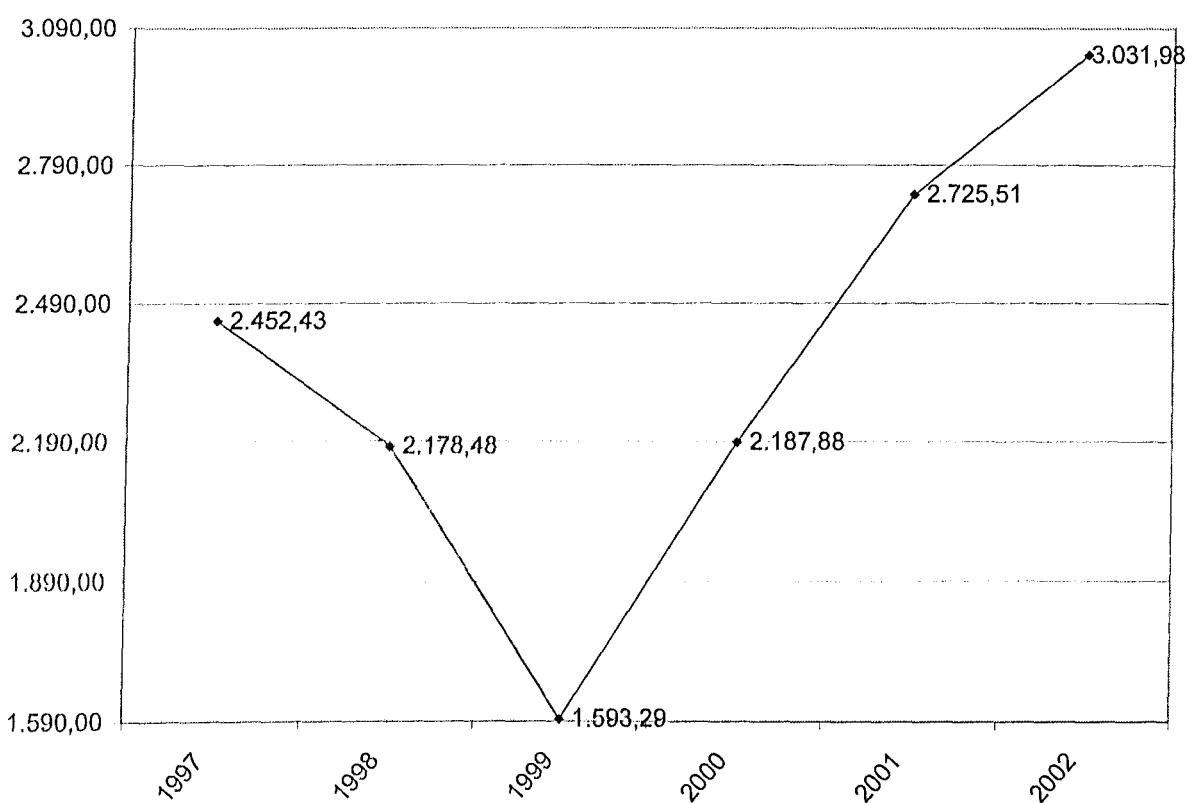
Vale destacar que, em geral, a participação expressiva tanto do Brasil quanto da Argentina na produção de soja é sustentada pela sua maior capacidade de incorporação de novas áreas de produção, bem como por sua maior competitividade, em relação aos custos de produção⁸. Nesse sentido, a

⁷ Atualmente é o principal produtor e exportador do produto mundialmente.

⁸ O avanço da Argentina e do Brasil pode não ser explicado unicamente por fatores climáticos favoráveis, solos privilegiados e vantagens tributárias, mas também ao avanço da tecnologia aplicada na cultura, entre as quais a transgenia no caso da Argentina. O Brasil é o único grande produtor da oleaginosa que ainda não liberou totalmente a produção de tipos transgênicos. Esse é um diferencial que poderá traduzir-se em um melhor preço recebido pelos produtores

produção brasileira de soja possui capacidade mais do que suficiente para sustentar o ritmo de crescimento aqui descrito.

Gráfico 4 - Soja em Grão - Valor Exportado em US\$ Milhões (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do IEA Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br)

Em 2002, as vendas externas de soja em grão atingiram nível recorde de US\$ 3.031,98 milhões. Esse crescimento representa uma significativa expansão das quantidades exportadas, que possibilitaram a superação do valor recorde de US\$ 2.452,43 milhões comercializado com o exterior em 1997 e, ao mesmo tempo, a consolidação da recuperação da receita obtida em 1999 (US\$ 1.593,29 milhões), conforme mostra o gráfico 4.

É importante também destacar que o fator desvalorização cambial foi um dos principais fatores responsáveis pelo recente aumento de produção e consequentemente das exportações brasileiras como já mencionado anteriormente. Contudo, outras variáveis têm sido determinantes para esse processo: a elevação das compras efetuadas pela China, atualmente o principal

comprador mundial do produto e a elevação da demanda global da União Européia⁹, foram importantes para a consolidação do crescimento das exportações de soja em grão brasileiras.

Nos últimos anos, a China manteve o surpreendente ritmo de crescimento no consumo de soja, tanto na forma de grãos como de seus derivados. Na safra 2002/03 seu consumo de soja foi acima tanto do consumo brasileiro quanto do argentino. O consumo chinês correspondeu a 17% da demanda mundial, totalizando 33 milhões de toneladas (ver tabela 10).

A tabela 10 mostra também que os Estados Unidos e a Argentina são importantes consumidores de soja em grão no mundo, porém como mostrou a tabela 9, as produções internas desses países são suficientes para o consumo interno de soja em grão.

Por outro lado, a exportação do produto brasileiro em direção ao Estados Unidos é prejudicada por uma competição desleal praticada pelo governo norte-americano: os subsídios aplicados à produção de soja. Situação semelhante ocorre na União Européia, quinta maior consumidora do produto, em média, 18 milhões de toneladas por ano no período recente.

Tabela 10 – Consumo Mundial de Soja em Grão em milhões de toneladas (1997/98-2002/03)

Consumidores	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
Estados Unidos	47,7	48,7	47,4	49,2	50,87	47,81
China	15,5	20	22,9	26,7	28,31	32,93
Brasil	21,5	22,6	23	24,7	26,91	30,66
Argentina	13,7	18,4	18	18,4	22,06	25,68
União Européia	16,6	16,6	15,3	18,35	19,23	18,41
Japão	5	5	5,05	5,1	5,21	5,4
México	3,6	4	4,1	4,5	4,65	5
Índia	5,4	6	5,2	5,3	5,4	4
Indonésia	2,2	2,4	2,7	2,3	2,28	2,44
Canadá	2,1	2,1	2,2	2,42	2,17	2,31
Taiwan	2,4	2,2	2,3	2,4	2,45	2,31
Tailândia	0,9	1,3	1,4	1,6	1,79	2
Outros	8,6	9,4	10,4	11,04	12,62	13,57

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

⁹ A União Européia tende a intensificar o uso de rações elaboradas a partir de produtos de origem vegetal devido o problema do "mal da vaca louca", registrado em território europeu.

De acordo com a tabela 11, a produção mundial de farelo de soja cresceu fortemente: 1997/98 a produção era de 98 milhões de toneladas enquanto na safra 2002/03, a quantidade produzida do produto passou para 131 milhões de toneladas. O consumo, por sua vez, atingiu 132 milhões de toneladas na safra 2002/03 praticamente o mesmo volume produzido de farelo de soja.

Tabela 11 – Farelo de Soja: Oferta e Demanda Mundiais em milhões de toneladas (1997/98-2002/03)

Farelo de Soja	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
Produção	98.017	106.979	107.510	116.486	125.315	131.537
Importação	34.055	35.338	36.061	38.139	43.650	45.039
Consumo	99.073	106.204	109.226	117.788	126.416	131.967
Exportação	32.858	34.873	35.366	37.185	42.263	44.559
Preço (US\$/t)	196,5	148,4	175,3	185,4	180	195,5

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

No caso do Brasil, do mesmo modo que o desempenho (produção e exportação) de soja em grão e óleo de soja surpreenderam, dentre os produtos da soja, como ilustra a tabela 12, as vendas externas de farelo de soja também cresceram a partir de 2000.

Tabela 12 – Soja: Balanço de Oferta e Demanda Brasileira em milhões de toneladas (1997/98-2003/04)

Discriminação	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Soja em Grãos							
Produção	31.370,0	30.765,0	32.344,6	38.431,8	41.916,9	52.017,5	50.188,2
Consumo	22.400,0	22.300,0	21.420,0	23.630,0	27.300,0	30.800,0	31.910,0
Exportação	9.288,0	8.917,0	11.517,0	15.675,0	16.000,0	20.300,0	22.000,0
Preço (R\$/t)	288,04	231,46	282,4	290,81	370,82	556,71	
Farelo de Soja							
Produção	16.590,0	16.511,0	15.800,0	17.538,0	20.145,0	22.300,0	22.997,0
Consumo	5.900,0	6.300,0	6.800,0	7.200,0	7.600,0	8.100,0	8.800,0
Exportação	10.447,0	10.431,0	9.375,0	10.800,0	12.800,0	14.500,0	14.500,0
Preço (R\$/t)	288,26	204,16	276,71	336,37	441,25	553,9	
Óleo de Soja							
Produção	3.990,0	3.971,0	3.800,0	4.218,0	4.845,0	5.400,0	5.531,0
Consumo	2.740,0	2.780,0	2.860,0	2.950,0	2.960,0	3.100,0	3.300,0
Exportação	1.367,0	1.433,0	1.100,0	1.400,0	1.800,0	2.400,0	2.500,0
Preço (R\$/t)	746,9	853,1	823,7	626,2	909,6	1635,6	

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

Esse crescimento, em grande parte, é em decorrência da inesperada ampliação da demanda pelo produto por países da União Européia e do crescimento significativo do consumo de farelo de soja por parte da China, conforme mostra a tabela 13.

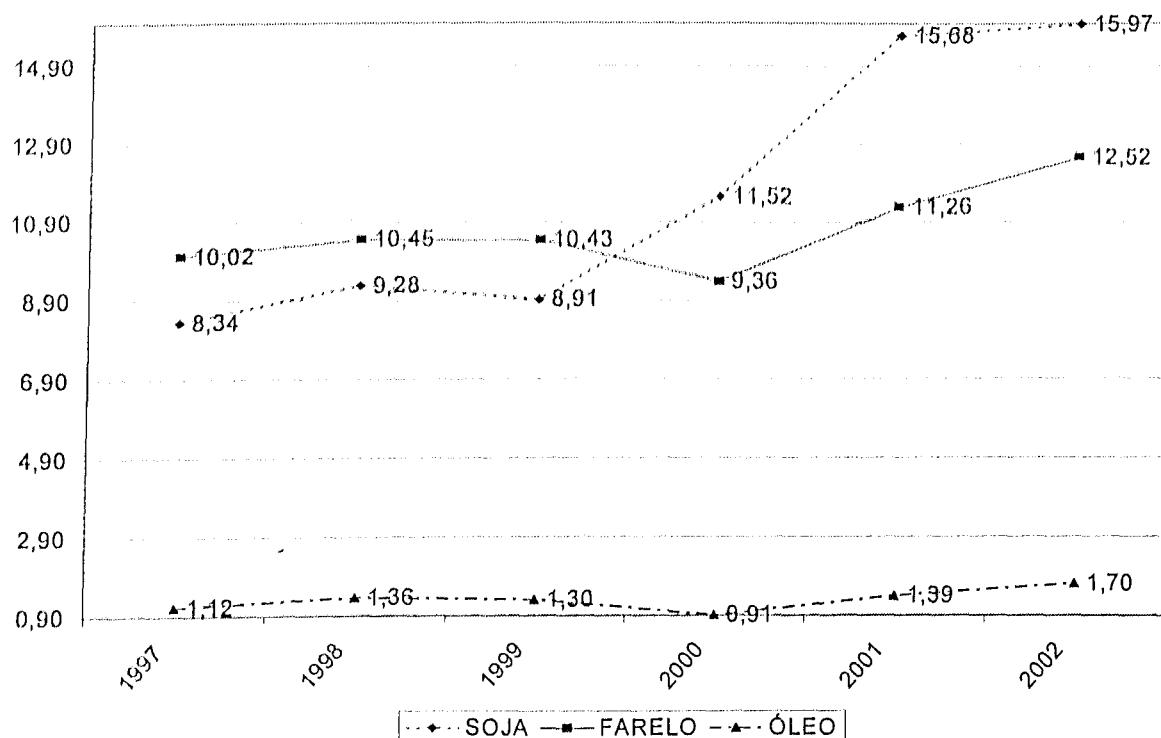
Tabela 13 – Consumo Mundial de Farelo de Soja em milhões de toneladas (1997/98-2002/03)

Consumidores	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
União Européia	24,56	27,26	26,67	28,54	30,92	30,64
Estados Unidos	26,21	27,81	27,53	28,71	30,01	29,16
China	10,9	11,42	12,6	15,04	15,3	19
Brasil	6,1	6,65	7,2	7,55	8	8,3
México	3,07	3,3	3,53	3,8	4,05	4,45
Japão	3,74	3,65	3,66	3,55	4,06	4,24

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

O crescimento do mercado chinês foi importante no crescimento das exportações de farelo de soja brasileiro no mercado mundial porque a demanda dos Estados Unidos durante todo o período sofre constantes variações e, mais que isso: há inúmeras restrições de acesso ao mercado norte-americano (Magalhães, 1998).

Gráfico 5 - Complexo Soja - quantidade produzida em Ton



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do IEA/SP Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br).

Em vista disso, a receita das quantidades exportadas de farelo de soja tem aumentado crescentemente dado que as cotações do produto foram beneficiadas pela expansão da demanda mundial de farelo nos últimos três anos. As exportações brasileiras, em 2001, mostram que as vendas externas de farelo somaram US\$ 2.066 milhões, cifra acima de 1999 (US\$ 1.503,57). O motivo foi o aumento no preço do farelo de soja, conforme mostrou a tabela 12 e nos volumes embarcados que totalizaram 11,26 milhões de toneladas em 2001 (gráfico 5).

Todavia, conforme mostra a tabela 14 o mercado de óleo de soja em bruto não apresentou o mesmo desempenho exportador no mercado mundial no mesmo período, pois o consumo mundial do produto cresceu pouco. De acordo com Ferraz & Kupfer (1996b), esse cenário de baixa taxa de crescimento, em grande parte, é devido ao estancamento da demanda internacional de óleos saturados. No mundo todo, há uma mudança de hábitos alimentares que deslocam a demanda de óleos considerados de alto teor de gordura em direção a óleos com baixos níveis de gorduras saturadas.

A tabela 14 mostra o consumo mundial de óleo de soja e pode-se observar que os países que apresentam maior incremento de consumo é a China e a Índia. O Brasil também apresenta um crescimento significativo do consumo desse óleo.

Tabela 14 – Consumo Mundial de Óleo de Soja em milhões de toneladas (1997/98-2002/03)

Consumidores	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
Estados Unidos	7	7,1	7,3	7,35	7,7	7,75
China	3	3,1	2,87	3,26	4	5,41
Brasil	2,75	2,85	3	3,07	3,1	3,14
Índia	1,1	1,8	1,6	2,2	2,4	2,61
União Européia	1,71	1,7	1,5	2	2,01	2,01
México	0,7	0,77	0,79	0,83	0,94	1,16
Irã	0,62	0,81	0,78	0,84	0,9	0,96
Japão	0,67	0,67	0,7	0,68	0,7	0,73
Bangladesh	0,25	0,47	0,47	0,5	0,51	0,53
Egito	0,2	0,21	0,31	0,38	0,4	0,45
Coréia do Sul	0,25	0,33	0,34	0,37	0,41	0,42

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

Contudo, países desenvolvidos como os Estados Unidos e a União Européia têm mantido um consumo praticamente inalterado durante o mesmo período, o que indica a saturação *per capita* do consumo de óleos e gorduras.

Tabela 15 – Comércio Internacional de Óleo de Soja em milhões de toneladas (1997/98-2002/03)

Importação	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
Índia	0,24	0,83	0,79	1,4	1,55	2
China	1,65	0,95	0,55	0,08	0,37	1,3
Irã	0,7	0,96	0,76	0,85	0,9	0,95
Bangladesh	0,26	0,51	0,48	0,5	0,51	0,53
Egito	0,16	0,18	0,28	0,33	0,32	0,36
México	0,1	0,11	0,12	0,08	0,16	0,32
Exportação						
Argentina	2,09	3,13	3,03	3,21	3,73	4,45
Brasil	1,19	1,38	1,15	1,53	1,77	2,36
União Européia	1,04	1,05	1,05	1,1	1,09	1,03
Estados Unidos	1,39	1,07	0,62	0,63	1,14	0,99

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

A tabela 15 mostra os fluxos de exportação e importação dos principais países participantes do mercado mundial. O Brasil é o segundo maior exportador de óleo de soja atrás apenas da Argentina no período analisado. Do lado das importações é significativo o aumento das importações de países como a China e a Índia seguidos por outros países em desenvolvimento como Irã, México, Egito e Bangladesh. Conforme comentou Ferraz & Kupfer (1996 b) os países considerados mais pobres são os que mais consomem gordura saturada no mundo.

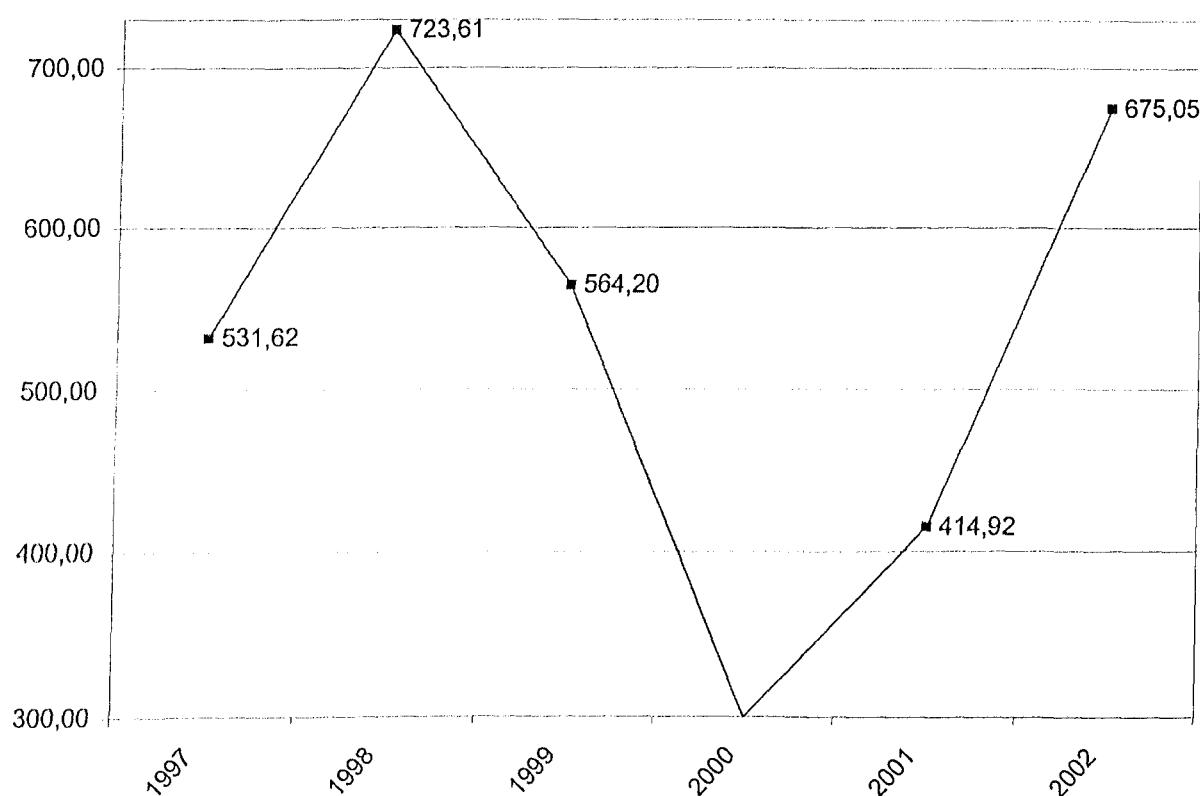
Nesse período, as vendas externas brasileiras de óleo de soja em bruto cresceram 38,5% em 2001 e 62,7% em 2002, totalizando US\$ 415 e 300 milhões, respectivamente, motivadas pela ampliação dos embarques que se contrapôs à queda verificada em 1999 (-22,03%) e 2000 (-46,9%) (ver gráfico 6).

Desse modo, após um ciclo de preços baixos, que deprimiu as vendas externas¹⁰, as exportações de óleo de soja brasileiro cresceram 38,5% e 62,7%, totalizando US\$ 415 e 300 milhões, respectivamente, nos anos 2001 e 2002. É preciso que se considere, no entanto, que o potencial de crescimento do

¹⁰ O pico dessa fase foi 1999/00 onde as exportações brasileiras caíram 22,03% e 46,9% respectivamente.

mercado nacional não tem estimulado as firmas do setor a adotarem uma política mais agressiva de exportação.

Gráfico 6 – Óleo de Soja - Valor Exportado em US\$ Milhões (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do IEA Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br)

Em síntese, o Brasil conseguiu liderança ou participação expressiva no mercado mundial de soja em grão e de produtos agroindustriais da soja e os produtos da soja têm representado, em média, cerca de 9% do valor total das exportações brasileiras no período analisado. Esses números mostram a importância econômica dos setores agroindustriais da cadeia de soja para as exportações brasileiras.

1.3.2 - Carnes

O setor de carnes foi um dos que mais se destacou no período estudado. Em 2001, o Brasil consolidou-se como o segundo maior produtor de carne

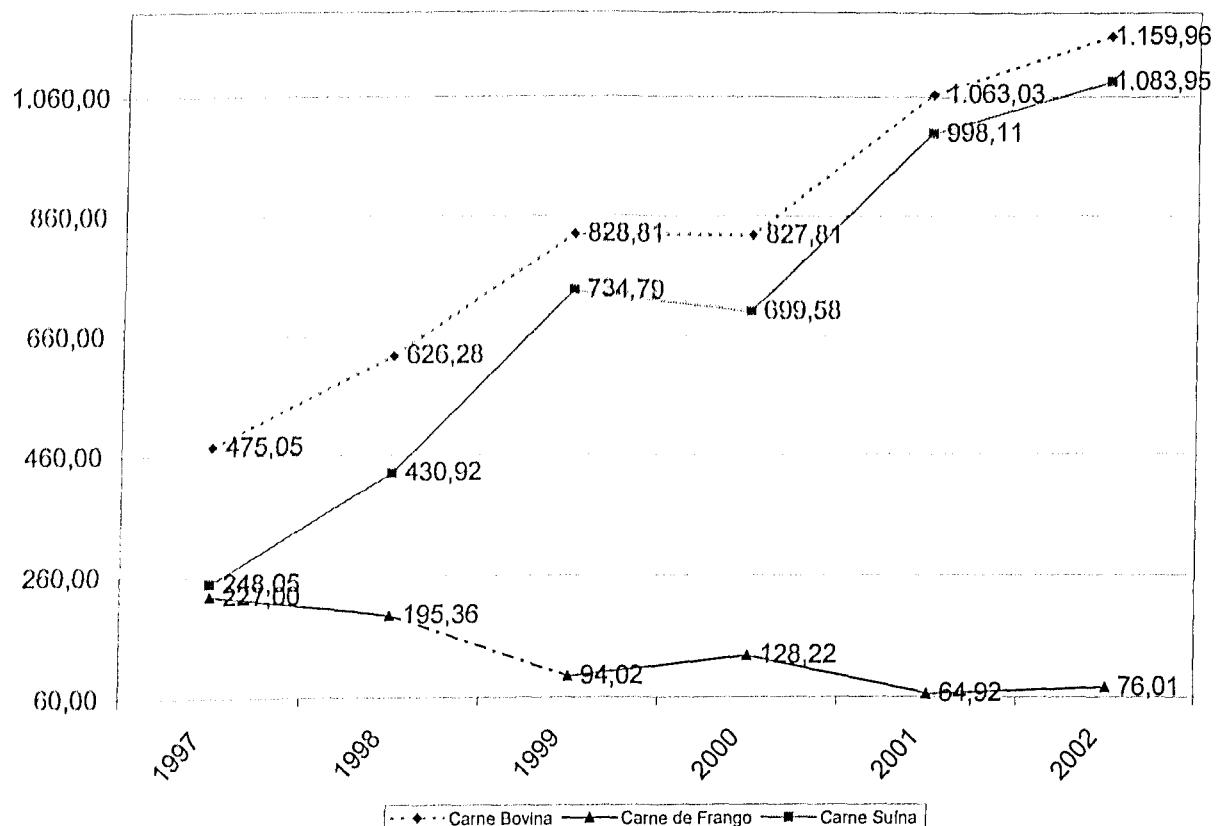
bovina do mundo, o quarto exportador mundial de carne suína e o segundo maior de carne de aves (AGRANUAL, 2004).

As divisas obtidas nesses segmentos representaram cerca de 11,51% do saldo comercial obtido com as exportações de todo o agronegócio nacional em 2001, de US\$ 19 bilhões, resultado que garantiu o superávit da balança comercial naquele ano em US\$ 2,6 bilhões (*idem*).

Nesta perspectiva, o saldo comercial em 2001 do total de carnes (incluindo outras carnes), US\$ 2,5 bilhões, ficou atrás apenas das divisas obtidas com a soja e seus derivados US\$ 5,1 bilhões, dos quais 53,4% oriundos de soja em grão (*ibidem*).

Neste grupo, os processos produtivos são referência no mercado internacional devido a rápida transferência tecnológica (exceto pecuária bovina), possível graças aos sistemas integrados de produção, que garantiu aos processos de produção destaque entre os países de mais alta produtividade no mundo (ANUALPEC, 2002).

Gráfico 7 – Brasil: Carnes e seus principais segmentos- Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002)



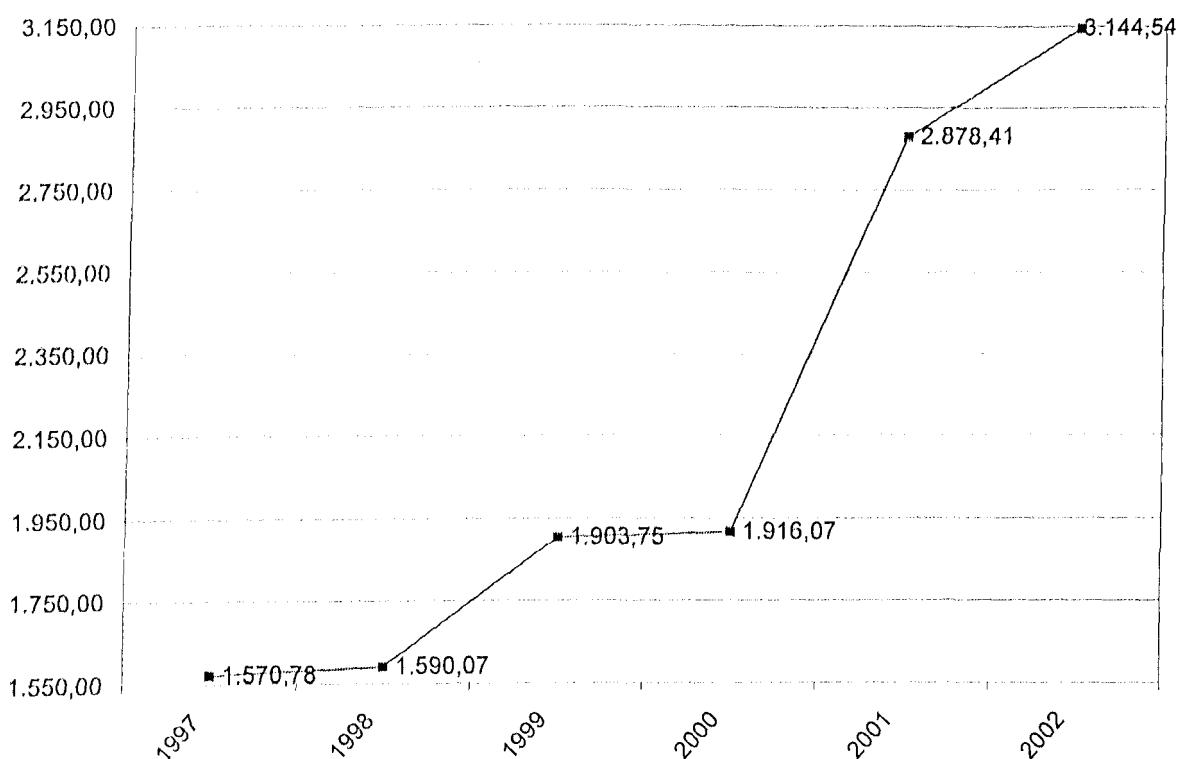
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do IEA/ SP Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br).

Nesse sentido, conforme informações disponíveis no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), o Brasil exporta aves para cerca de setenta países e suínos para doze, entre inteiros e cortes, congelados e industrializados.

Por isso, a indústria nacional incrementou suas exportações significativamente a partir de 2001, como mostra o gráfico 7. Os embarques somados de aves e suínos naquele ano (1,5 milhões de toneladas), representam 66% do total de carnes exportado em 2001.

No ano de 2001, as exportações totalizaram US\$ 2.879 milhões (superior a 2000, US\$ 1.916 milhões). Isto é, o setor proporcionou receita adicional de quase US\$ 1,0 bilhão em 2001, como pode ser visto no gráfico 8, a seguir. Mais que isso: as exportações de carnes e seus derivados também obtiveram um crescimento superior a 100,00% em média se considerarmos o todo o período sob investigação, passando de US\$ 1.570,78 milhões em 1997 para US\$ 3.144,54 milhões em 2002.

Gráfico 8 – Brasil: Carnes e seus derivados - Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do IEA/ SP Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br).

Neste contexto, a competitividade da indústria agroalimentar de carnes do Brasil preocupa os grandes exportadores mundiais, devido à capacidade local de expandir a atividade, em especial nos últimos anos. Há abundante oferta de matérias – prima (milho e farelo de soja), sobretudo na região Centro – Oeste, orientando a produção brasileira de carne em direção a sua fronteira agrícola. Nesta perspectiva, o sucesso da cadeia de grãos determina a sustentação do complexo carnes, em especial, a avicultura e a suinocultura. (ANUALPEC, 2002)

Por isso, as oportunidades brasileiras para a exportação de produtos bovinos, avícolas e suínos surgem à medida que o consumo mundial de proteína animal atinge níveis fortemente elevados. Atualmente, o desafio é continuar a produzir em quantidade e com alta qualidade para atender ao crescimento da demanda mundial.

Tabela 16 – Balanço Mundial da Suinocultura (1997-2002)

Países	1997	1998	1999	2000	2001*	2002**
PRODUTIVIDADE ***	15,5	15,8	15,1	15,3	15,4	15,4
União Européia	17,9	18	18,2	17,9	18,1	18,1
Estados Unidos	15,1	15,1	15,3	16,2	15,9	16,3
China	16,3	16,5	15,2	15,4	15,5	15,4
Brasil	8,7	8,8	9,4	9,5	9,7	9,8
CONSUMO****	73.750	78.600	81.200	81.000	83.000	84.540
China	35.810	38.720	40.060	40.420	42.410	43.200
União Européia	15.020	15.840	16.300	16.170	16.300	16.540
Estados Unidos	7.630	8.300	8.600	4.500	8.300	8.450
Rússia	3.220	3.010	3.080	2.660	2.590	2.690
Japão	2.130	2.140	2.120	2.230	2.180	2.200
Brasil	1.470	1.580	1.720	1.810	1.870	1.950
PRODUÇÃO****	74.450	79.660	82.070	81.660	83.610	84.930
China	35.960	38.840	40.050	40.310	42.400	43.200
União Européia	16.050	17.390	18.060	17.580	17.420	17.800
Estados Unidos	7.830	8.620	8.760	8.600	8.540	8.690
Brasil	1.540	1.690	1.830	1.970	2.120	2.240
Polônia	1.540	1.650	1.670	1.630	1.530	1.570
Rússia	1.570	1.510	1.490	1.500	1.510	1.530
Japão	1.280	1.280	1.270	1.270	1.250	1.240
IMPORTAÇÃO****	5.780	6.140	6.870	3.220	3.170	3.320
Rússia	820	725	800	470	600	630
União Européia	3.300	3.500	3.740	40	60	60
Japão	780	770	920	990	920	940
Estados Unidos	280	320	370	440	410	430
Hong Kong	180	250	260	300	330	360

Notas: * Preliminar

** Previsão

*** Leitões por matriz

**** Mil toneladas de equivalente-carcaça

Fonte: Elaboração própria a partir do ANUALPEC (2002).

No entanto, apesar da busca de novos mercados internacionais, incremento das exportações e fidelização de clientes, o mercado interno ainda representa uma importante parcela do segmento de carnes. Nessa perspectiva, reside aí um dos grandes desafios para o setor que nos últimos anos vem apresentando um crescimento do consumo persistente, ainda que aquém do presenciado pela carne de frango, que teve o seu consumo duplicado na década de noventa.

A carne suína é a mais consumida no mundo e tem papel fundamental na sustentação do crescimento acelerado da população mundial. Em 2001, o consumo mundial de suínos atingiu a expressiva marca de 83 milhões de toneladas (ver tabela 16) e os quatro maiores produtores mundiais de carne suína são a China, com 42,4 milhões de toneladas, os Estados Unidos (8,5 milhões), a União Européia¹¹ com 17,42 milhões e o Brasil com 2,12 milhões de toneladas. Juntos, eles representam 80% da produção mundial.

Contudo, entre estes países apenas o Brasil apresenta as características essenciais para o desenvolvimento da atividade, ao reunir os atributos de competitividade e qualidade de produto e por possuir a maior fronteira agrícola e agroindustrial do mundo: o Centro-Oeste.

Tabela 17 - Balanço da Suinocultura no Brasil (1993-2001)

ANOS	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		PRODUÇÃO M **Ton	CONSUMO INTERNO M** Ton
	M* US\$	M **Ton	M* US\$	M **Ton		
1993	87	47	11,0	5	1.535	1.493
1994	72	38	14,0	7	1.619	1.588
1995	92	37	35,0	15	1.760	1.737
1996	135	69	27,0	6	1.752	1.690
1997	155	70	34,0	10	1.701	1.640
1998	161,0	89,0	33,0	8,3	1.711	1.630
1999	123,0	88,0	28,0	6,8	1.946	1.865
2000	172,0	128,0	22,0	6,6	2.217	2.096
2001	359,0	266,0	22,0	7,0	2.240	1.981

Nota: * Milhares de dólares.

** Milhares de toneladas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANUALPEC (2002)

¹¹ Se considerarmos a União Européia (EU-15) como um só país.

Isso revela a capacidade do país produzir suínos a menores custos, com condições de exportá-los para o resto do mundo de forma eficiente e atender a sua demanda crescente. Na tabela 17, apresentam-se as características individuais do segmento no Brasil, quanto ao consumo, a produção e as exportações e importações.

A tabela 17 confirma a expansão das exportações de carne suína brasileira, que totalizaram US\$ 359 milhões, em 2001, representando um acréscimo de pouco mais de 100% acima do valor obtido em 2000. Para tal, o volume exportado saltou de cerca de 128 mil toneladas para 266 mil toneladas, um aumento de 113,2%, ainda que os preços do produto tenham se mantido estáveis. A carne suína alcançou em 2001 a sua maior taxa de crescimento, entre 1997 e 2002, inferior apenas à média do período, (187,71%).

Tabela 18 – Produção Mundial de Carne de Frango em milhões de toneladas (1997-2002)

Países	1997	1998	1999	2000	2001*	2002*
PRODUÇÃO	38,1	38,8	41,45	43,14	44,14	45,42
Estados Unidos	12,27	12,52	13,37	13,7	13,91	14,27
União Européia	7,49	6,78	6,61	6,65	6,79	7
Brasil	4,46	4,49	5,52	5,98	6,28	6,61
China	2,65	3,45	4,4	5	5,2	5,35
Japão	1,12	1,01	1,07	1,01	1,08	1,08
CONSUMO	37,4	38,2	40,71	42,25	42,75	43,68
União Européia	6,46	6,14	6	6,08	6,25	6,47
Estados Unidos	5,6	5,4	6,11	6,55	6,68	6,8
China	3,03	3,84	5	5,53	5,63	5,75
Brasil	3,81	3,88	4,6	5,04	5,15	5,26
Japão	1,17	1,7	1,62	1,78	1,76	1,77
Rússia	1,47	1,3	1,27	1,37	1,5	1,56
Arábia Saudita	0,68	0,69	0,72	0,72	0,78	0,81
IMPORTAÇÃO	4,2	3,9	4,2	4,42	4,4	4,54
Rússia	1,28	1,02	0,92	0,99	1,08	1,1
China	0,73	0,72	0,91	0,99	0,9	0,9
Japão	0,27	0,59	0,57	0,72	0,66	0,69
Arábia Saudita	0,29	0,27	0,37	0,34	0,4	0,42
Hong Kong	0,27	0,29	0,39	0,26	0,25	0,26
União Européia	0,27	0,15	0,16	0,19	0,2	0,25

Notas: * Preliminar

** Previsão

Fonte: Elaboração própria a partir do ANUALPEC (2002)

Todavia, a despeito do desempenho satisfatório das exportações de carnes brasileiras no período analisado, é preciso ponderar, sobretudo no caso da carne de aves, que o Brasil foi beneficiado em 2001 pela forte queda no consumo de carne bovina na Europa, devido ao “mal da vaca louca” e à febre aftosa diminuindo o consumo europeu deste tipo de carne (ver tabela 18).

Por isso, as exportações de carne de frango mostram elevado grau de recuperação no mesmo período. Assim, após os problemas sanitários na Europa e a conseqüente normalização do mercado internacional de carnes, as empresas brasileiras souberam aproveitar a oportunidade e mesmo com uma taxa média de crescimento menor mantiveram o nível das exportações de frango. Entre inteiros e pedaços a indústria nacional nunca exportou tanto como em 2001, conforme tabela 19.

Tabela 19 – Balanço da Avicultura Brasileira: Carne de Frango (1993-2001)

ANOS	EXPORTAÇÕES				PRODUÇÃO MM **Ton	CONSUMO INTERNO MM** Ton		
	INTEIROS		PEDAÇOS					
	MM* US\$	MM** Ton	MM* US\$	MM**Ton				
1993	341,1	353,5	223,0	156	3.143	2.634		
1994	290	291,2	313,2	189,8	3.411	2.930		
1995	252,1	222,4	377,3	201,8	4.050	3.626		
1996	368,4	294,7	471,7	274,1	4.052	3.483		
1997	450,6	373,8	425,2	275,6	4.461	3.812		
1998	383,8	365,1	355,1	247,3	4.854	4.241		
1999	424,1	422,3	451,3	348,2	5.526	4.755		
2000	360,6	470,5	445,1	436,3	5.981	5.074		
2001	502,0	580,2	789,6	669,1	6.564	5.315		

Nota: * Milhões de dólares.

** Milhões de toneladas.

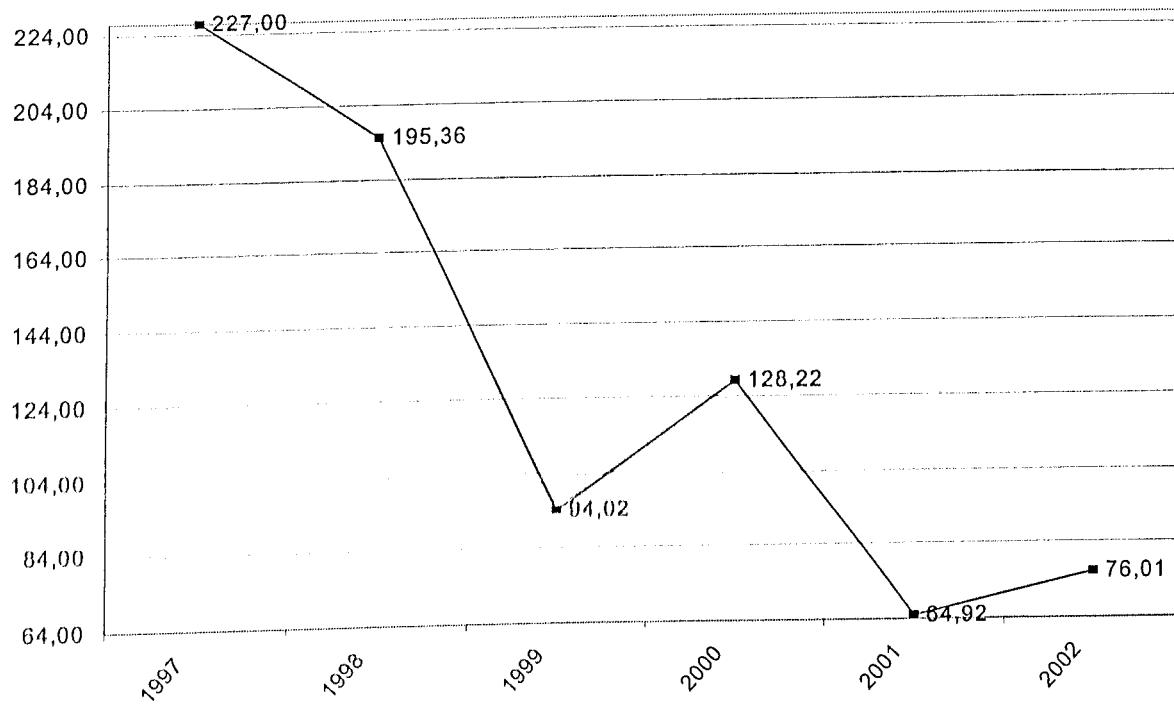
Fonte: Elaboração própria a partir do ANUALPEC (2002).

O gráfico 9 mostra que as exportações de carne de frango, em 2001, atingiram US\$ 128.222 milhões de dólares, receita superior a apresentada em 2000 (US\$ 94.018 milhões de dólares). Em 2002, foram registrados US\$ 76.007 milhões de dólares, um bom resultado em relação a 2001 (US\$ 64.921 milhões de dólares).

Embora, a análise do gráfico 9 indique que a receita obtida pelo Brasil com as exportações de carne de frango tenham sido descendente durante o período sob investigação, na verdade, de 1997-2002, a taxa média de

crescimento do valor das vendas externas de carne de frango, em média, foi de 58%.

Gráfico 9 – Brasil: Carne de Frango - Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do IEA/ SP Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br)

Tabela 20– Exportações Brasileiras de Frango* Por Destino (1998-2001)

	1998		1999		2000		2001	
	M* US\$	M** Ton	M* US\$	M** Ton	M* US\$	M** Ton	M* US\$	M** Ton
INTEIROS	383.817	365.134	424.118	422.340	360.591	470.478	502.034	580.223
Arábia Saudita	171.973	160.367	200.815	207.726	156.678	198.466	220.305	243.388
Rússia	15.978	16.091	4.891	6.610	9.180	13.883	44.702	59.711
Japão	4.667	3.717	4.791	3.851	3.527	3.513	7.059	6.365
Hong Kong	4.165	4.123	5.594	7.452	2.734	4.619	4.898	5.569
SUB - TOTAL A	196.783	184.298	216.091	225.639	172.119	220.481	276.964	315.033
PEDAÇOS	355.108	247.343	451.320	348.241	445.147	436.268	789.624	669.065
Arábia Saudita	13.881	7.627	15.857	9.439	13.044	9.089	16.315	12.283
Rússia	383	491	67.394	94.070	3.561	6.884	22.790	37.223
Japão	120.778	69.643	152.210	96.690	115.301	105.757	159.153	124.272
Hong Kong	51.548	68.321	67.394	94.070	60.052	107.974	64.937	109.648
SUB - TOTAL B	186.590	146.082	302.855	294.269	191.958	229.704	263.195	283.426
SUB- TOTAL (A+B)	383.373	330.380	518.946	519.908	364.077	450.185	540.159	598.459
TOTAL	738.925	612.478	875.438	770.582	805.737	906.746	1.291.658	1.249.288
% SUB - TOTAL (A+B)/TOTAL	51,88	53,94	59,28	67,47	45,19	49,65	41,82	47,90

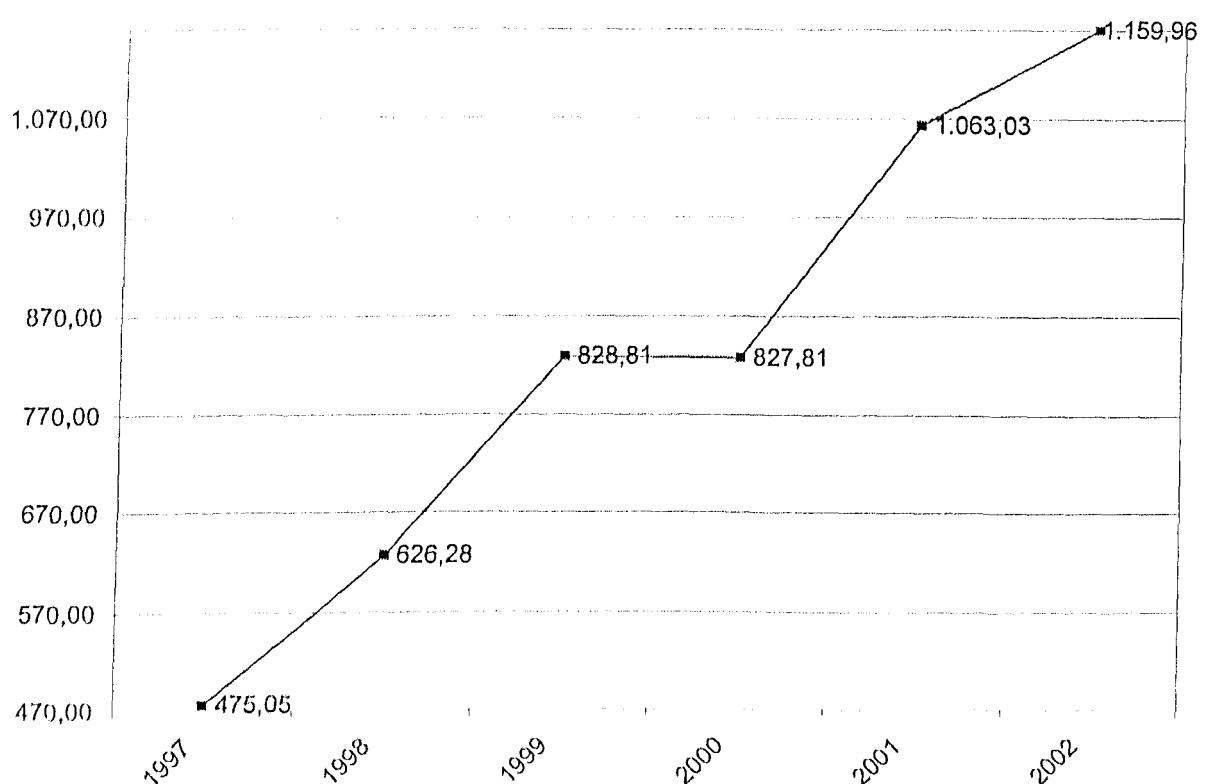
Nota: * Milhares de dólares.

** Milhares de toneladas.

Fonte: Elaboração própria a partir do ANUALPEC (2002).

Sem dúvida os principais mercados de destino para a carne de frango brasileira estão expandindo: em 2000 o Brasil exporta aves para Arábia Saudita, Japão e Hong Kong, que juntos importaram quase 50% do total exportado de frango pelo país. A Rússia também se destacou entre os clientes brasileiros de carne de frango, mas os outros três países alcançaram níveis importados muito superiores nos últimos anos, conforme tabela 20.

Gráfico 10 – Brasil: Carne Bovina - Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do comércio exterior do IEA/ SP Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br)

A partir da análise do gráfico 10, observa-se que a carne bovina nacional também apresentou uma das suas melhores fases para exportação em 2001, apesar da queda de 24,8% nos preços e do foco de febre aftosa encontrado no Estado brasileiro do Rio Grande do Sul (ANUALPEC, 2002).

Nesse sentido, as vendas externas deste produto não foram prejudicadas em 2001 e cresceram 28,42% valor apenas inferior ao crescimento apresentado pelo setor em 1998 (31,84%) e 1999 (32,34%). Com isso, a carne bovina

brasileira conquistou um alto índice de crescimento das exportações no período analisado (150%).

A tabela 21 ilustra o desempenho da bovinocultura de corte do Brasil na última década, proporcionando ao país a posição, de segundo maior produtor de carne bovina do mundo, em 2001 (7,32 milhões de toneladas).

Tabela 21 – Produção Mundial de Carne Bovina em milhões de toneladas (1997-2002)*

Países	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Produção	49,7	49,44	50,16	50,53	49,52	49,94
Estados Unidos	11,71	11,8	12,12	12,29	11,95	11,62
União Européia	7,8	7,51	7,56	7,46	6,89	6,93
Brasil	6,5	6,56	6,69	6,93	7,32	7,32
China	4,4	4,79	5,05	5,32	5,6	5,88
Argentina	2,97	2,6	2,84	2,88	2,86	2,9
Austrália	2,6	2,61	2,51	2,58	2,64	2,72
Rússia	2,32	2,09	1,9	1,84	1,7	1,67
Canadá	1,07	1,15	1,3	1,24	1,22	1,2
Nova Zelândia	0,66	0,62	0,56	0,6	0,64	0,68
Importação	6,03	6,06	6,62	5,015	4,8	5,08
Estados Unidos	1,06	1,2	1,3	1,37	1,4	1,41
Japão	0,92	0,95	0,96	1,03	0,94	0,96
União Européia	1,88	1,85	2,02	0,45	0,4	0,44

Nota: * Equivalente carcaça.

Fonte: Elaboração própria a partir do ANUALPEC (2002).

Desse modo, o Brasil ampliou as suas exportações de carne bovina e passou a ameaçar o principal exportador de carne bovina mundial, a Austrália, bem como os outros exportadores como os Estados Unidos, o Canadá, a Nova Zelândia e a Argentina, atingindo os principais compradores do produto no mercado mundial são países da Europa (União Européia), o Japão e os Estados Unidos.

Em 2001, como mostra a tabela 22 foram registrados US\$ 990.903 milhões em vendas externas de carne bovina (carne bovina industrializada e *in natura*), proporcionando uma receita de quase 1 bilhão de dólares em 790 milhões de toneladas de carne bovina embarcados para o mercado internacional, naquele ano.

De outro lado, as importações reduziram-se à metade, passando de 114 milhões de toneladas (US\$ 103.500) em 1997 para 38 milhões de toneladas em 2001 (US\$ 57.995) e, ao mesmo tempo, o crescimento da produção de carne

bovina no país acompanhou a demanda interna apresentada no período analisado, conforme mostra a tabela 22.

Tabela 22 – Balanço da Bovinocultura no Brasil em milhares de toneladas (1992-2001)

Ano	Exportações						Importações		Produção	Consumo Interno
	Industrializada		In Natura		Total		Total		Total	Total
	M ton*	M** US\$	M ton*	M** US\$	M ton*	M** US\$	M ton*	M** US\$	M ton*	M** ton*
1992	318	281.369	124	283.276	442	564.645	114	103.500	6.168	5.765
1993	322	301.474	129	271.426	451	572.900	48	44.000	6.094	5.805
1994	274	287.465	102	268.090	376	555.555	86	111.739	6.768	6.603
1995	238	292.873	49	180.780	287	473.653	121	169.585	6.794	6.653
1996	219	236.323	61	194.305	280	430.628	139	175.678	6.402	6.226
1997	219	231.816	68	196.295	287	428.111	112	196.553	6.504	6.213
1998	265	296.233	105	276.595	370	572.828	79	156.362	6.562	6.063
1999	345	318.106	196	443.835	541	761.941	42	71.128	6.697	6.200
2000	309	251.884	245	503.296	554	755.180	57	98.171	6.930	6.179
2001	311	252.098	470	738.805	790	990.903	38	57.995	7.322	6.531

Nota: * Milhares de toneladas de equivalente carcaça.

** Milhares de dólares

Fonte: Elaboração própria a partir do ANUALPEC (2002)

Portanto, o Brasil têm consolidado a sua posição no mercado mundial de carnes com impactos positivos sobre o saldo comercial local, apesar das barreiras comerciais impostas à carne brasileira nos principais mercados importadores, como por exemplo, a União Européia e os Estados Unidos.

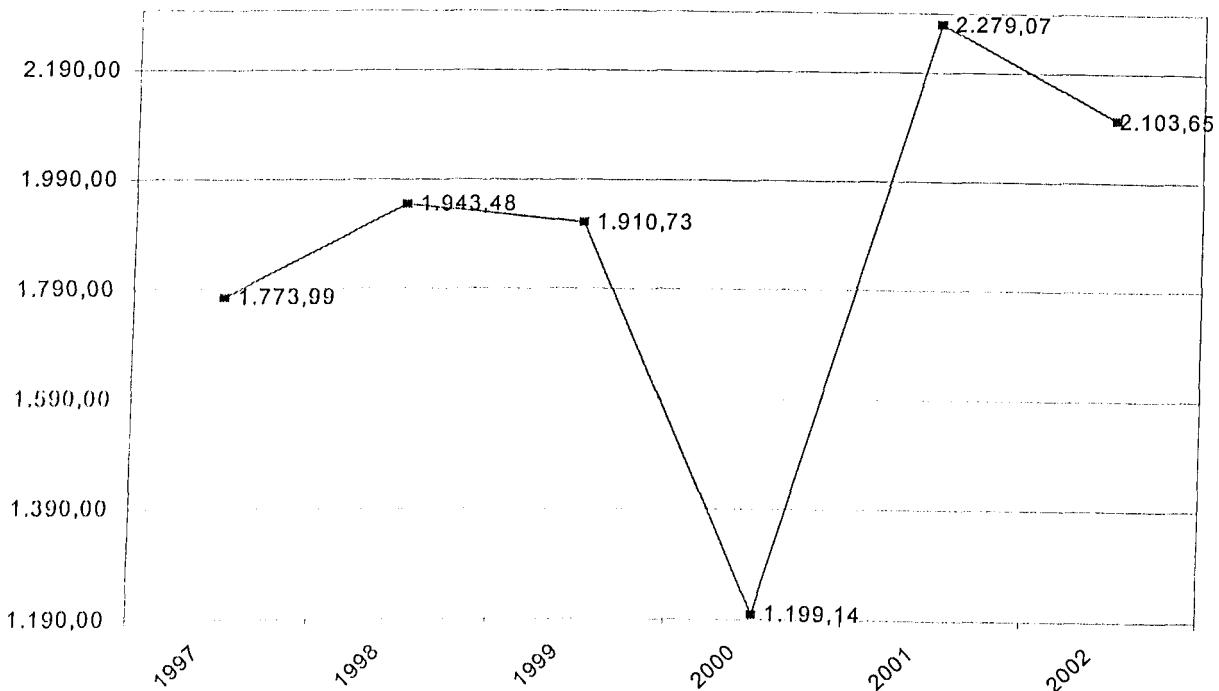
1.3.3 - Açúcar

A variação positiva das exportações de açúcar em bruto e refinado entre 1997 e 2002 foi de quase 18,6%. A receita com as quantidades exportadas de açúcar brasileiro saltaram de US\$ 1.774 milhões no ano de 1997 para US\$ 2.104 milhões em 2002 (gráfico 11). A exceção foi o ano de 2000, que apresentou queda nas vendas externas do açúcar e o produto apresentou uma taxa recorde de decrescimento de 37,24% em relação ao ano de 1999.

Com umas das menores safras, decorrentes da estiagem que atingiu o país no início do ano de 2000, o produtor de açúcar cortou suas exportações

priorizando o mercado interno que estava com preços melhores. O Brasil reduziu suas exportações em até cinco milhões de toneladas e, com isto, o saldo açucareiro naquele ano foi de US\$ 1,20 bilhão, queda de 42% ante os US\$ 1,96 bilhão registrados em 1999 (AGRIANUAL, 2004).

Gráfico 11 – Brasil: Açúcar - Valor Exportado em US\$ milhões (1997-2002)



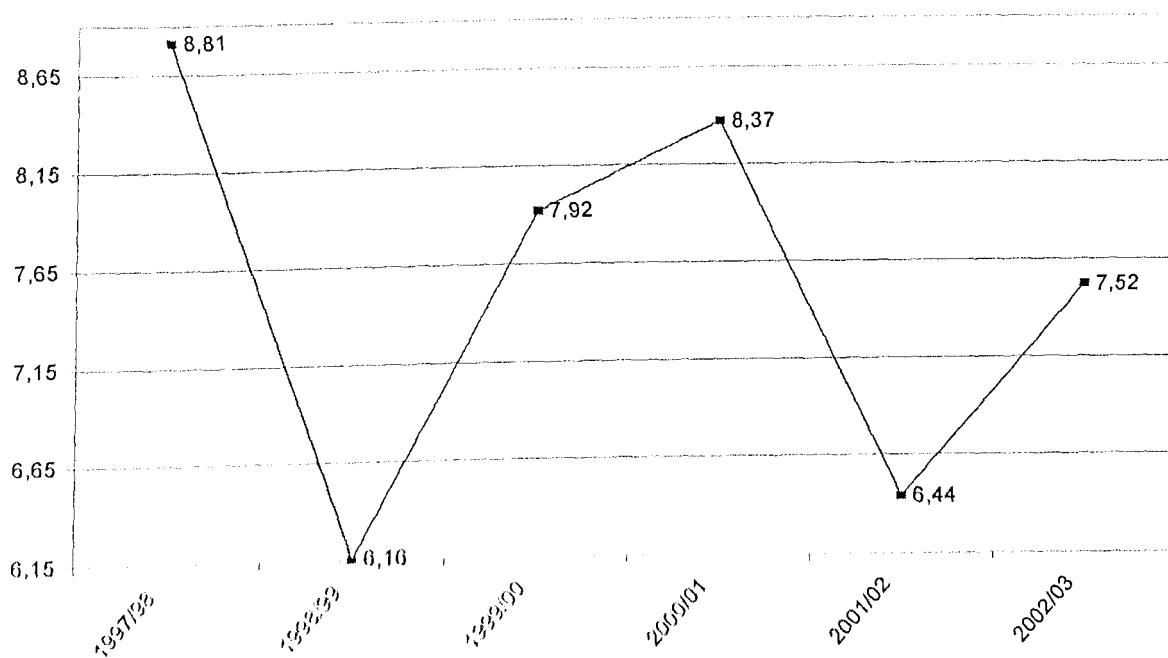
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio do IEA/ SP Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br).

Ao contrário do ocorrido em 2000, quando as exportações de açúcar diminuíram fortemente, em 2001, houve uma expressiva recuperação. As vendas externas atingiram o recorde de US\$ 2.279 milhões, valor 90,06% superior ao realizado em 2000, de US\$ 1.199 milhões.

Em volume, as exportações cresceram 71,8%, ao passar também da quantidade recorde de 6,5 milhões de toneladas, em 2000, para 11,2 milhões de toneladas, em 2001.

A explicação dessa elevação nas quantidades exportadas é devido à recuperação dos preços internacionais desde meados de 2000 pela quebra da safra anterior, o que estimulou o produtor a direcionar parte de sua produção ao exterior e à forte desvalorização cambial em 2001, que tornou ainda mais competitivo o açúcar brasileiro (gráfico 12).

Gráfico 12 – Evolução do preço do açúcar demerara em Nova York em centavos de US\$/libra peso (1997/98 – 2002/03)



Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004)

Tabela 23- Açúcar: Balanço Mundial em milhões de toneladas (1997-2002)

Países	1997	1998	1999	2000	2001	2002/03
Produção	125,48	131,25	136,83	130,65	134,87	143,5
Brasil	15,7	18,3	20,1	17,1	20,4	23,76
Índia	14,59	17,43	20,22	20,48	20,47	20,1
União Européia	19,3	17,82	19,49	18,52	16,18	18,66
China	8,63	8,96	7,52	6,85	8,3	9,48
Estados Unidos	7,27	7,59	8,2	7,96	7,17	7,62
Consumo	122,75	124,82	127,57	130,44	135,07	136,7
Índia	16,7	16,97	17,29	17,84	19,76	20,75
União Européia	14,3	14,25	14,52	14,06	14,33	14,45
Brasil	8,8	9,1	9,1	9,25	9,45	9,64
China	9,01	8,9	8,47	8,65	9,05	9,12
Estados Unidos	8,9	9,08	9,05	9,3	9,25	8,7
Importação	33,43	36,4	36,26	38,82	37,96	38,19
Rússia	4,21	5,4	5,17	5,65	4,85	4,5
União Européia	1,83	1,87	1,78	1,84	2,08	2,1
Estados Unidos	1,96	1,65	1,48	1,44	1,38	1,51

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004)

A tabela 23 mostra que a produção brasileira de açúcar, em 2002/03, seguiu as boas condições do ano anterior. Com isso, o Brasil atualmente é o principal produtor e exportador mundial de açúcar. Entretanto, conforme mostra

o gráfico 11, as vendas externas apresentaram, em relação ao ano safra 200/2001, uma queda de 7,70%.

Apesar disso, as exportações do açúcar brasileiro poderia ser bem maiores para em alguns países, não fosse o mercado internacional extremamente protegido e sustentado por fortes subsídios governamentais. Dessa forma, o crescimento das vendas externas do produto depende muito mais do protecionismo europeu e dos Estados Unidos do que de outras variáveis. Na União Européia e nos Estados Unidos existem barreiras como as tarifas de embarques que dificultam o crescimento do volume de exportações brasileiras.

1.3.4 - Suco de Laranja

O Brasil é responsável por fornecer aproximadamente 80% de todo o suco de laranja concentrado e congelado consumido no mundo. A evolução da citricultura do Estado brasileiro de São Paulo fez com que o país se consolidasse com líder mundial na produção e exportação de suco de laranja.

Tabela 24 – Balanço de Oferta e Demanda Brasileira de Suco de Laranja em milhões de toneladas (1997/98 a 2002/03)

Ano*	Produção (mil cxs)	Volumen	Total	Exportação	Estoque Final	Preço NYBOT
		Procesado (mil cxs)	FCOJ**	FCOJ	FCOJ	Dollac. FCOJ (US\$/€/lb)
		Ton	Ton	Ton	Ton	
1997/98	423,79	318	1.382,61	1.217,00	3444,42	99,01
1998/99	331,28	279,17	1.163,20	1.096,00	395,65	110,19
1999/00	390,74	280	1.191,49	1.130,99	439,06	93,56
2000/01	340,95	265	1.113,44	1.234,27	297,4	79,09
2001/02	286,67	222,21	922,03	1.055,27	134,99	89,5
2002/03*	345,022	281,15	1.176,34	1.077,26	199,07	92,55

Notas: * Ano Safra = Julho a junho.

** O suco de laranja, em inglês, *frozen concentrate orange juice* (FCOJ) à concentração de 66° Brix.

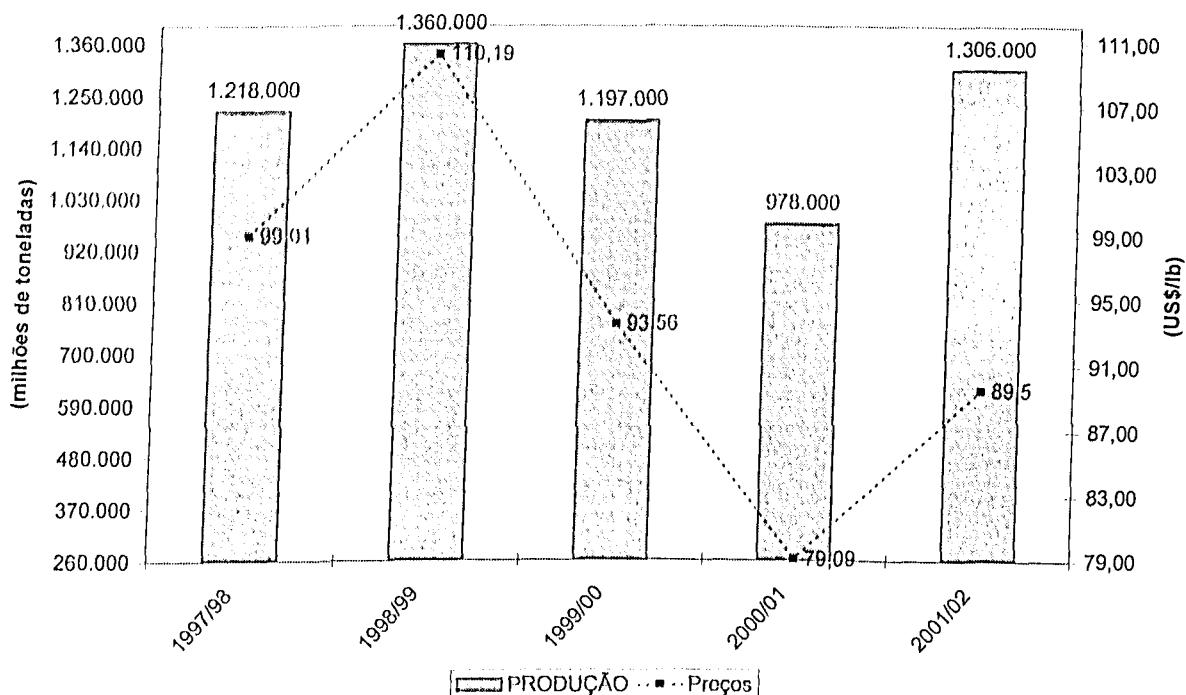
Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004)

As exportações brasileiras de suco acompanharam o mesmo ritmo de crescimento da produção da fruta, permitindo ao país ganhar mercado internacional. Praticamente toda a produção de laranja no país se destina ao

processamento para a obtenção do suco, cuja maior parte é exportada. No ano safra 1997/98 a produção brasileira da fruta atingiu 424 milhões de caixas. Até hoje representa o recorde da produção nacional de laranja (tabela 24).

Houve, diante dessa produção, um descompasso entre oferta e demanda da fruta, o que gerou um grande aumento do excedente estocado de suco no final dos anos 90. Nem o aumento da demanda pelas exportações do suco foi suficiente para conter o excedente.

Gráfico 13 –Suco de Laranja Brasileiro - Produção x Preços



Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

Dessa forma, o excedente brasileiro de suco variou bastante no período analisado e grande parte desses anos, o preço do produto atingiu valores inferiores a US\$ 100,00/lb na bolsa nova-iorquina. O ano safra 1998/99 foi a exceção (US\$ 110,19/lb), nos demais anos safras os preços se situaram nos níveis históricos mínimos de US\$ 79,09/lb a US\$ 99,01/lb (gráfico 13).

Como reflexo dessa contínua diminuição dos preços internacionais, a produção do suco de laranja pelas indústrias foi aos poucos reduzindo. Assim, houve a desejada redução dos estoques, calcula-se que o volume processado do suco de laranja se manteve, em média, em cerca de 1,2 milhões de toneladas (exceto o ano safra 2000/01) no período sob investigação.

Somem-se a isso os problemas fitosanitários, mais intensos a partir do ano de 2000, como a “clorose variegada dos citros” (CVC) e o amarelinho, doenças causadas por bactérias, que representaram dificuldades e custos adicionais para os produtores brasileiros de laranja. Como resultado da crise dos últimos anos da década de noventa, a produção de laranja diminuiu significativamente (ver tabela 24).

Outro fato importante no período analisado foi a grande recuperação da produção norte-americana de suco de laranja. Como mostra a tabela 25, os Estados Unidos ficaram menos dependentes do suco brasileiro. Por exemplo, no ano safra 2001/02 a produção de suco de laranja norte-americana foi de mais de 1 milhão de toneladas (1.001,10 milhões de toneladas) para um nível de consumo de cerca de 1.030,40 milhões de toneladas. Com isso, o mundo não absorveu todo o suco produzido e a consequência foi a queda contínua dos preços do suco no mercado internacional.

Tabela 25 – Suco de Laranja – Oferta e Demanda nos Estados Unidos em milhões de toneladas

Ano	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03*
Produção	1.106	879,16	1.071,71	966,75	1.001,10	858,04
Importação	216,68	245,8	241,36	183,46	134,23	199,16
Exportação	105,41	106,84	103,51	87,19	128,89	98,87
Consumo	1.195,30	1.017,55	1.130,11	1.025,30	1.030,40	1.048,02

Nota: Atualização Março de 2003.

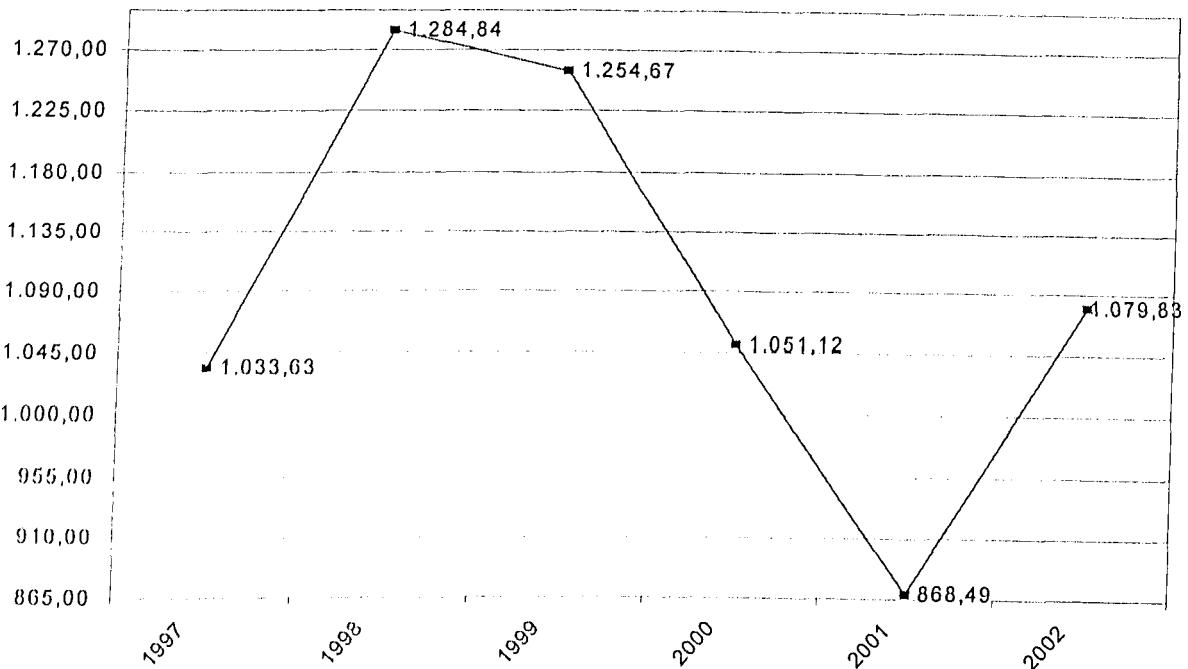
Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

Como reflexo desta redução da oferta de fruta, o mercado, novamente, passou a ser comprador e as indústrias foram aos poucos diminuindo seus estoques de suco. As processadoras mantiveram as exportações e, à medida que produziam mais suco, a sua receita com as vendas externas aumentavam (gráfico 14). Entretanto, os preços de suco ainda não refletirem a recuperação do setor e o desempenho do produto no comércio exterior brasileiro é apenas satisfatório.

Considerando-se que os Estados Unidos é o maior consumidor mundial do produto é natural que o principal destino das exportações do suco de laranja congelado e concentrado brasileiro seja o país norte-americano. Entretanto, as

restrições tarifárias impostas ao suco de laranja brasileiro no mercado estadunidense têm dificultado as vendas externas brasileiras.

Gráfico 14 - Suco de Laranja Brasileiro - Valor Exportado, em US\$ milhões (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do IEA/ SP Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br).

Em 2000, por exemplo, o suco de laranja concentrado reconstituído foi objeto de tarifa específica de US\$ 0,0785 / litro (equivalente *ad valorem*: 56%). Adicionalmente, desde 1970 o estado norte-americano da Flórida, principal produtor de laranja e suco naquele país, sobretaxa os produtos cítricos importados do Brasil em US\$ 40 por tonelada, pois o suco nacional já paga uma tarifa aduaneira de US\$ 418 por tonelada. Em 2004, o governo brasileiro saiu vitorioso de um processo contra essa sobretaxa após celebrar um acordo com o governador do estado estadunidense da Flórida. Atualmente os importadores do suco de laranja brasileiro podem optar por pagar apenas um terço dessa tarifa (Folha de São Paulo, 29/05/2004).

A redução da participação brasileira no mercado norte-americano foi de 20% em menos de uma década, passando de 91%, em 1992, para 71%, em 1999. Sem as restrições tarifárias, calcula-se que o Brasil ocuparia todo o mercado americano e o ganho total seria de pouco mais de US\$1 bilhão (Oliveira, 2003).

Neste contexto, o maior desafio a ser enfrentado pelo setor cítrico (suco de laranja) brasileiro está no aumento das exportações nos próximos anos, sabendo que o consumo nos principais mercados do produto (regiões e nações mais desenvolvidas) é apenas vegetativo. Nesse sentido, a busca por novos mercado é essencial para o país continuar a impulsionar as suas vendas externas e fortalecer-se como forte exportador de suco de laranja.

1.3.5 - Café

O Brasil por suas vantagens comparativas é reconhecido mundialmente como um dos países mais competitivos na cafeicultura. No período analisado, o mercado mundial de café comportou-se de acordo com a variação dos estoques mundiais, os quais refletem as quantidades ofertadas e demandas da mercadoria. O preço se ajustou de forma a equilibrar essas quantidades¹².

Tabela 26 - Café: Oferta e Demanda Mundiais em mil sacas de 60 kg

Ano	Produção	Exportação	Consumo	Estoque	Preço* US\$/saca
1996/97	103,78	84,51	101,10	46,04	197,69
1997/98	97,68	77,9	102	41,73	161,2
1998/99	108,4	84,8	105,55	44,63	114,95
1999/00	113,43	92,44	104,29	53,77	106,26
2000/01	116,58	90,4	107,95	62,4	65,39
2001/02	110,1	86,82	108,3	64,2	52,01
2002/03**	119,9	88,97	110,98	73,12	65

Notas: * Média do preço da bolsa de Nova York (NYBOT) deflacionado pelo CPU.

**Estimativa

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

A expansão desordenada da produção cafeeira teve como resultado a superoferta da *commodity* e o consequente declínio dos preços, pois ao contrário do aumento expressivo da produção, o consumo mundial cresceu pouco no mesmo período. Enquanto a ascensão produtiva mundial foi de 119,9 mil sacas, o consumo não passou das 110,98 mil sacas. Verifica-se, pois que sobraram 8,92 mil sacas no mesmo período (tabela 26).

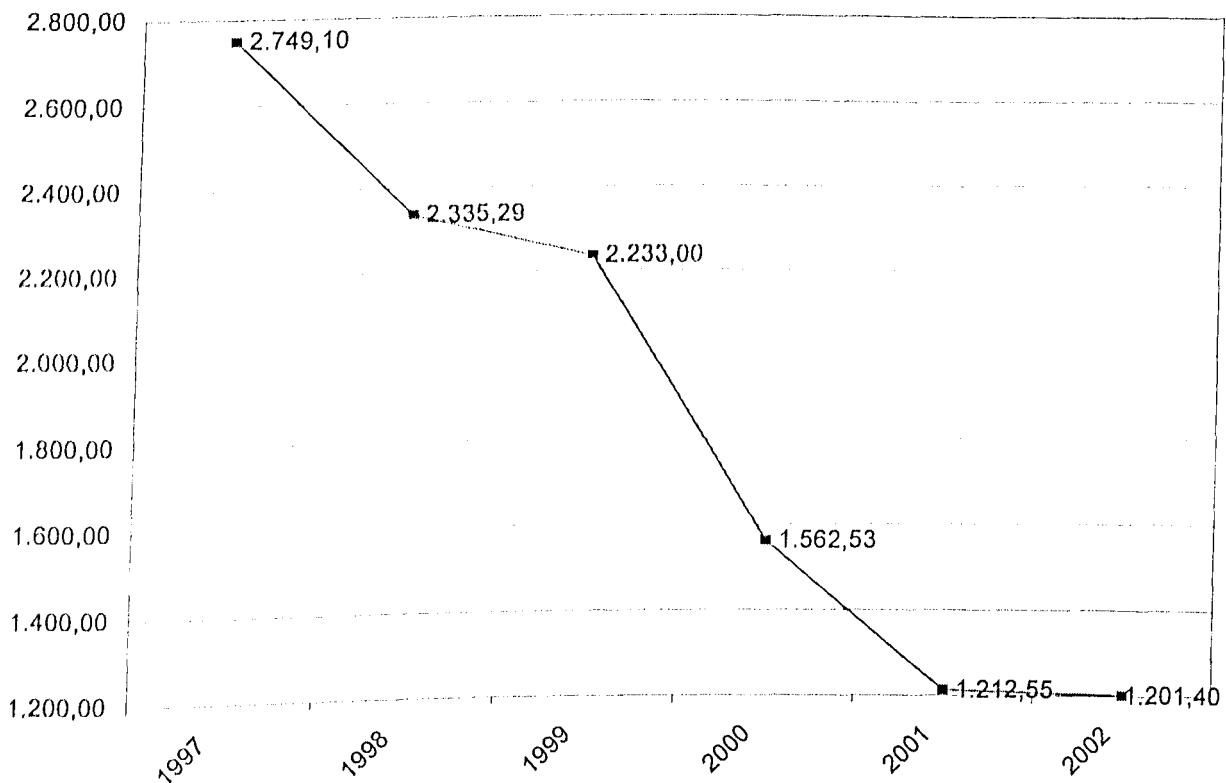
¹² Como se sabe, o café é considerado um dos exemplos clássicos de demanda inelástica, ou seja, o consumo responde muito pouco ao preço do produto. Assim, quando há queda de produção seus preços explodem e, da mesma forma, ao sobrar produção, os preços desabam.

O mercado considera o Vietnã e a Indonésia como culpados pela atual superoferta. Por certo, os países asiáticos cooperaram e muito para essa situação, mas não somente eles foram atraídos pelos preços internacionais de anos recentes. De forma geral, a Colômbia constituiu a única exceção nesse quadro, pois a sua produção ficou estabilizada na faixa de 10 a 13 mil sacas no período sob investigação (AGRIANUAL, 2002).

Por eficiência de seus produtores e como resultado de vantagens comparativas, o Brasil é mundialmente reconhecido como um dos países mais competitivos na cafeicultura e sendo assim, não deve ser muito prejudicado pela crise pela qual passa o setor cafeeiro. Mas, por outro lado, também se reconhece as fragilidades, em especial no âmbito da comercialização, que expõe os cafeicultores nacionais aos impactos da forte oscilação dos preços do produto, caracterizando o mercado de café como sendo um mercado cíclico.

Na pauta de exportações brasileiras de café, predomina o grupo de produtos básicos (representando entre 86% e 91% do valor exportado no período), que é formado quase que completamente por café não-torrado, não-descafeinado e em grão.

Gráfico 15 - Café em Grão- Valor Exportado, em US\$ milhões (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do IEA/ SP Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br).

Em vista disso, no período compreendido entre 1997 a 2002, o valor das exportações brasileiras de café em grão apresentou acentuada tendência de queda como descreve o gráfico 15. Em grande parte devido aos preços recebidos pelos exportadores, que diminuíram ao longo de todo o período analisado, com a maior queda ocorrendo em 2001 (tabela 27).

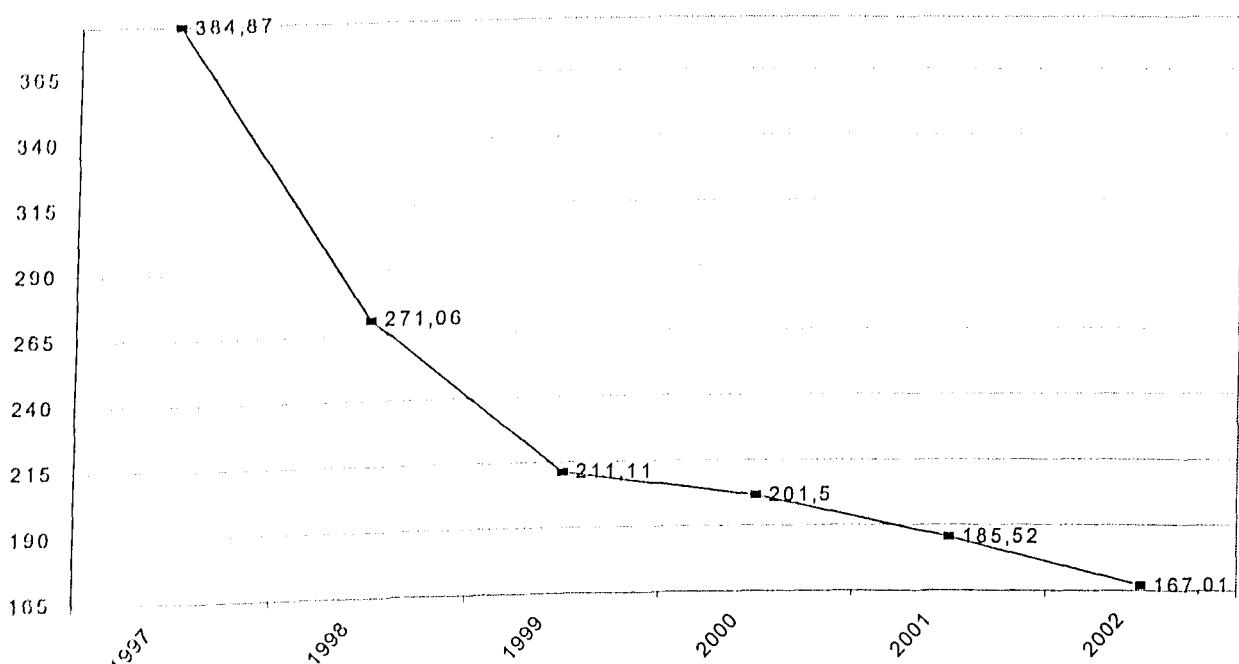
Tabela 27 - Café - Oferta e Demanda Brasileiras em mil de sacas de 60 kg (1997/98-2002/03)

Anos	Exportação	Produção	Consumo Interno	Preço ESALQ/BM&F R\$ /sc ***
1997/98	14.773	23.617	11.500	382,12
1998/99	22.129	35.496	12.200	257,27
1999/00	20.580	32.475	12.700	279,36
2000/01	19.131	35.371	13.200	182,8
2001/02	24.402	33.988	13.600	136,05
2002/03	29.478	48.749	13.900	153,09

a: *** Média de preços para o café arábica tipo 6/bebida dura para melhor deflacionado pelo IGP-DI.
Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

Em contraste, de acordo com Vicente (2003), "a quantidade exportada cresceu continuamente entre 1997 e 2002, com exceção do ano 2000, em que houve queda de 21% na quantidade exportada em comparação com 1999. No período 1997 a 2002, a quantidade exportada aumentou 65%."

Gráfico 16 – Brasil: Café Solúvel - Valor Exportado, em US\$ milhões (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do IEA/ SP Instituto de Economia Agrícola (www.iea.sp.gov.br).

No grupo de produtos manufaturados, o café solúvel, mesmo descafeinado, representa de 91% a 93% do valor exportado. O comportamento das quantidades exportada de café solúvel diminuiu abruptamente em 1998, cerca de 30% em relação a 1997, apresentando tendência de crescimento desse ano em diante, mas não atinge em 2002 a mesma receita de 1997, US\$ 384.874 milhões (gráfico 16).

De acordo com Vicente (2003), para compensar os preços (em US\$ FOB) observados, para o grupo de manufaturados diminuíram bem menos do que os do café em grão¹³, acumulando perdas de 54% no período, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (2003). Portanto, as exportações de café com maior valor agregado cresceram muito menos, embora os preços no mercado internacional mostrem queda muito menor do que as do café em grão.

A Alemanha, os Estados Unidos e, a Itália e o Japão são os principais destinos do café exportado pelo Brasil no período analisado (tabela 28). Vicente (2003) expressa isso ao argumentar que a "União Européia é o destino mais importante do café exportado pelo Brasil, representando 53% do valor total em 2002, com destaque para Alemanha (39% do total da União Européia) e Itália (16% do total da União Européia). Em seguida aparece os Estados Unidos (87% do total do NAFTA) e a Ásia, respondendo por 10% do valor exportado pelo Japão (86% das compras)."

Tabela 28- Café": Exportações Brasileiras – Ranking por Destino (1998-2002)

Países	1998		1999		2000		2001		2002	
	M*US\$	Ton**	M* US\$	Ton**						
Alemanha	370,32	156,85	446,03	240,17	268,02	161,63	239,06	242,65	121,87	150,78
Estados Unidos	367,95	170,93	469,54	281,86	219,42	138,37	148,88	168,38	74	110,88
Itália	256,88	99,02	192,62	99,48	173,9	99,85	135,16	121,05	56,13	68,35
Japão	226,85	83,74	183,2	93,61	154,16	86,09	105,84	94,62	46,53	49,54

Notas: "Café torrado ou não, descafeinado ou não, em grão e molido.

* Milhões de dólares.

** Milhões de toneladas

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

É interessante destacar que os dois primeiros (Alemanha e Itália) desses blocos de países são compradores de produtos básicos (café em grão). Os

¹³ O comportamento das quantidades exportadas do produto, entre 1997 e 2002, aumentou 79%, enquanto os preços (em US\$ FOB) caíram 76%.

produtos de café industrializados têm como principal mercado a Europa Oriental (36% do valor total), com a Federação da Rússia representando 38% das aquisições desse grupo dentro do bloco. Em seguida, aparece a Ásia (excluído o Oriente Médio), com 23% do valor exportado, em especial o Japão, destino de 72% do valor das exportações do grupo de manufaturados para essa região.

Tabela 29- Café Solúvel: Exportações Brasileiras –Ranking por Destino (1999-2002)

Países	1999			2000			2001			2002		
	MM* US\$	Ton**	% Ton									
Rússia	56,33	11,34	2,58	33,18	7,18	15,78	35,7	10,37	18,70	25,03	8,27	14,66
Estados Unidos	39,99	10,57	24,07	41,86	11,22	24,66	28,93	11,44	20,63	24,27	10,37	18,38
Alemanha	20,25	4,56	10,38	20,43	5,38	11,83	15,66	5	9,02	19,95	6,87	12,17
Japão	15,99	2,59	5,90	17,9	3,04	6,68	16,68	3,6	6,49	15,91	3,49	6,18
Total	211,11	43,92	100,00	201,5	45,49	100,00	185,52	55,45	100,00	167,01	56,43	100,00

Notas: * Milhões de dólares.

** Milhões de toneladas

Fonte: Elaboração própria a partir do AGRIANUAL (2004).

O crescimento nas exportações de café solúvel, de 2000 a 2002, deve-se basicamente às compras dos Estados Unidos (24,66%, 20,63% e 18,37%, respectivamente), que foi o principal destino dessas mercadorias, ao lado da Rússia (que representaram 15,78%, 18,70% e 14,65% do valor nesses anos). Portanto, quanto ao café solúvel, verifica-se no período analisado uma concentração ainda maior no destino das exportações (tabela 29).

Em resumo, o crescimento das exportações do café brasileiro no mercado internacional no período recente esteve condicionado a crise dos preços do final da década de noventa e ao crescimento da demanda por cafés diferenciados dos tipos expresso e *gourmet* no mercado mundial, principalmente dos Estados Unidos.

Neste contexto, os dados sugerem que o desempenho satisfatório no comércio exterior apresentado pelos produtos agroalimentares que o país mais exporta tem sido possibilitado pelo avanço da tecnologia no campo e o consequente aumento de produtividade e melhoria da qualidade e pela posição significativa que o país ocupa no mercado mundial em vários desses produtos no período recente.

Em síntese, o Brasil detém liderança ou participação expressiva no mercado mundial de produtos como a soja em grão e seus derivados, carnes, açúcar, suco de laranja e café. Daí a importância relativa dos mesmos no total das exportações brasileiras e consequentemente no saldo comercial do país.

O próximo capítulo tem por objetivo caracterizar a natureza da competitividade externa dos produtos agroalimentares mais importantes da pauta de exportação brasileira, considerando a convergência dos mesmos à dinâmica das exportações mundiais (critério de setores em crescimento, oportunidades perdidas, setores em declínio e setores em retrocesso).

Em termos gerais, a análise de competitividade externa se concentrará inicialmente no exame dos indicadores de competitividade (*Market-Share*, Vantagem Comparativa Revelada e Contribuição ao Saldo). Em seguida, a ferramenta de análise utilizada para avaliar o padrão de especialização desses segmentos agroalimentares no mercado mundial foi a matriz de competitividade.

Nota-se que com isso buscará responder o argumento-síntese deste trabalho: a existência de vantagens comparativas reveladas e *market-shares* elevados nesses produtos representam uma contribuição ao saldo comercial do país correspondente a esta competitividade?

2 – COMPETITIVIDADE E DESEMPENHO COMERCIAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROALIMENTARES BRASILEIROS

Este capítulo tem como objetivo observar o desempenho da competitividade externa dos principais setores agroalimentares do Brasil, e no segundo momento averiguar a evolução dos principais compradores mundiais e a especialização produtiva brasileira nesses segmentos, no período de 1997-2002.

Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo, em primeiro lugar, estimar um conjunto de indicadores de comércio exterior para os principais produtos agroalimentares brasileiros e, em segundo lugar, construir uma matriz de competitividade para esses produtos com o intuito de avaliar o dinamismo de mercado da indústria agroalimentar brasileira.

A primeira seção destaca, num primeiro momento, como foi realizada a coleta das informações estatísticas utilizada neste trabalho. Em seguida, são demonstrados a construção dos indicadores de competitividade e o procedimento de elaboração da matriz de competitividade para os principais produtos agroalimentares do país.

2.1 – Metodologia

A metodologia de análise da competitividade agroalimentar adotada no presente trabalho basicamente considera elementos de análise *ex-post*, como o *market share*. A posição e a dinâmica dos principais países competidores nos mercados de destino dos produtos agroalimentares selecionados é também considerada na análise.

Assim, o primeiro passo para a análise da competitividade agroalimentar dos setores em estudo foi definir o que se entende por setor agroalimentar nas estatísticas de comércio internacional, tendo como referência os parâmetros tipológicos desenvolvido por Pavitt (1984).

Este critério de agregação permite distinguir alguns grupos de indústrias, dentre eles o grupo da indústria intensiva em recursos naturais, onde se encontra a Indústria Agroalimentar.

Desse modo, a taxonomia desenvolvida por Pavitt, envolve os seguintes grupos de indústrias: a) Indústria intensiva em trabalho: indústrias têxteis, confecções, couro e calçados entre outros, caracterizados pelo fato de serem apenas absorvedores líquidos dos processos de inovação por não gerarem novas tecnologias; b) Indústria intensiva em escala: indústria automobilística, siderúrgica e os bens eletrônicos, caracterizados por serem empresas oligopólicas com elevada intensidade de capital e ampla economia de escala; c) Fornecedores especializados: bens de capital sob encomenda e equipamentos de engenharia e são caracterizados pela elevada obtenção de economias de escopo; d) Indústria intensiva em P&D: setores da química fina, componentes eletrônicos, telecomunicações e indústria aeroespacial, os quais são caracterizados por alividades inovativas diretamente relacionadas com elevados gastos em P&D, e são seus produtos são altos difusores de tecnologia.

A princípio, com o auxílio de um tradutor¹⁴ foram incluídos nesta definição as atividades agrícolas e pecuárias primárias e os setores agroindustriais compreendidos nos capítulos 0 (alimentos e animais vivos), 1 (bebidas e tabaco), 21 (couros e peles), 22 (sementes oleaginosas), 248 (madeira simples trabalhada), 263 (algodão), 268 (Lã e cabelos de animais), 4 (gorduras e azeites), e 6 (produtos florestais) da Classificação Padrão Internacional para o Comércio (*SITC/UNCTAD*)¹⁵, revisão 3 (tabela 30).

Entretanto, apesar da relação que comprehende o setor agroalimentar totalizar 30 (trinta) produtos como apresentado na tabela 30, posteriormente muitos desses setores selecionados foram excluídos da análise, por entender-se que não se tratavam de segmentos chaves para a economia brasileira e, por sua vez, não corroboravam para a melhor problematização do tema estudado.

¹⁴ Tradutor elaborado por NEIT/UNICAMP - Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia.

¹⁵ A classificação de comércio padrão internacional, *SITC* (*Standard International Trade Classification*), preparada pela divisão de estatística das Nações Unidas, permite a desagregação de diversos bens de uma economia a partir de um código alfabético numérico. No caso, uma desagregação a três dígitos, corresponde a um nível de desagregação de dados significativo, adequado a estudos setoriais. Disponível em:<< www.intracen.org>>

Tabela 30 – Relação de Produtos da Indústria Agroalimentar

Cód.	Produto
016	Carne e miúdos congelados
017	Carne e miúdos diversos congelados
022	Leite e creme
023	Manteiga
024	Queijo e coalho
046	Trigo, farinha e farinha refinada
047	Outros Cereais (farinha e pó)
048	Cereais
056	Vegetais preparados e preservados
058	Frutas preparadas e preservadas
059	Frutas e sucos vegetais
062	Balas e doces de açúcar
073	Chocolate e produtos
081	Ração para animais (forragem)
091	Margarina e gordura
098	Produtos comestíveis, mantimentos
111	Bebidas não alcoólicas NES
112	Bebidas alcoólicas
223	Sementes oleaginosas para outros óleos
248	Madeira simples trabalhada (ex.: travessas para vias férreas)
263	Algodão
268	Lã, cabelos de animais (exceto mechas penteadas)
411	Óleos animais
421	Óleos vegetais e gorduras leves
422	Óleos vegetais não leves
431	Óleos animais processados
633	Manufaturas de cortiça
634	Chapas e compensado de madeira, "melhorada" ou regenerada, etc
635	Manufaturas de madeira
642	Papéis e papelões recortados em forma determinada

Fonte: SITC/UNCTAD- International Trade Center. Disponível em (www.intracen.org)

Assim, em um primeiro momento, após a coleta dos dados, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Desagregação dos dados importações e exportações brasileiras e mundiais de três dígitos para quatro dígitos.
- O acompanhamento da evolução dos dados coletados nos principais setores exportadores agroalimentares.

Nesses termos, foram selecionados para a análise de competitividade entre as diversas categorias de produtos agroalimentares¹⁶ listadas, os setores que apresentaram para o período 1997-2002 um saldo comercial positivo e uma participação nas exportações agroalimentares brasileira superior a 1% no mesmo período (tabela 31).

Tabela 31 – Produtos Analisados (1997-2002)

Cód.	Produto
0111	Carne bovina e miúdo congelados
0113	Carne de porco e miúdo congelados
0114	Carne de Aves
0591	Suco de laranja
061	Açúcar
0711	Café cru em grão
0712	Café não grão
081	Farelo de soja
2222	Soja em grão
4211	Óleo de soja

Fonte: Dados do Comércio Exterior do software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Na tabela 31 estão representados os principais produtos agroalimentares brasileiros, os quais, o país detém competitividade e desempenho comercial significativo em termos de exportações agrícolas e, portanto, esses segmentos têm um papel fundamental no saldo comercial brasileiro no período recente.

Nesse sentido, o capítulo 2 oferece os instrumentos para mensuração da competitividade e do desempenho comercial destas categorias para o país. Para isso, são elaborados indicadores que examinarão a evolução dos produtos agroalimentares considerados chaves para a economia brasileira no mercado internacional.

Mais uma vez cabe ressaltar que o objetivo deste trabalho é investigar se os setores agroalimentares que mais exportaram (soja, carnes, açúcar, suco de laranja e café) no período sob investigação são efetivamente aqueles que mais contribuem para o saldo comercial e, se são ao mesmo tempo, setores classificados como dinâmicos do ponto de vista da demanda internacional.

¹⁶ Para maiores detalhes e verificação da magnitude das exportações brasileiras dos setores agroalimentares, pode-se consultar o Anexo A deste trabalho.

2.1.2 – Elaboração de Indicadores

O segundo passo adotado após selecionar os produtos nos quais o país apresenta as suas principais vantagens comparativas foi a apuração dos dados e a elaboração de indicadores de competitividade e desempenho comercial para o Brasil. A principal preocupação com essa análise é identificar o movimento de comércio dos produtos agroalimentares que mais contribuem para o saldo comercial do país e nos quais o Brasil se encontra especializado.

A partir dessa sistematização dos dados anuais de 1997 a 2002 tornou-se possível à elaboração de indicadores de competitividade e desempenho, como: o índice de contribuição ao saldo, o índice de vantagens comparativas reveladas, o *market share*.

Os indicadores de competitividade utilizados neste trabalho são detalhados a seguir:

a) Market Share (MS)

O indicador de *Market Share* setorial (MS), utilizado foi o mais simples possível, isto é:

$$MS = \frac{X_{ik}}{X_k} \quad (1)$$

Onde:

X_{ik} representam as exportações do grupo setorial k pelo país i;

X_k são as exportações mundiais do grupo setorial k.

Como é expresso em porcentagem, os valores do indicador variam entre zero e 100. Quanto mais alto for esse valor, maior é a intensidade de participação do país como exportador no comércio internacional do produto selecionado.

b) Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

$$VCR = \frac{\left(\frac{X_{ik}}{X_i} \right)}{\left(\frac{X_k}{X} \right)} \quad (2)$$

Onde:

X_{ik} representam as exportações do grupo setorial k pelo país i;

X_k são as exportações mundiais do grupo setorial k;

X_i são as exportações totais do país i;

X são as exportações mundiais totais.

De acordo com Dalum; Laurse & Villussen (1996) este indicador, revela que um país i possui uma vantagem comparativa com um produto do grupo setorial k em relação à economia mundial quando o índice de VCR encontra-se acima da unidade. No entanto, isso só ocorrerá se o país i possuir uma parcela do mercado de exportação do grupo setorial k superior à sua participação no mercado mundial de todos os produtos; ou ainda, se a participação do grupo setorial k nas exportações totais de todos os produtos do país i for superior à mesma participação referente à economia mundial.

Por outro lado, os índices de Vantagem comparativa Revelada e *Market Share*, são indicadores de estruturas relativas. Em outras palavras, o índice de VCR é uma medida da estrutura relativa que considera apenas as exportações do país i, enquanto, o índice de MS constitui um indicador de performance ou competitividade internacional das exportações de um país i.

Segundo Holland e Xavier (2003, p. 17) "O VCR representa uma variável de resultado, constituindo numa tentativa de captar no âmbito do mercado os efeitos finais do comércio internacional, sem que exista nenhuma interação compulsória entre oferta de fatores e tais efeitos."

Todavia, o indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR), inicialmente desenvolvido por Balassa (1965) *apud* Holland e Xavier (2003), apresenta outra restrição estatística muito mais séria: os resultados obtidos, assume valores entre 0 e ∞ , não respeitando a hipótese de normalidade do termo erro presente em toda análise de regressão.

Laursen e Engedal (1995) *apud* Dalum; Laursen; Villumsen (1996) apresentaram um método estatístico denominado, índice de vantagem comparativa simétrico ($VCR - 1 / VCR + 1$), definindo o intervalo de confiança entre -1 e +1 para solucionar o problema de assimetria presente na construção do índice de VCR. A vantagem desse método, segundo Laursen, é que "esta medida é a melhor das alternativas discutidas acerca da hipótese de normalidade do termo erro da regressão, uma vez, que agora o índice de VCR poderá captar tanto alterações abaixo como acima da unidade."

Em virtude disso, a problemática envolvendo o índice de VCR, foi desenvolvido um outro indicador de vantagens comparativas, pelo Centro de Estudos Prospectivos em Informações Internacionais (CEPII – França), com base no saldo comercial de um país i e não apenas no fluxo das exportações, denominado Contribuição ao Saldo (CS).

c) Contribuição ao Saldo

Este indicador parte do suposto que, o saldo comercial do país ou região se distribui entre os distintos setores ou produtos segundo seus respectivos pesos no comércio exterior do país ou região.

A comparação entre o saldo comercial real e o saldo teórico ou esperado, que considera os pesos dos setores ou produtos no comércio total do país, nos dá uma medida das vantagens e desvantagens comparativas dos distintos produtos.

Valores positivos do indicador assinalam a presença de vantagem comparativa para um setor ou produto; valores negativos indicam uma desvantagem do país no setor ou produto considerado. O indicador de contribuição ao saldo expressa então o perfil de especialização de um país e assume a seguinte forma:

$$CS = 1000 \div PIB_i (S_1 - S_2) \quad (3)$$

Onde :

$$S_1 = 100 \cdot (X_k - M_k) / [(X_i + M_i) / 2]$$

$$S_2 = 100 \cdot (X_i - M_i) / [(X_i + M_i) / 2] \cdot [(X_k + M_k) / (X_i + M_i)]$$

Sendo X_k e M_k são respectivamente as exportações e importações do produto ou setor k efetuadas pelo país i, X_i e M_i são respectivamente as exportações e importações totais do país i.

A novidade no indicador CS, em relação ao indicador tradicional de vantagem comparativa, é que ele considera as importações. Mas, tal qual o antigo indicador de VCR, o indicador de contribuição ao saldo expressa uma vantagem comparativa relativa “ex-post”, ou seja, revela a competitividade dos países a partir da intensidade dos fatores de produção.

Por outro lado, é de suma importância, considerando os produtos agroalimentares selecionados, identificar o impacto dessa especialização sobre os saldos comerciais do país ou, em outras palavras, avaliar a sua matriz de competitividade. Para isso utilizamos uma ferramenta de análise adicional: um programa computacional desenvolvido pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) denominado TradeCan 2002.

Vale destacar que a matriz de competitividade apresentada serve para averiguar a evolução dos principais compradores mundiais no mercado internacional, a especialização produtiva brasileira nesse segmento e o desempenho econômico nacional desses setores.

Assim, mediante os produtos selecionados para a análise optou-se por trabalhar com um maior nível de desagregação (4 dígitos). A informação estatística comercial para esta análise, então, encontra-se codificada na revisão 2 do software TradeCan 2002.

O programa distingue quatro tipos de posições dos produtos de um país na demanda de comércio internacional:

- Setores em retrocesso: representando o grupo de setores no qual ocorre uma taxa de crescimento abaixo da média do mercado mundial seguida de uma diminuição de *market-share* do Brasil nestes setores;
- Setores em declínio: indicando o grupo de setores com taxa de crescimento abaixo da média do mercado mundial nos quais ocorre um crescimento dos *market-shares* das exportações brasileiras;
- Setores em crescimento: representando o grupo de setores que apresentam, simultaneamente, uma taxa de crescimento acima da média do mercado mundial e um aumento dos *market-shares* do Brasil nestes setores;

- Oportunidades perdidas: representa setores dinâmicos no mercado mundial no qual as exportações brasileiras apresentam perdas de *market-shares*.

Tabela 32 – Diagrama da Matriz de Competitividade

Produtos Estagnados – (RE)	Produtos Dinâmicos + (RD)
Setores em Declínio	Setores em Crescimento
Setores em Retrocesso	Oportunidades Perdidas

Porcentagem do Importações

Fonte: TradeCan 2002



Além, a ferramenta de análise TradeCan 2002 permite a construção de três tipos de matriz de competitividade. As matrizes são esquemas simples representados por dois eixos e duas posições em cada eixo. Além disso, elas utilizam a mesma variável no eixo horizontal: porcentagem de importações, como podemos visualizar pela tabela 32.

Sendo assim, os produtos que apresentarem um sinal positivo no tempo na porcentagem de importações se denominam produtos dinâmicos (RD). Produtos com um sinal negativo no tempo em porcentagem de importações, por sua vez, são denominados produtos estáticos (RE).

As três matrizes de competitividade, se diferem porque a variável utilizada no eixo vertical é diferente. As três opções são:

- Cota de Mercado: Representa o valor das exportações do produto i do Brasil no mercado importador mundial, como uma porcentagem do valor total das importações do produto i do mercado mundial.

- Porcentagem de Exportações: Representa o valor das exportações do produto i do Brasil no mercado mundial, como uma porcentagem do total das exportações do Brasil no mercado mundial.
- Especialização: Compara a cota de mercado de um país A para o produto i com a cota de mercado total do país A . Caso a participação do mercado do produto for maior que a participação do mercado total, diz que o país A é especializado no produto i. Caso contrário, diz que o país A não é especializado no produto i.

O presente trabalho utiliza a matriz de competitividade especialização para averiguar o perfil de especialização dos produtos agroalimentares brasileiros destacados.

Portanto, a interpretação da análise do tipo de competitividade (análise de matriz) pode ser usada responder questionamentos acerca da estrutura produtiva de um país num dado período de tempo. Em outras palavras, um país que tenha entre os seus produtos agroalimentares segmentos que estejam classificados como dinâmicos ou muito dinâmicos no comércio internacional detém uma vantagem competitiva maior porque além do espaço que existe nesses mercados para a ampliação do volume exportado, há a possibilidade de obtenção de preços mais elevados e ou mais estáveis frente a outros produtos agroalimentares menos dinâmicos.

Finalmente, após o levantamento dos dados necessários à construção desses indicadores de competitividade externa e apresentada a metodologia da matriz de competitividade, tendo como referência o período sob investigação, perseguiremos o objetivo deste capítulo na próxima seção: a evolução dos índices dos referidos indicadores e examinar o padrão de especialização dos produtos agroalimentares selecionados.

2.2 - Análise dos Indicadores de Competitividade Externa para o Brasil

Nesta seção analisaremos, por um lado, a evolução dos índices dos indicadores de competitividade mencionados na seção anterior em relação aos principais produtos agroalimentares apresentados e, por outro lado,

realizaremos um estudo sobre o padrão de especialização e competitividade nacional. Em termos gerais, tal matriz competitiva indicará a relação existente entre o padrão de especialização e a posição de um país específico, no caso o Brasil, a partir de mudanças no padrão do mercado mundial.

Deste modo, a evolução do perfil de especialização agroalimentar brasileiro no comércio internacional pode ser observado conjuntamente com os indicadores de competitividade desempenho externo.

2.2.1 – Market-Share ou Indicador de Posição de Mercado

Os resultados comparativos do índice de *market-share* para os principais produtos agroalimentares do Brasil estão apresentados na tabela 33 a seguir. O indicador de *market-share* mostra, por meio de seus valores positivos e relativamente elevados para vários produtos, que o Brasil ocupa uma posição significativa no mercado mundial.

Tabela 33 – Brasil: Market-share no Mercado Mundial (1997-2002)

Cód.	Produtos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0111	Carne bovina fresca e resfriada	0,61%	0,72%	1,37%	2,08%	3,36%	3,31%
0112	Carne bovina congelada	2,83%	4,55%	6,11%	5,94%	9,70%	9,18%
0122	Carne de Porco	1,44%	1,87%	1,40%	1,87%	3,48%	4,84%
0123	Aves domésticas, carne e miúdos	11,16%	10,43%	13,32%	12,65%	17,37%	19,73%
0174	Aves domésticas, preservadas e preservadas nos*	0,60%	1,28%	1,52%	1,86%	2,62%	3,28%
0175	Carno do Porco, preservada, preservada nos*	0,85%	1,03%	1,00%	1,04%	1,44%	0,37%
0176	Carno bovina preservadas, preservada nos*	24,78%	28,72%	34,08%	28,63%	31,16%	32,22%
0591	Suco de laranja	41,60%	45,05%	46,46%	42,11%	41,55%	44,97%
061	Açúcar	14,92%	17,63%	23,41%	15,15%	23,84%	62,99%
071	Café	35,09%	30,82%	40,62%	34,92%	33,12%	30,62%
0812	Farelo de soja	15,72%	17,73%	19,91%	15,25%	18,75%	21,38%
2222	Soja em grão	21,91%	24,54%	21,18%	24,09%	26,43%	28,45%
4211	Óleo de soja	1,32	1,19%	0,59%	0,32%	1,13%	0,77%

Nota: *nes é não especificada.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002).

Este é o caso do açúcar, café, carne de aves domésticas, suco de laranja e soja. A posição em relação à carne bovina é de um país que tem buscado ampliar a sua cota de mercado no comércio mundial do produto, o que pode ser visto pela evolução deste indicador (Gasques e Da Conceição, 2002).

Entretanto, os resultados revelam um aspecto preocupante pelo fato de estarmos perdendo posição no mercado mundial de café e suco de laranja¹⁷. Note-se que, particularmente no caso do café, o índice de *market-share* tem-se reduzido acentuadamente no período analisado. Embora, para outros produtos, tais como carnes, açúcar e soja, o país encontra-se num processo de melhoria de sua posição no mercado mundial.

A evolução desse indicador no período recente em relação a esses produtos é apresentada no próximo item em maiores detalhes com o intuito de melhor captar as variações percentuais e as especificidades de cada um no mercado internacional.

2.2.2 – Análise do Indicador *Market-Share* para o Setor Carnes no período de 1997-2002

O indicador *market-share* revela alguns pontos importantes sobre o setor carnes do país. Nos últimos anos há uma evolução significativa deste indicador para os produtos analisados. Note que o principal destaque é grupo de carne bovina preservada e preservada não especificada que detém os maiores valores do índice de *market-share* no grupo carnes no comércio internacional.

De acordo com a tabela 34, a evolução da carne bovina preservada e preservada não especificada ou preservada demonstra que o país detém em média 30% do mercado mundial de carne bovina preservada e preservada não especificada entre 1997 e 2002.

O segmento de carne bovina considerada “in natura” também tem surpreendido no mesmo período, pois o país melhorou a sua participação no mercado mundial de carne bovina fresca: em 1997 a participação brasileira neste segmento foi de 0,61% frente a 3,31% em 2002. No mesmo sentido, as exportações de carne bovina congelada também apresentaram crescimento significativo, com o Brasil detendo quase 10% do mercado mundial do produto em 2002 (tabela 34).

¹⁷ Para alguns autores isso ocorre devido as barreiras não tarifárias exigidas em mercados compradores importantes como os Estados Unidos e a União Européia.

Outro destaque é o grupo de aves domésticas, pois em 2002, o Brasil detinha 19,73% do mercado mundial da carne de aves domésticas inteiras e pedaços (tabela 34). As exportações brasileiras de carne de frango com certeza representam uma importante parcela neste segmento. O país tem ampliado a sua venda externa deste produto nos últimos anos.

Tabela 34 – Brasil: Market-Share do Setor Carnes (1997-2002)

Cód.	Produtos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0111	Carne bovina fresca e resfriada	0,61%	0,72	1,37%	2,08%	3,36%	3,31%
0112	Carne bovina congelada	2,83%	4,55%	6,11%	5,94%	9,70%	9,18%
0122	Carne de Porco	1,44%	1,87%	1,40%	1,87%	3,48%	4,84%
0123	Aves domésticas, carne e miúdos	11,16%	10,43%	13,32%	12,65%	17,37%	19,73%
0174	Aves domésticas, preservadas e preservadas nes*	0,60%	1,28%	1,52%	1,86%	2,62%	3,28%
0175	Carne de Porco, preservada, preservada nes*	0,85%	1,03%	1,00%	1,04%	1,44%	0,37%
0176	Carne bovina preservadas, preservada nes*	24,78%	28,72%	34,08%	28,63%	31,16%	32,22%

Nota: *nes é não especificada.

Fonte: Elaboração própria a partir do dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Contudo, a participação nacional no segmento de aves domésticas, preservadas e preservadas não especificadas não demonstra o mesmo ritmo de crescimento, apesar de também ter tido um forte crescimento no período entre 1997 e 2002, passando de 0,60% para 3,28% respectivamente.

A tabela 34 mostra também a evolução do índice de *market-share* da carne suína no período considerado. Em 2002, a carne de porco nacional ocupava quase 5% do mercado internacional deste produto e a posição do país tem melhorado significativamente no período recente. Por outro lado, a participação brasileira no mercado de carne de porco preservada e preservada não especificada reduziu sua participação para 0,37% no ano de 2002.

Por último, vale considerar que com a desvalorização cambial os produtos com forte inserção externa, como a carne, sofreram um impacto positivo, porém não imediato, como observa a descrição realizada nesta seção.

Por outro lado, o país procurou ampliar o seu *market-share* através da incorporação de tecnologias que garantissem a qualidade da carne bovina, ao lado de políticas de promoção ao produto brasileiro no mercado mundial. Assim, o marketing também representou um instrumento poderoso nesse processo, pois o país tem aumentado os gastos com publicidade para promover os

produtos nacionais e os benefícios deste tipo de recurso vem sendo obtidos com a ampliação do número de países importadores de carne, principalmente a carne bovina nos últimos anos.

Em síntese, para todos os cálculos feitos neste estudo sobre o *market-share* no mercado mundial os produtos do grupo “carne” apresentaram ganhos de competitividade expressivos. O país vem ocupando as melhores posições no cenário internacional e superando países como os Estados Unidos e a Austrália no comércio de carnes fresca, congelada e resfriada¹⁸.

2.2.3 – Análise do Indicador *Market-Share* para o Setor Suco de Laranja no período de 1997-2002

O Brasil apresenta a melhor posição mundial do setor, mas os resultados dos anos 2000 e 2001 revelaram um fato preocupante: o país perdeu posição no mercado mundial de suco de laranja. O gráfico 17 ilustra essa trajetória descendente de perda de *market-share* do produto brasileiro.

De 1997 a 2002, o indicador de *market-share* apresentou evolução decrescente, atingindo o nível inferior a 40%, patamar em que se manteve por dois anos consecutivos. De 2001 em diante, o setor mostrou recuperação da posição mundial, ocasião em que o indicador voltou a 45%, nível observado no início da série, conforme também o gráfico 17.

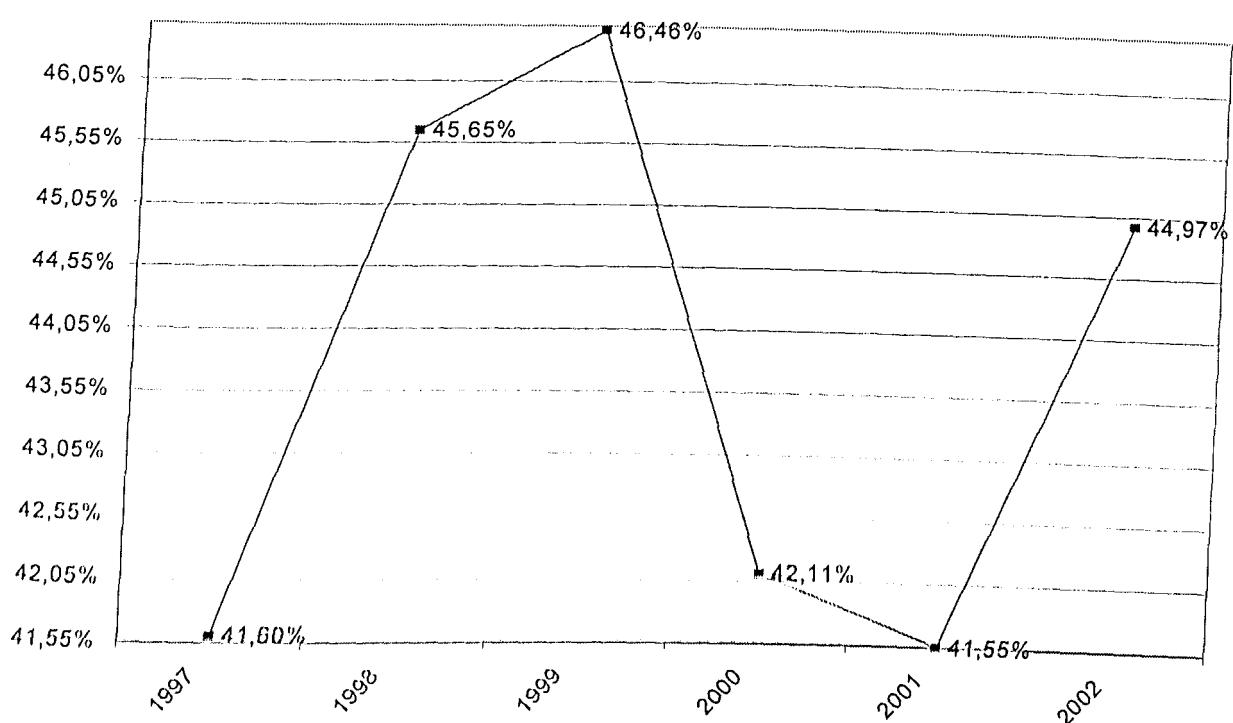
A perda de importância relativa do suco de laranja entre os anos 1999 e 2001 pode ser explicada pelo fato de que o produto apresenta forte inserção no mercado internacional, e com a desvalorização da moeda doméstica em relação ao dólar, houve uma expectativa de maior oferta do produto brasileiro no mercado internacional.

Este ponto é bem explicitado no trabalho de Saes, Nunes & Sousa (1999), os quais enfatizam que em decorrência da desvalorização cambial os

¹⁸ O Brasil em 2004 já ocupa a posição de líder mundial no volume exportado de carne bovina, posição na qual o país deve permanecer até 2005, segundo o departamento de agricultura dos Estados Unidos.

preços internos dos produtos brasileiros comercializáveis no mercado internacional apresentaram uma valorização.

Gráfico 17 – Brasil: Market-Share do Setor Suco de Laranja (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Neste sentido, para o mercado mundial absorver maiores volumes é preciso que os preços em moeda sofram uma queda. Assim, a magnitude da queda dos preços internacionais vai depender da oferta e da demanda. Há que considerar também que as maiores quedas de preços internacionais deverão ser verificadas nos mercados em que a participação do Brasil é expressiva, como é o caso do suco de laranja, por exemplo (*ibidem*).

Esperava-se, no entanto, que o efeito da elevação dos preços internos fosse maior que a queda dos preços no mercado internacional e assim favorecesse o produtor nacional, mas os preços do suco de laranja apresentaram uma queda considerável e que só se recuperaram após 2002. (*ibidem*).

Outro fator determinante para a perda de posição no mercado mundial desse produto é a presença de barreiras tarifárias e não tarifárias nos principais mercados importadores. Este assunto será tratado no próximo capítulo em maiores detalhes. Por enquanto, vale dizer que os Estados Unidos e a União

Européia utilizam práticas de *dumpping* em relação ao produto brasileiro e que nos últimos anos tem sido recorrente a discussão sobre práticas de subsídios e *antidumpping* no setor pelos organismos internacionais de comércio, como a OMC.

Em síntese, o suco de laranja brasileiro detém uma posição significativa no comércio mundial, apesar das barreiras comerciais, e sendo assim, espera-se uma contribuição ao saldo comercial do país compatível com tal competitividade.

2.2.4 – Análise do Indicador *Market-Share* para o Setor Açúcar no período de 1997-2002

O maior destaque em termos de aumento de posição brasileira no mercado mundial é o açúcar. Segundo Helfand e Rezende (2001 *apud* Da Silva; Carvalho; Da Silva; 2003) grande parte desse desempenho pode ser explicada pela remoção das restrições quantitativas à exportação em meados da década de 1990.

Com base nos valores do indicador de *market-share* apresentados pelo gráfico 18, o açúcar brasileiro apresentou uma melhoria significativa de sua posição no mercado mundial em todo o período analisado.

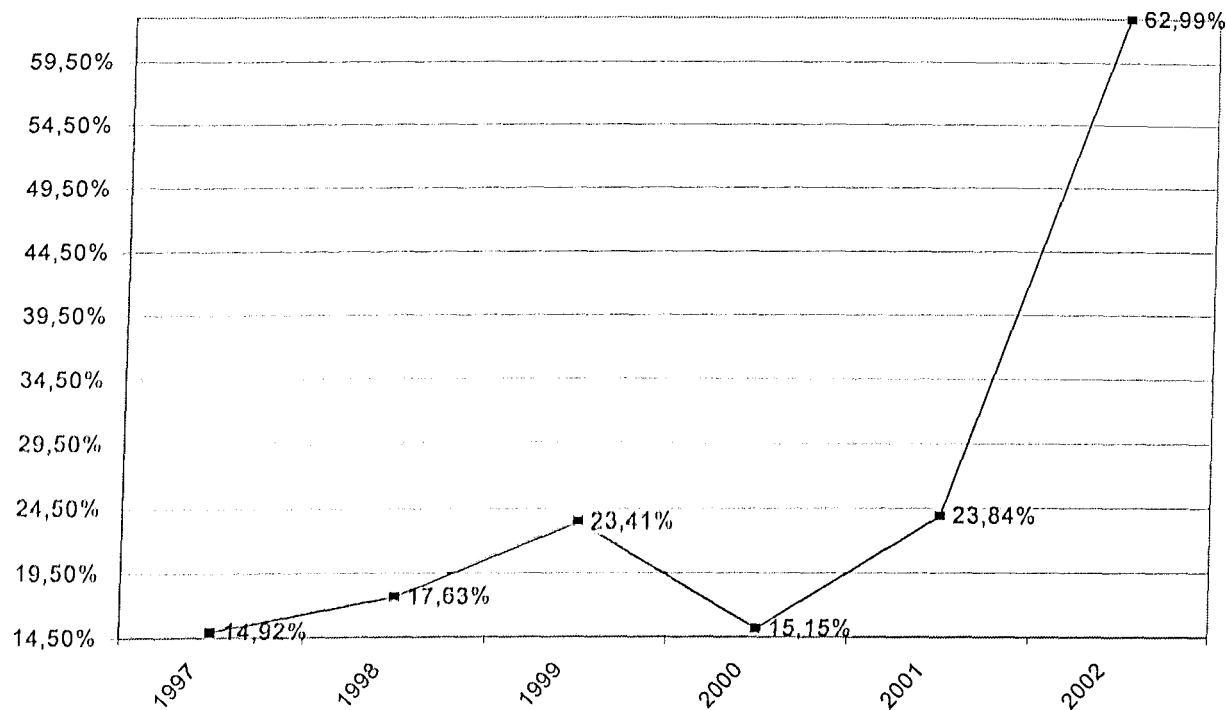
De fato, os valores desse indicador apresentaram uma evolução considerável, passou de 14,92% em 1997 para 63% em 2002. A única exceção foi o ano de 2000, onde o produto apresentou uma redução na sua participação no mercado internacional, passando de 23,41% em 1999 para 15,15% em 2000 (o seu menor valor desde 1997).

O trabalho de Gasques e Da Conceição (2002) fornece uma explicação possível para isso: “a desvalorização da moeda nacional ocorrida em janeiro de 1999 alterou o *mix* de produção de açúcar e de álcool combustível”.

É conhecido que as decisões quanto à venda de açúcar tanto no mercado externo quanto no interno dependem do valor da taxa de câmbio. Deste modo, uma mudança na taxa de câmbio que implique em uma

desvalorização da moeda doméstica traz um encarecimento das importações de petróleo, e assim, pode ocorrer uma redução das exportações do açúcar em detrimento do álcool.

Gráfico 18 – Brasil: Market-Share do Setor Açúcar (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Da mesma forma, toda vez que houver um aumento significativo do preço do açúcar no mercado internacional, os produtores brasileiros dimensionam os efeitos desse aumento sobre as margens da atividade agrícola e então avaliam se é vantajoso exportar mais açúcar. O resultado de uma decisão favorável a elevação das vendas externas do produto será a redução da produção do álcool combustível.

No médio prazo, entretanto, a produção de açúcar brasileiro aumentou. Basta, para tanto, notar que em 2002 o país atingiu 63% do mercado mundial do produto. O Brasil teve a possibilidade de realizar exportações a preços mais vantajosos e aumentou as vendas externas do produto.

O desafio agora é continuar a melhorar a posição brasileira no mercado internacional de açúcar, visto que o país enfrenta uma forte competição do açúcar europeu subsidiado nos principais mercados compradores¹⁹.

Portanto, como vimos nesta seção o açúcar brasileiro também detém uma posição de grande destaque no cenário internacional, resta saber se a sua contribuição ao saldo comercial é compatível com a sua competitividade.

2.2.5 – Análise do Indicador *Market-Share* para o Setor Café no período de 1997-2002

Em uma primeira observação geral acerca do desempenho do café brasileiro no comércio exterior, pode-se dizer que houve uma perda relativa de posição do produto no mercado mundial. O indicador de *market-share* apresenta uma variabilidade muito elevada ao longo do período analisado para o café.

A evolução desse indicador é apresentada no gráfico 19, que mostra que a única exceção na trajetória da perda de posição de mercado internacional do produto brasileiro foi o ano de 1999. Um ano excepcional para as vendas externas de café nacional, naquele ano o café brasileiro obteve 40,62% do mercado mundial, pois devido a desvalorização cambial brasileira ocorrida em janeiro daquele ano, produtos com forte inserção no mercado internacional, como o caso do café, apresentaram consideráveis vendas no mercado externo.

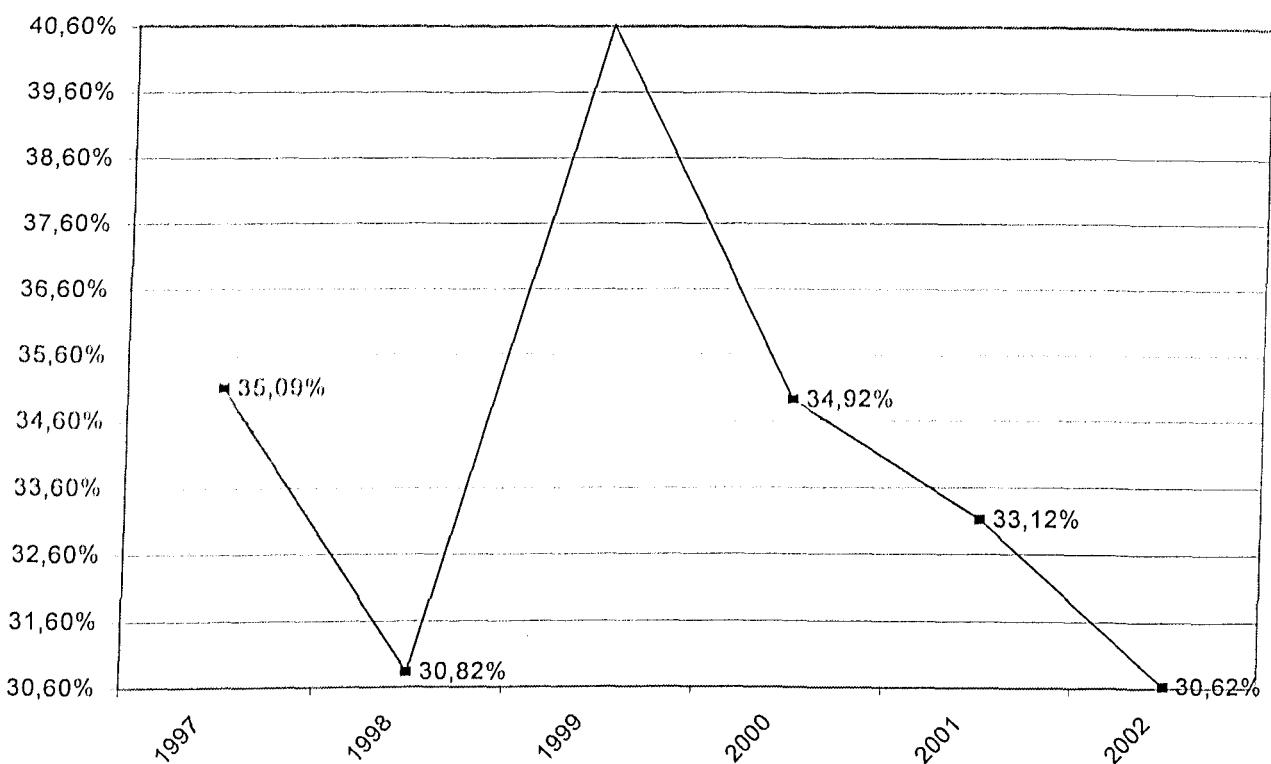
Contudo, os resultados do *market-share* dos anos seguintes, como pode ser visto novamente no gráfico 19, deixam claro que os impactos positivos da desvalorização cambial sobre o café não produzem os mesmos efeitos de antes e a perda de posição no mercado mundial retorna e, a partir de então, o ritmo é acelerado sendo que em 2002 atinge um mínimo de 30,62%.

Em grande parte a perda de participação no mercado internacional do café brasileiro segundo Saes e Nakazone (2002) deve-se ao fato de que em 2000 o Brasil implementou um rígido controle de embarques de café na tentativa de sustentar o preço internacional do café. Contudo, os preços continuaram em

¹⁹ No capítulo 3 este assunto será tratado em maiores detalhes.

queda com o ingresso no mercado de café de outras origens, ao contrário do que ocorria no passado, em que a posição monopolista do Brasil criava dificuldade de substituição do produto. Como resultado o país foi paulatinamente, reduzindo a sua participação no mercado mundial.

Gráfico 19 – Brasil: Market-Share do Setor Café (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Outro fato que contribuiu para a redução da participação brasileira no mercado mundial de café foi a persistência em exportar café em grão ao invés de café processado, como por exemplo, o café solúvel²⁰. O país apostou no crescimento do mercado mundial de café cru enquanto que na realidade o que se verificou foi o crescimento da demanda mundial de cafés processados como, por exemplo, o café solúvel.

Em síntese, estratégias empresariais equivocadas sobre as vendas externas de café no mercado internacional provocaram a perda paulatina de posição do café brasileiro no mercado mundial. Mesmo assim, a posição do país

²⁰ Como vimos no capítulo anterior.

no mercado internacional ainda é significativa e sendo assim espera-se que a sua contribuição ao saldo comercial seja compatível a sua participação no mercado mundial.

2.2.6 – Análise do Indicador *Market-Share* para o Setor Soja no período de 1997-2002

A soja em grão apresentou uma melhora acentuada desse indicador ao longo do período analisado. Contudo, os derivados da soja (farelo e óleo bruto) também têm apresentado uma variabilidade muito grande na participação do Brasil no comércio internacional de soja, como mostra o gráfico 20.

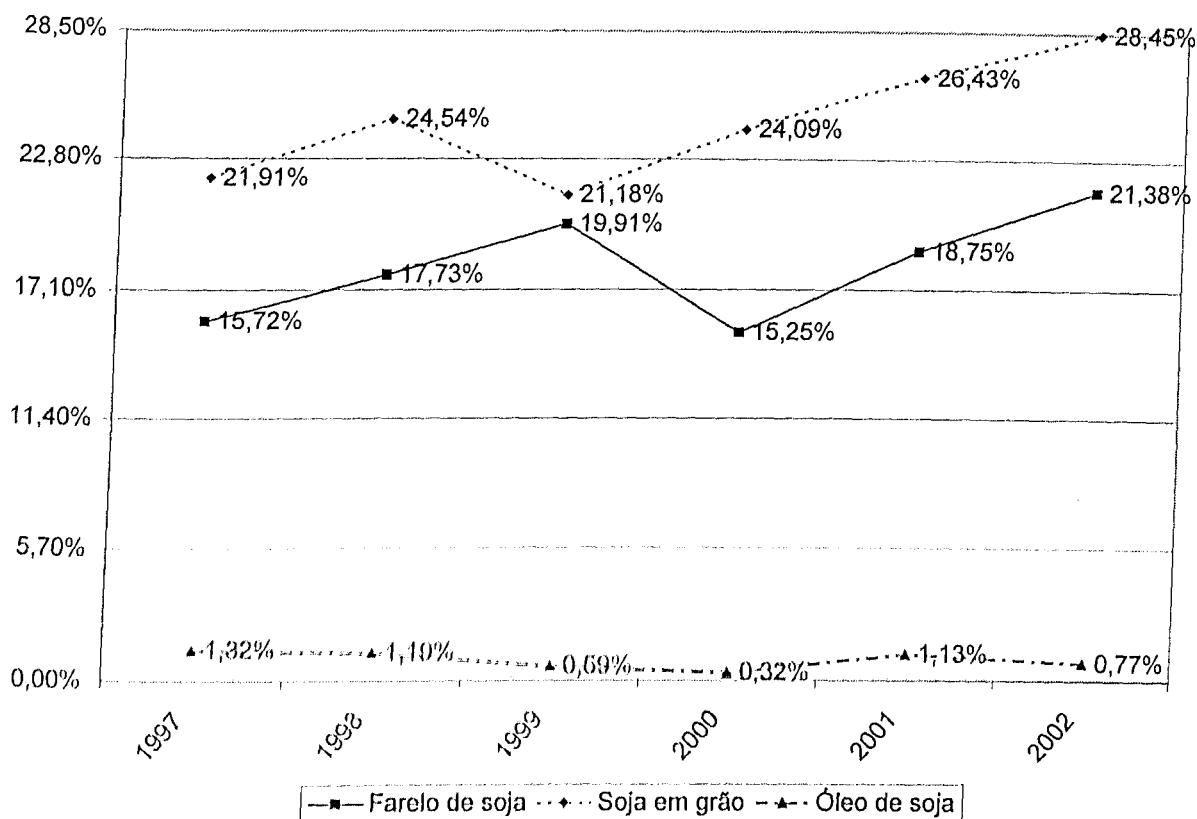
O óleo de soja é o produto que apresentou desempenho menos significativo em termos de participação no mercado internacional. A posição brasileira é apenas marginal nesse mercado, pois os índices desse indicador são muito reduzidos em comparação aos outros derivados da soja.

A evolução do *market-share* da soja em grão e do farelo de soja, ao contrário, de acordo com o gráfico 20, foi muito parecida. Basicamente, o mesmo tipo de comportamento, diferindo apenas em relação ao momento da inversão da trajetória.

Por outro lado, se avaliarmos o setor soja (soja em grão, farelo e óleo de soja) em maiores detalhes, verificamos que a soja em grão foi o destaque desse setor, pois obteve o maior valor de *market-share* entre os produtos do grupo soja: em média apresentou índices superiores a 20% durante todo o período analisado neste trabalho. A participação brasileira neste segmento aumentou, principalmente após 1999, alcançando um valor máximo de 28,45% do mercado externo em 2002 (tabela 35).

No caso do farelo de soja nota-se que os números parecem indicar que a posição brasileira no mercado mundial ficou estável. Veja-se que o gráfico 20 revela que esse indicador apresentou grandes oscilações durante todo o período analisado.

Gráfico 20 – Brasil: Market-Share do Setor Soja (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

De 1997 a 1999 ganhou participação de mercado em um ritmo e magnitude crescente passando de 15,72% em 1997 para 19,91% em 1999, mas no ano seguinte atinge o seu menor valor ao longo do período analisado (15,25%). Em 2001, novamente, inicia uma trajetória de crescimento (18,75%), e da mesma forma atinge o seu maior valor no ano seguinte (21,38%).

Tabela 35 – Brasil: Market-Share do Setor Soja (1997-2002)

Cód.	Produtos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0812	Farelo de soja	15,72%	17,73%	19,91%	15,25%	18,75%	21,38%
2222	Soja em grão	21,91%	24,54%	21,18%	24,09%	26,43%	28,45%
4211	Óleo de soja	1,32%	1,19%	0,59%	0,32%	1,13%	0,77%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Para o óleo de soja, como mencionado anteriormente, verifica-se o pior desempenho em termos de participação no mercado mundial. Em geral, a participação desse produto no mercado internacional nunca passou de cerca de

1%. O pior momento para o óleo de soja brasileiro foi o biênio 1999-2000, a posição do país no mercado mundial era da ordem de 0,59% e 0,32% (tabela 35).

Segundo Gasques & Da Conceição (2002) a taxa de câmbio, foi um fator importante para estimular as exportações da soja e seus derivados. O câmbio mudou severamente a relação de preços entre o denominado complexo soja (soja em grão, farelo de soja e óleo de soja) e o milho, seu principal concorrente na agricultura.

Com o crescimento da demanda por grãos utilizados na alimentação de suínos e aves, que no período recente também vem apresentando um crescimento acentuado de suas participações no comércio mundial de carnes, a posição brasileira do setor soja no comércio mundial tem sido beneficiada dado a sua ampliação (AGRIANUAL, 2004).

Em resumo, quando analisado isoladamente o indicador de *market-share* revelou resultados importantes para cada segmento agroalimentar selecionado neste trabalho. Em primeiro lugar, o indicador de *market-share* mostrou, por meio de seus valores positivos e relativamente elevados para vários produtos, que o Brasil ocupa uma posição significativa no mercado mundial. Este é o caso do açúcar, da soja e da carne bovina e aves domésticas.

Da mesma forma, esse indicador também apresentou valores negativos da participação brasileira no mercado mundial de setores selecionados cuja importância para o saldo comercial é significativa, pois como o indicador é expresso em porcentagem, quanto mais baixo for o seu valor, menor é o impacto que o produto exerce sobre o saldo comercial do país. O café é o principal exemplo da perda de *market-share* do Brasil no mercado internacional.

Portanto, visto que a maioria desses produtos tem posição de destaque no comércio exterior, vários são os sinais preliminares de que a sua contribuição ao saldo comercial do país deve ser correspondente a sua competitividade.

Contudo, outro indicador de competitividade deve ser incorporado na análise para complementar a investigação sobre a competitividade externa dos produtos agroalimentares destacados neste trabalho: o índice de Vantagem Comparativa Revelada. As comparações são relevantes para posicionarmos a competitividade desses setores no período considerado são apresentadas na próxima seção.

2.3 – Vantagem Comparativa Revelada (VCR)

O indicador de vantagem comparativa fornece uma medida da estrutura relativa das exportações de uma região. Esse indicador revelou alguns pontos importantes sobre os principais produtos agroalimentares do país. A tabela 36 mostra a evolução da competitividade dos produtos analisados no mercado mundial.

Os resultados da tabela 36 indicam uma evolução de aumento da vantagem comparativa de 1997 a 1999 para todos os produtos analisados e de alta variabilidade de 1999 a 2002 para alguns produtos selecionados, como o suco de laranja, açúcar, café e os produtos do setor soja.

Tabela 36 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada (1997-2002) – Produtos Selecionados

Cód.	Produtos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0111	Carne bovina fresca e resfriada	0,55	0,67	1,42	2,08	3,00	3,00
0112	Carne bovina congelada	2,57	4,27	6,31	5,94	8,67	8,32
0122	Carne de Porco	1,30	1,76	1,44	1,87	3,11	4,39
0123	Aves domésticas, carne e miúdos	10,13	9,79	13,74	12,65	15,53	17,90
0174	Aves domésticas, preservadas e preservadas nes*	0,54	1,20	1,57	1,86	2,34	2,97
0175	Carne de Porco, preservada, preservada nes*	0,78	0,97	1,03	1,04	1,29	0,33
0176	Carne bovina preservadas, preservada nes*	22,50	26,94	35,18	28,61	27,86	29,23
0591	Suco de laranja	37,76	42,83	47,96	42,08	37,14	40,80
061	Açúcar	13,54	16,54	24,16	15,14	21,31	57,15
071	Café	31,85	28,92	41,93	34,90	29,61	27,78
0812	Farelo do soja	14,27	16,64	20,55	15,24	16,76	19,40
2222	Soja em grão	19,89	23,02	21,86	24,08	23,62	25,80
4211	Óleo de soja	1,20	1,12	0,61	0,32	1,01	0,70

Nota: *nes é não especificada.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Entretanto, como o indicador de vantagem comparativa revelada é uma variável de resultado, às vezes o país pode estar perdendo vantagem comparativa em algum setor porque a média de exportações de todos os produtos do país está aumentando.

Há estudos como o de Dalum; Laurse & Villussen (1996) que lembram que do ponto de vista metodológico, o índice de VCR foi originalmente desenvolvido por Balassa (1965) para comparar a especialização comercial relativa dos diferentes setores de um país com um outro parceiro comercial observado entre um grande grupo de países como, por exemplo, os países que compõem a OCDE.

Sendo assim, deve-se lembrar que o indicador de vantagem comparativa revelada é uma medida relativa da estrutura das exportações que considera ao mesmo tempo a performance das exportações setoriais de um dado produto e o desempenho comercial do país no mercado mundial. Por isso, a sua análise requer ressalvas, pois mudanças de comportamento do índice de VCR no mínimo pode estar indicando muito mais do que perda de competitividade no setor ou produto selecionado.

Neste caso, a mudança de comportamento deste indicador verificada a partir de 1999 para alguns produtos selecionados, pode estar associada com o aumento das exportações de todos os produtos da pauta de exportação agrícola brasileira devido a desvalorização cambial ocorrida em janeiro daquele ano no Brasil.

O trabalho de Saes, Nunes & Sousa (1999) indica que, do ponto de vista do desempenho das exportações, os produtos que seriam os mais beneficiados com a desvalorização cambial seriam aqueles com forte inserção no mercado internacional e cuja estrutura de custos não fosse fortemente alicerçada em bens e serviços com alta sensibilidade à taxa de câmbio. O café seria um exemplo desta situação.

Portanto, esperava-se que houvesse aumento da vantagem comparativa principalmente de produtos como o café, a soja, o açúcar e o suco de laranja. É importante destacar que o preço destes produtos agrícolas é formado no mercado internacional e, conseqüentemente, eles são muito sensíveis à taxa de câmbio.

Outro ponto que vale destacar é que o Brasil é o principal produtor mundial nesses setores e com a desvalorização cambial houve uma grande oferta internacional destas *commodities*, alterando consequentemente a estrutura de preços relativa de tais produtos. Houve queda de preço para a maioria delas e o país apresentou uma redução do valor das vendas externas destes produtos logo após a desvalorização cambial.

Como a estrutura do índice de vantagem comparativa revelada é constituída pela performance das exportações setoriais do país no mercado mundial, quando há uma queda nesta relação o valor do índice de VCR diminui. Conforme se verificou através da análise dos produtos relacionados na tabela 36, os quais se notou uma perda relativa de competitividade após o ano de 1999 para alguns produtos. Daí o fato de no próximo item a análise desse indicador ter sido feita mais detalhadamente para cada setor envolvido neste trabalho.

2.3.1 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Carnes no período de 1997-2002

A evolução do perfil de especialização brasileira no comércio internacional de carnes pode ser observada na tabela 37. De 1997 a 2002, o indicador de vantagem comparativa revelada indica um crescimento das vantagens comparativas para a carne bovina fresca e vantagem comparativa em carne bovina congelada e carne bovina preservada.

Tabela 37 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada do Setor Carnes (1997-2002)

Cód.	Produtos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0111	Carne bovina fresca e resfriada	0,55	0,67	1,42	2,08	3,00	3,00
0112	Carne bovina congelada	2,57	4,27	6,31	5,94	8,67	8,32
0122	Carne de Porco	1,30	1,76	1,44	1,87	3,11	4,39
0123	Aves domésticas, carne e miúdos	10,13	9,79	13,74	12,65	15,53	17,90
0174	Aves domésticas, preservadas e preservadas nes*	0,54	1,20	1,57	1,86	2,34	2,97
0175	Carne de Porco, preservada, preservada nes*	0,78	0,97	1,03	1,04	1,29	0,33
0176	Carne bovina preservadas, preservada nes*	22,50	26,94	35,18	28,61	27,86	29,23

Nota: *nes é não especificada.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

A análise da tabela 37 permite inferir ainda que, pelo menos em 2000, houve perda de competitividade da carne bovina brasileira congelada e carne bovina preservada e preservada não especificada. Veja nesse período que o valor do indicador de vantagem comparativa revelada caiu para 5,94 e 28,61 respectivamente. Isso se deveu principalmente a redução da quantidade exportada dos principais produtos da pauta agrícola. A partir daí, os dois segmentos recuperaram competitividade no mercado internacional voltando a sua trajetória de crescimento.

Por outro lado, a tabela 37, também, mostra que no caso da carne suína preservada houve crescimento da vantagem comparativa brasileira até o ano de 2000, mas com uma clara evolução de estagnação. A partir daí, também há uma alta variabilidade desse indicador, pois no ano seguinte há um expressivo aumento das vantagens comparativas brasileiras, porém, em 2002, o indicador VCR atinge a marca de 0,33 o seu menor valor no período analisado neste trabalho.

Com relação à carne de porco há uma trajetória ascendente do indicador de vantagem comparativa revelada. Com exceção de 1999 quando o indicador atinge um dos seus menores valores (1,44), esse indicador passa de um valor de 1,30 em 1997 para 4,39 em 2002, denotando o forte crescimento da competitividade da carne de porco brasileira no comércio externo (tabela 37).

De outro lado, para a carne de aves domésticas “*in natura*” inteiro e pedaços o indicador VCR apresentou também uma redução da competitividade brasileira nesse segmento para dois anos consecutivos, 1999 e 2000. A partir daí obteve um crescimento expressivo desse indicador que atinge em 2002 (17,90) a sua maior cotação durante todo o período analisado.

Entretanto, dada a alta concentração desse segmento em poucos produtos, pode-se dizer que a carne de frango é provavelmente o maior responsável pelo desempenho do segmento aves domésticas na ampliação da competitividade brasileira do produto. Esse produto contou com expressivos ganhos de produtividade e com a queda dos preços da soja e do milho, utilizados na alimentação das aves (Helfand e Rezende, 2001 *apud* Da Silva *et alii*, 2003).

Por isso, a carne de aves domésticas preservadas, ao contrário de todas as demais carnes pesquisadas neste trabalho, apresentou uma trajetória

ascendente de crescimento do índice de vantagem comparativa para todo o período analisado, saindo de um valor de 0,54 em 1997 para 2,97 em 2002.

Diante desse diagnóstico, numa primeira observação geral, os resultados apresentados do VCR para o segmento carnes na média são elevados e permitem concluir que o avanço da participação do país no mercado mundial nesse segmento no período recente, através da ampliação e recuperação de *market-shares*, como visto na seção anterior, deve-se em grande parte a existência de vantagens comparativas comprovadas para este setor. Este ponto é explicitado no trabalho de Ferraz & Kupfer (1996 b), o qual cometa a existência comprovada de vantagens comparativas comprovadas para o setor carnes.

Ao mesmo tempo, comprova parte do argumento-síntese deste trabalho: os principais produtos agroalimentares que o Brasil exporta possuem fortes vantagens comparativas e os maiores *market-shares*.

2.3.2 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Suco de Laranja no período de 1997-2002

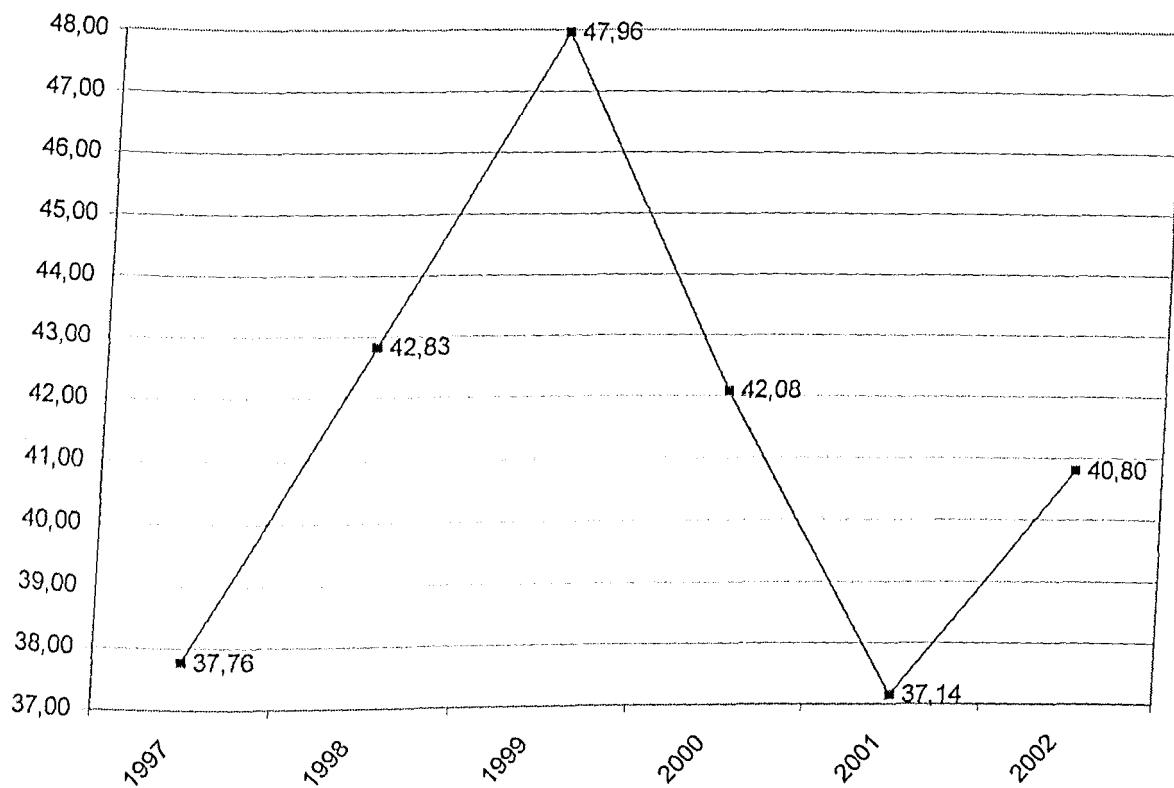
Algumas alterações importantes nos valores do indicador de vantagem comparativa revelada aconteceram no período recente para o suco de laranja concentrado e congelado (SLCC) brasileiro, apesar do país ser sempre reconhecido como líder mundial na produção do produto.

A análise da competitividade do suco de laranja concentrado congelado como mostra o gráfico 21 passou por três fases distintas no período recente. Na primeira de 1997 a 1999 ocorreu a ampliação da competitividade brasileira. A fase seguinte, de 1999 a 2001 é caracterizada pela redução acentuada do valor desse indicador. A fase mais recente iniciada em 2002, também, é de crescimento da competitividade do suco de laranja (AGRIANUAL, 2004).

Entretanto, quando se tomam as informações em conjunto é possível observar que os resultados apresentados revelam alguns pontos importantes na evolução desse indicador, especialmente nos anos(1999/2001). Isso ocorre

porque o índice de VCR é diretamente influenciado pela evolução do indicador de *market-share*, conforme mencionado no inicio desta seção, o qual claramente atinge o seu valor máximo em 1999 e o seu valor mínimo em 2001.

Gráfico 21 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Suco de Laranja (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Observando-se os resultados da primeira fase que esse indicador apresentou para o Brasil, o produto brasileiro apresenta um crescimento em termos de valor desse indicador de competitividade, passando de 37,76 em 1997 para 47,96 no ano de 1999, o que pode ser visto pelos valores desse indicador no gráfico 21.

Por outro lado, na fase seguinte observa-se uma queda acentuada do VCR entre 1999 e 2001. O indicador de vantagem comparativa revelada apresenta o seu menor valor (37,14) em 2001 (gráfico 21). Isso acontece porque o suco de laranja concentrado e congelado brasileiro perde importância relativa no mercado mundial, como mencionado anteriormente.

Por fim, a partir de 2002, novamente o indicador de vantagem comparativa revelada volta a apresentar uma trajetória de crescimento, mas sem conseguir atingir o mesmo patamar do primeiro ciclo de crescimento do início do período analisado neste trabalho.

De outra parte, deve-se observar também, que o suco de laranja concentrado congelado brasileiro depara-se com uma série de restrições comerciais que afetam o desempenho do setor. Nos principais mercados o produto é taxado, sendo penalizado, em alguns casos, com tarifas superiores a 70% do seu valor (Cooutinho, Kupfer & Farina, 2002).

Mesmo assim, o produto brasileiro vem aumentando as suas exportações e a sua participação no mercado internacional no período recente, como vimos na seção anterior. Com isso, é se esperar que a sua contribuição ao saldo comercial do país seja correspondente a sua competitividade, pois é inegável a importância do suco de laranja concentrado congelado na pauta de exportações do Brasil.

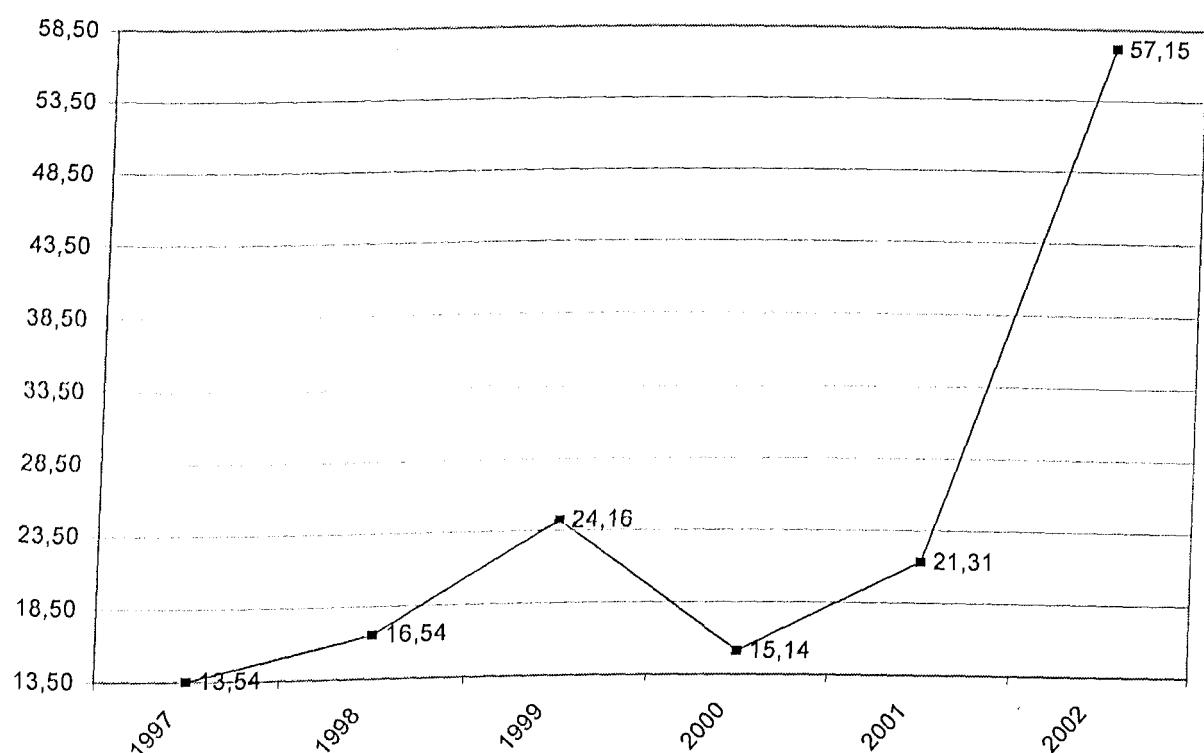
2.3.3 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Açúcar no período de 1997-2002

O Brasil é uma das principais forças que influenciam o mercado internacional de açúcar. É o maior exportador mundial do produto se considerarmos os países da União Européia individualmente e, além disso, detém vantagens competitivas reconhecidas internacionalmente. Apesar disso, o produto esteve sujeito a importantes oscilações em termos de competitividade no período recente. O gráfico 22 mostra o comportamento do açúcar brasileiro em relação ao indicador de vantagem comparativa.

Vale observar que, a evolução desse indicador apresentou, também, três fases distintas em sua trajetória. O gráfico 22 revela as três fases do ciclo desse indicador. De 1997 a 1999 o valor do indicador VCR esteve em um ritmo crescente, passando de 13,54 em 1997 para 24,16 em 1999. Ainda que no ano seguinte esse valor tenha se reduzido a seu valor mínimo de 15,14.

Em grande parte, a perda relativa de competitividade do produto tenha sido devido à desvalorização da moeda doméstica que alterou a relação entre produção de açúcar e álcool como mencionado na seção anterior. Na última fase deste ciclo (2001 a 2002), o produto voltou a recuperar a sua competitividade e em 2002 atinge o valor máximo desse indicador (57,15).

Gráfico 22 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Açúcar (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Outro ponto, necessário a destacar é que este produto também sofre restrições no mercado internacional haja vista que os seus principais concorrentes nesse mercado, por exemplo, os países da União Européia utilizam de importantes subsídios para financiar a sua produção interna.

Dessa forma fica evidente que a alta competitividade do produto nacional, nem sempre é traduzida em maior inserção do açúcar brasileiro no mercado mundial. Como se pôde observar na seção anterior a posição brasileira nesse mercado mundial também apresentou as mesmas oscilações. Esses resultados demonstram que o desempenho nacional nesse segmento depende da

conjuntura internacional, leia-se da remoção das barreiras não tarifárias que prejudicam a melhoria da posição do país nesse mercado.

Em síntese, tomando os indicadores de *market-share* e vantagem comparativa revelada como referência, tem-se que o açúcar brasileiro mesmo perdendo competitividade em mercados internacionais importantes no período recente, as suas exportações têm aumentado, conforme visto no capítulo 1, e consequentemente espera-se que a sua contribuição ao saldo comercial do país seja compatível a competitividade apresentada.

2.3.4 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Café no período de 1997-2002

Embora o Brasil seja considerado muito competitivo na produção rural de café, há que se considerar alguns aspectos relevantes sobre a competitividade brasileira nesse segmento. No período recente, a análise do indicador de vantagem comparativa revelada indica que o café brasileiro, além da perda de posição relativa no mercado mundial, também, tem perdido competitividade.

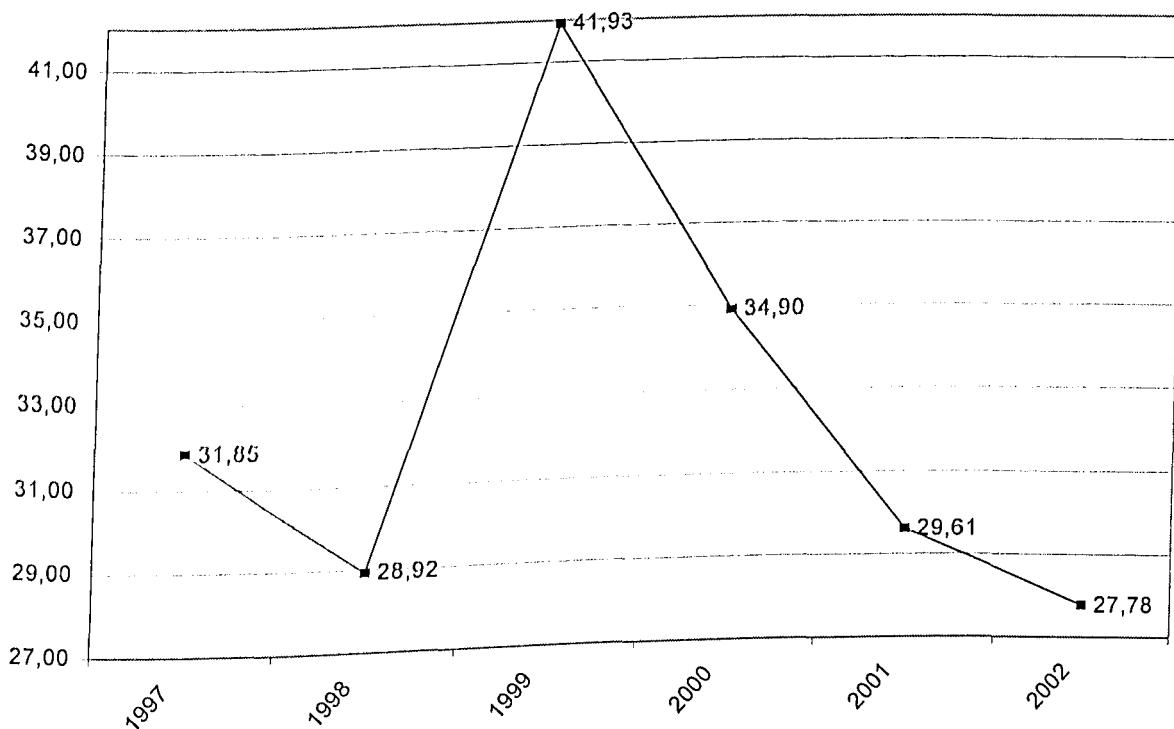
Percebem-se, assim, as mesmas mudanças importantes verificadas na seção anterior, ou seja, os valores desse indicador em média apresentam as mesmas oscilações em relação as vendas externas brasileiras. Como pode ser visto pelo gráfico 23 o café nacional vem perdendo importância relativa, e a sua trajetória é claramente decrescente em dois momentos no período analisado: (1997-1998 e 1999-2002) e sendo crescente em apenas um período 1998-1999.

De 1997 a 1998 a queda observada da competitividade do café brasileiro foi pouco acentuada, pois o valor desse indicador passou de 31,85 em 1997 para 28,92 no ano seguinte. Em 1999 o produto atinge o valor máximo desse indicador (41,93), resultado da desvalorização cambial ocorrida em janeiro daquele ano, conforme pode ser visto também pelo gráfico 23.

A razão para a perda de competitividade do café brasileiro a partir de 1999 deve-se em grande parte ao cumprimento do acordo de retenção firmado pelo setor, que visava forçar o aumento dos preços internacionais (Saes &

Nakazone, 2002). Conforme vimos no primeiro capítulo e na seção anterior deste capítulo, a adoção dessa estratégia era esperada em todos os principais países exportadores de café, fato não verificado na prática. Como o Brasil a sustentou, perdeu *market-share* e consequentemente competitividade no mercado internacional.

Gráfico 23 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Café (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Outro destaque, é que devido ao fato dos dados das exportações de café estarem agregados, não são percebidas determinadas mudanças que possam estar ocorrendo nas vendas externas do café brasileiro. Uma delas é que no mercado mundial o Brasil é tido como um fornecedor de quantidade (café em grão), ao passo que os cafés de outros países, por exemplo, Colômbia são valorizados pela qualidade.

Os cafés industrializados (café solúvel, torrado e moído), é o café que mais tem crescido internacionalmente no período recente. Neste segmento, o Brasil tem perdido espaço por exportar essencialmente café cru, como mencionado na seção anterior.

Assim, para reverter esta situação a matriz de produção do produto brasileiro deve mudar, assim como o *mix* de produtos oferecidos. Em outras palavras, o Brasil deve produzir quase todos os tipos de cafés demandados, em volume e em qualidade, que satisfaçam desde o microtorrefador até as grandes indústrias multinacionais.

Por isso, de acordo com Saes & Nakazone (2002, p.59) o principal desafio para o setor é conseguir mostrar para o consumidor internacional a qualidade do café brasileiro e coordenar ações para não só vender quantidade, mas também especialidades.

Em resumo, a perda de importância relativa do café também ocorre quando se toma o indicador de vantagem comparativa, o qual apresenta as mesmas variabilidades ao longo de todo o período analisado. Da mesma forma, espera-se que a sua contribuição ao saldo comercial do país seja correspondente a sua competitividade, dado que os resultados desses dois indicadores são os mais elevados dentre os produtos agroalimentares selecionados.

2.3.5 – Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Soja

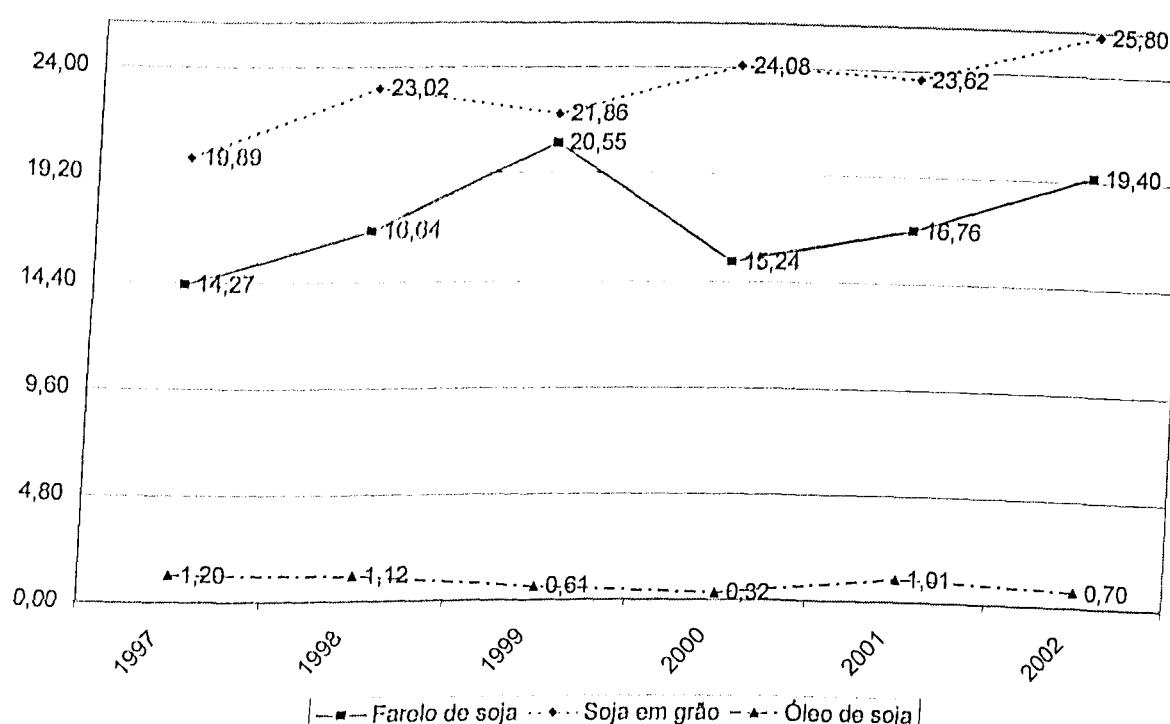
Os valores apresentados para o indicador de vantagem comparativa revelada mostram que a soja em grão e o farelo de soja têm vantagens competitivas importantes, mas o óleo de soja detém apenas um crescimento relativo de sua vantagem competitiva no período considerado. O gráfico 24 ilustra esse comportamento do setor soja para o período recente.

Um dos traços mais característicos da competitividade do setor soja no período recente é que o setor soja até 1999 apresentava oscilações desse indicador, porém a partir daquele ano a trajetória do indicador VCR é crescente para todos os produtos do setor soja.

De 1997 a 1999 a soja em grão estava perdendo competitividade no mercado internacional. Com a desvalorização cambial ocorrida no início de 1999 o produto recuperou a sua competitividade no mercado mundial e ampliou as

suas vantagens comparativas reveladas e atingiu o valor máximo do indicador VCR em 2002 (25,80). A única exceção foi o ano de 2001 onde houve um decréscimo desse indicador, em parte, devido ao crescimento das exportações de seus derivados (farelo e óleo de soja) e oscilações de taxa de câmbio que interferem diretamente sobre a dinâmica da soja em grão.

Gráfico 24 – Brasil: Vantagem Comparativa Revelada para o Setor Soja (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Em relação ao óleo de soja observa-se pelo gráfico 24 que na média o produto apresentou vantagens competitivas para o período considerado neste trabalho. O maior destaque em termos de aumento de competitividade foi o biênio 1997-1998 (1,20 e 1,12 respectivamente), pois nos outros anos os valores do indicador VCR foi menor do que a unidade, sendo assim, nota-se uma perda relativa de competitividade neste segmento.

Uma possível explicação para isso seria o fato de que as exportações de soja em grão têm sido incentivadas, em detrimento dos seus derivados (farelo e óleo de soja). Segundo Da Silva *et al* (2003) desde 1997, a exportação do grão de soja tornou-se mais vantajosa que a do produto processado graças à

redução do ICMS sobre a exportação de produtos *in natura* (Lei Kandir), além do fato de ter a tarifa de 0% para o ingresso na União Européia e no Japão, enquanto que o farelo e o óleo de soja continuam a se taxados.

Diante desse diagnóstico, mesmo o farelo de soja brasileiro sendo de melhor qualidade que o estadunidense, o seu principal concorrente no mercado mundial, as exportações do produto estão condicionadas as facilidades de importação da soja não processada.

Daí a perda de competitividade relativa do produto, embora a competitividade do farelo de soja não tenha sido tão penalizada quanto o óleo de soja com a ampliação da competitividade da soja em grão, conforme mostra a tabela 44. Entre 1999 e 2002 o produto apresentou os melhores índices de competitividade para o país.

A partir de 1999, ano da desvalorização da moeda doméstica, a competitividade do óleo de soja brasileiro aumentou muito. Naquele ano o valor do indicador VCR atinge o seu máximo (24,08), apesar do ano seguinte apresentar uma ligeira queda em seu valor (23,62). Essa queda no valor desse indicador provavelmente deve-se a fatores conjunturais (preço internacional da soja em grão, volume ofertado nacional e internacional). Muito embora, o produto apresente uma trajetória crescente para esse indicador no período entre 1999 e 2002.

Por outro lado, vale destacar que a oferta abundante de soja²¹, a alta produtividade e o potencial de crescimento da produção nesta região constitui fatores chaves para o aumento da competitividade não apenas para a soja em grão como também para os setores de esmagamento e refino do produto, na medida em que o principal custo de produção industrial é a soja em grão.

Nesse sentido, as políticas governamentais e a dinâmica do setor conjugados com a conjuntura internacional constituem fatores essenciais para o sucesso do setor soja (soja em grão, farelo de soja e óleo de soja) do país no mercado mundial do produto (AGRIANUAL, 2004).

Em síntese, embora os resultados dos indicadores de competitividade *market-share* e vantagem comparativa apresentem as mesmas oscilações ao

²¹ A produção de soja deslocou-se para a região Centro-Oeste do país onde encontrou maiores possibilidades de crescimento. Além disso, a produtividade do grão, a partir da década de 1990, obteve ganhos de produtividade importantes, derivados não só pelo aumento da área plantada, mas também através da incorporação de novas tecnologias.

logo do período analisado, e que para a soja e seus derivados represente uma perda de competitividade relativa, os valores observados são significativos na média, em especial para a soja em grão. Portanto, espera-se que uma contribuição ao saldo comercial do país compatível à competitividade externa do complexo soja (soja em grão, farelo de soja e óleo de soja).

Há uma convergência entre os resultados do indicador de vantagem comparativa revelada e do Índice de *market-share*, para todos os produtos agroalimentares selecionados no período sob investigação. Isso é possível porque tanto o indicador de vantagem comparativa revelada quanto o de *market-share* constituem variáveis de estrutura relativa, como mencionado na primeira seção deste capítulo.

Portanto, a análise dos índices de *market-shares* e vantagem comparativa revelada requerem ressalvas, pois mudanças de comportamento do índice de MS e VCR no mínimo pode estar indicando muito mais do que perda de competitividade no setor ou produto selecionado.

No caso do índice de vantagem comparativa revelada, o país pode estar perdendo vantagem comparativa em algum setor porque a média de exportações de todos os produtos do país está aumentando, pois o indicador de vantagem comparativa revelada é uma variável de resultado, conforme visto no início desta seção.

Neste caso, a mudança de comportamento deste indicador verificada a partir de 1999 para alguns produtos selecionados (açúcar, suco de laranja, café e soja e seus derivados) pode estar associada com o aumento das exportações de todos os produtos da pauta de exportação agrícola brasileira devido à desvalorização cambial ocorrida em janeiro daquele ano no Brasil.

Todavia, problemática à parte envolvendo a estrutura de análise desses dois indicadores de competitividade, a verdade que os produtos agroalimentares que o país mais exporta apresenta as maiores e melhores vantagens

comparativas e *market-shares*. Mas será que esses produtos apresentam uma contribuição ao saldo comercial do país correspondente a sua competitividade?

Em virtude disso, a próxima seção buscará averiguar em que medida os produtos agroalimentares selecionados contribuem ao saldo comercial do país no período sob investigação.

2.4 – Contribuição ao Saldo Comercial (CS)

Esta seção tem como objetivo estabelecer uma interação entre a competitividade dos produtos agroalimentares que o país mais exporta e os saldos comerciais, mediante a utilização de um indicador específico de saldos comerciais setoriais e totais: o indicador de contribuição ao saldo comercial.

Conforme visto na primeira seção, o indicador de contribuição ao saldo, expressa o perfil de especialização de um país, pois a lógica presente no indicador de contribuição ao saldo desenvolvido pelo CEPII (Centro de Estudos de Economia Internacional) não é simplesmente a participação relativa de cada setor no saldo comercial, envolvendo também o saldo setorial efetivo, ou seja, a participação das importações de cada setor no saldo comercial total.

Mais que isso: o ponto de partida do Índice CS é a utilização de um recurso analítico denominado “saldo teórico”, o qual nada mais é que o saldo global de um país “j” distribuído de maneira equiproporcional entre os diversos setores presentes na balança comercial deste país. A partir daí, calculam-se os desvios dos saldos efetivos (absolutos) setoriais em relação a este “saldo teórico” (Xavier, 2000, p.39).

Dessa forma, valores positivos do indicador assinalam a presença de vantagem comparativa para um setor ou produto; valores negativos indicam uma desvantagem do país no setor ou produto considerado.

A tabela 38 mostra a evolução do indicador de contribuição ao saldo no período recente para os produtos agroalimentares selecionados. Pode-se observar, em primeiro lugar, que no período 1997-1998 verificou-se a presença de desvantagens competitivas para apenas dois produtos: a carne bovina e o farelo de soja.

Tabela 38 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial (1997-2002)

Cód.	Produtos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0111	Carne bovina fresca e resfriada	-0,21407	-0,05170	0,13676	0,16437	0,31240	0,40504
0112	Carne bovina congelada	-0,01738	0,24727	0,59077	0,53813	0,94817	0,92820
0122	Carne de Porco	0,07918	0,20315	0,22102	0,27896	0,68279	0,90734
0123	Aves domésticas, carne e milúdos	0,62044	1,06588	1,77931	1,50696	2,75004	2,77965
0174	Aves domésticas, preservadas e preservadas nos*	0,00522	0,01940	0,03519	0,04242	0,08659	0,11316
0175	Carno do Porco, preservada, preservada nos*	0,00405	0,01310	0,01680	0,01766	0,02985	0,00802
0176	Carno bovina preservadas, preservada nos*	0,15357	0,40487	0,61299	0,43178	0,49678	0,57714
0591	Suco do laranja	0,68376	1,74503	2,39507	1,77236	1,66586	2,01203
061	Açúcar	1,18407	2,67336	3,69617	2,04290	4,48700	4,10013
071	Café	2,12687	3,59078	4,76098	3,05799	2,79102	2,67157
0812	Farelo de soja	-0,00006	0,00359	0,00193	-0,00001	0,00470	0,00038
2222	Soja em grão	0,96459	2,89228	2,92973	3,53355	5,10725	5,43516
4211	Óleo de soja	0,25381	0,98722	1,18904	0,55651	0,92516	1,36941

Nota: *nes é não especificada.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Embora esta situação tenha sido verificada apenas em dois momentos para ambos os produtos: 1997 e 1998 no caso da carne bovina e em 1997 e 2000 para o farelo de soja, pois os valores do índice de contribuição ao saldo aumentaram a partir daí para este produto (tabela 38).

Em segundo lugar, pode-se dizer que ao incorporar na análise da competitividade externa dos principais produtos agroalimentares selecionados a variável contribuição ao saldo comercial, verifica-se que, em geral, todos os produtos analisados no período sob investigação apresentam uma contribuição positiva ao saldo comercial do país, entretanto, os produtos que se destacaram com os maiores índices de *market-share* e vantagem comparativa revelada ano se sobressaíram em termos de contribuição ao saldo comercial. Este é o caso do açúcar, suco de laranja e café.

As evidências são, portanto, de que a contribuição ao saldo comercial desses produtos não foi na mesma intensidade da competitividade apresentada no mercado mundial ao longo do período analisado.

Baseados nisso, os próximos itens examinarão cada segmento agroalimentar selecionado para avaliar em que medida a participação positiva no saldo comercial dos mesmos reflete o grau de competitividade apresentado nas seções anteriores.

2.4.1 – Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Carnes

Com base nos resultados representados na tabela 39 para o indicador de contribuição ao saldo comercial pode-se concluir que o setor carne apesar dos diferentes desempenhos apresentou uma grande heterogeneidade interna: alguns produtos tiveram um valor negativo, como é o caso da carne bovina, enquanto outros, por exemplo, as carnes de porco e aves doméstica apresentaram uma contribuição positiva ao saldo comercial ao longo de toda o período estudado.

Nesta perspectiva, a contribuição ao saldo comercial negativa da carne bovina esteve localizada, principalmente em 1997, na carne fresca/resfriada (-0,214) e congelada (-0,017) em 1997. O desempenho negativo da carne bovina focalizou apenas na carne fresca e resfriada (-0,052) em 1998.

O grande destaque no segmento da carne bovina corresponde a carne bovina congelada que apresentou um crescimento considerável do indicador de contribuição ao saldo comercial ao longo do período estudado conforme mostra a tabela 39.

Tabela 39 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial do Setor Carnes (1997-2002)

Cód.	Produtos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0111	Carne bovina fresca e resfriada	-0,214	-0,052	0,137	0,164	0,312	0,405
0112	Carne bovina congelada	-0,017	0,247	0,591	0,538	0,948	0,928
0122	Carne de Porco	0,079	0,203	0,221	0,279	0,683	0,907
0123	Aves domésticas, carne e miúdos	0,620	1,066	1,779	1,507	2,750	2,780
0174	Aves domésticas, preservadas e preservadas nes*	0,005	0,019	0,035	0,042	0,087	0,113
0175	Carne de Porco, preservada, preservada nes*	0,004	0,013	0,017	0,018	0,030	0,008
0176	Carne bovina preservadas, preservada nes*	0,154	0,405	0,613	0,432	0,497	0,577

Nota: *nes: não especificada.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

A tabela 39 mostra, também, que a carne de aves doméstica apresentou a maior contribuição positiva ao saldo comercial ao longo de todo o período. Em 2002 alcançou o valor máximo de 2,78. De outro lado, dentre as carnes processadas (aves doméstica, suína e bovina), a carne preservada de aves doméstica, também, obteve um bom desempenho em termos de contribuição ao saldo comercial, só perdendo para a carne bovina preservada que apresentou índices positivos e crescentes em uma magnitude maior (o ponto máximo desse indicador 0,613 ocorreu em 1999).

Em relação à carne de porco, nota-se através da tabela 39 que os índices de contribuição ao saldo comercial são positivos e crescentes para todo o período examinado neste trabalho. Por outro lado, a carne suína preservada apresentou índices desse indicador muito reduzidos em comparação a carne bovina e de aves domésticas preservadas.

Em síntese, houve uma inversão de sinal, negativo para positivo, do indicador contribuição ao saldo comercial no segmento carne bovina dentro do grupo carnes no período sob investigação. Deste modo, pode-se dizer que o setor carnes apresentou uma contribuição positiva ao saldo comercial nesse mesmo período. Da mesma forma, a evolução desse indicador demonstrou que houve uma ampliação do índice de contribuição ao saldo comercial do grupo carnes.

Essas informações são consolidadas quando os outros indicadores de competitividade (MS e VCR), são incorporados na análise. Quando se tomam as informações entre os indicadores de competitividade (MS, VCR, CS) identifica-se que o grupo carnes não se sobressaiu em termos de contribuição ao saldo comercial.

Entretanto, o indicador MS faz parte do cálculo do indicador de vantagem comparativa revelada (VCR), apesar de poder ser analisado isoladamente, logo há certa estabilidade entre os dois indicadores. De fato, o grupo carnes apresentou valores elevados nas análises efetuadas e, portanto comprovaram a competitividade brasileira nesse segmento em relação ao mercado mundial. No entanto, há uma tendência de perda de importância desse produto quando incorpora-se na análise o índice CS, pois a contribuição ao saldo comercial apesar de ter sido positiva não foi compatível com a competitividade apresentada para o grupo carnes.

Todavia, no que se refere ao indicador de contribuição ao saldo comercial, destaca-se que esse índice não se baseia apenas no fluxo de exportações, mas no saldo comercial de um país, expressando o seu perfil de especialização no mercado internacional, conforme visto no início deste capítulo.

Deste modo, há que se considerar o comportamento das importações brasileiras de carnes, bem como as importações totais do país no período analisado, para poder compreender o porque da baixa contribuição ao saldo comercial do país do grupo carnes.

2.4.2 – Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Suco de Laranja

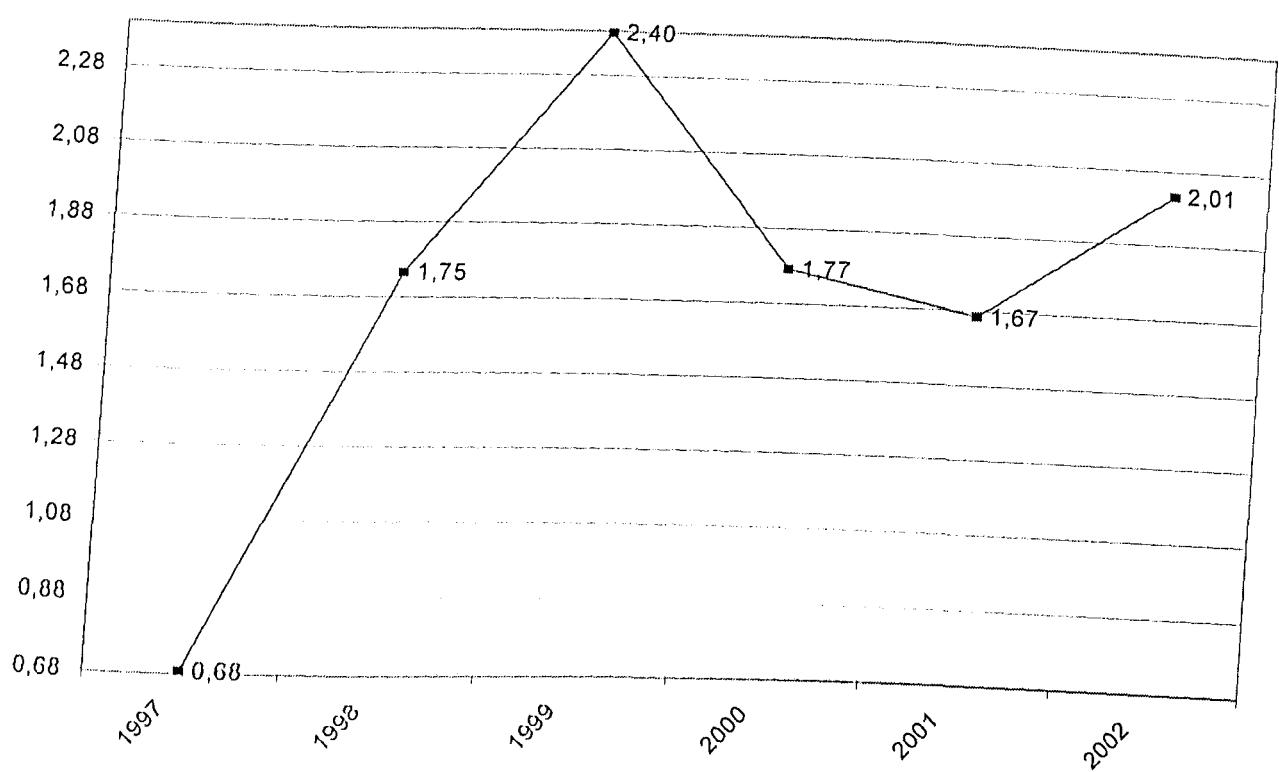
O suco de laranja concentrado e congelado é um produto fortemente vinculado à exportação e apresentou uma contribuição positiva e crescente entre 1997 e 2002. A única exceção é o período 2000-2001, em decorrência da desvalorização cambial doméstica ocorrida em janeiro de 1999²², como pode ser visto pelo gráfico 25.

O gráfico 25 mostra que esse indicador teve um acréscimo significativo em 1999 (2,40), sendo o valor máximo apresentado entre 1997 e 2002. Entretanto, como se viu em 2000 e 2001 não houve uma ampliação da contribuição ao saldo comercial, pelo contrário, a contribuição ao saldo comercial do suco de laranja concentrado e congelado foi positiva, mas decrescente (1,77 e 1,67 respectivamente).

Em 2002 a trajetória descendente desse indicador é revertida (2,01) e, portanto, o índice de CS volta a apresentar um valor positivo e crescente, porém não com a mesma magnitude registrada em 1999 (gráfico 25).

²² Como mencionado em seções anteriores, essa mudança de regime cambial trouxe importantes reflexos para este setor, pois a maior competitividade do produto brasileiro no mercado internacional influenciou a o preço internacional do suco de laranja dado que o país é o maior produtor mundial deste produto e quaisquer alterações na economia doméstica penalizam a colheita do produto. Como resultado, a receita das exportações e o saldo comercial reduziram substancialmente em seguida á desvalorização da moeda brasileira.

Gráfico 25 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Suco de Laranja (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Cabe ressaltar, que as explicações para esses fatos podem ser encontradas não apenas no ciclo de preços desfavorável dessa *commodity* no mercado internacional e nas barreiras de comércio impostas pelos países desenvolvidos, mas também na estrutura rígida do comércio externo brasileiro (Ferraz, Kupfer & Iooty 2004, p.7).

Baseado nessa concepção, os autores declaram que as *commodities* agrícolas são responsáveis em grande parte pelo superávit comercial do país; suas exportações tem aumentado uniformemente enquanto que suas importações não são significativas, mas nas indústrias de *commodities*, como por exemplo, a indústria de suco de laranja concentrado e congelado, apesar das suas exportações ter expandido uniformemente, as suas importações e exportações são muito equilibradas.

Como se sabe, a composição do índice de contribuição ao saldo comercial envolve também a participação das importações de cada setor no saldo comercial total de um país refletindo assim a especialização desse país no

comércio internacional. Deste modo, pode-se concluir que a contribuição ao saldo comercial do suco de laranja foi positiva, porém baixa em relação a sua competitividade.

De fato, segundo de Ferraz, Kupfer & Iooty (2004, p.17), no segmento de suco laranja concentrado e congelado (FCOJ) as firmas brasileiras controlam a fase de processo e coordenação associados à logística (plantações de laranja e firmas empacotadoras). As capacidades de coordenação brasileiras são tão desenvolvidas que clientes importantes, como Coca-Cola, transferiram a gerência das suas unidades de produção nos Estados Unidos, para uma companhia brasileira.

No entanto, esta mudança foi em grande parte motivada pela necessidade de contornar as restrições de importação impostas pelos Estados Unidos ao produto brasileiro. Assim, a maioria das firmas ativas mudaram para o sul dos Estados Unidos, adquirindo ou investindo em unidades de processo novas e até mesmo em algumas plantações no território norte-americano.

2.4.3 – Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Açúcar

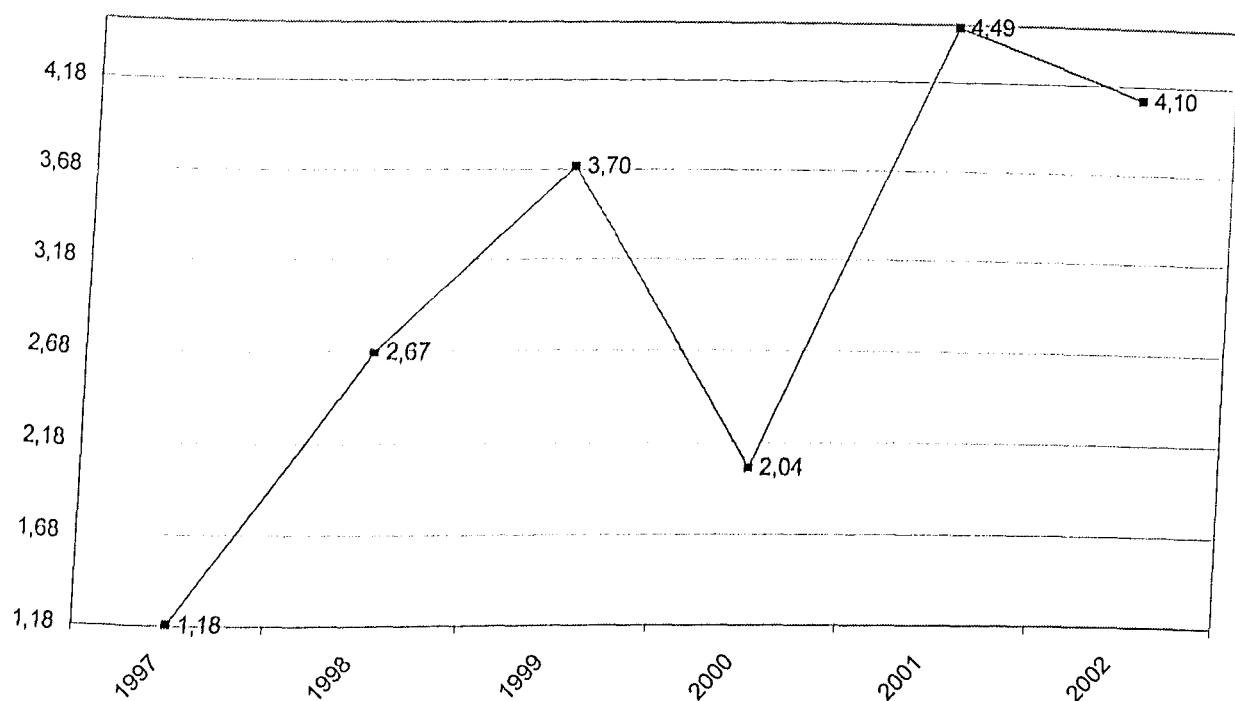
Em termos gerais, a contribuição ao saldo comercial desse produto apresentou valores positivos e crescentes durante o período compreendido entre 1997 e 2002.

A grande exceção foi o ano 2000, naquele ano o açúcar brasileiro apresentou uma queda brusca no valor desse indicador, mas nos anos seguintes recuperou a sua trajetória crescente, apesar de em 2002 novamente ter tido uma ligeira queda no índice de contribuição ao saldo comercial.

Essas oscilações são demonstradas através da análise do gráfico 26. Em 1999 o açúcar obteve o ponto máximo de sua contribuição positiva ao saldo comercial na primeira etapa da trajetória crescente do indicador CS (3,70), mas em 2000, o que se vê é uma queda brusca desse indicador (2,04). Essa transformação deveu-se principalmente a sinalização do preço exportado desse

produto no mercado internacional com a desvalorização cambial brasileira em 1999. Com isso houve uma redução do volume de açúcar brasileiro exportado²³.

Gráfico 26 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Açúcar (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

De 2001 a 2002 o indicador de contribuição ao saldo comercial atinge uma magnitude considerável em comparação aos produtos analisados neste trabalho até então. Em 2001, apresenta uma contribuição ao saldo comercial de 4,49 e constitui o maior valor desse indicador durante o período analisado. Contudo, em 2002 apresenta uma ligeira queda em seu valor (4,10), mas permanece acima de 4,00 (gráfico 26).

Do mesmo modo, considerando os resultados dos índices de *market-share* e de vantagem comparativa revelada apresentados pelo açúcar brasileiro verifica-se que a sua contribuição ao saldo comercial ainda que positiva e

²³ O açúcar brasileiro como já foi mencionado em seções anteriores não teve o seu preço doméstico elevado em relação ao preço internacional devido à desvalorização cambial brasileira realizada em janeiro de 1999, pois com a mudança da taxa de câmbio a produção de açúcar direcionou-se para o mercado interno ao invés do mercado externo.

expressiva dentre os produtos agroalimentares selecionados não foi na mesma intensidade ou compatível com a sua competitividade.

É importante novamente destacar, que a magnitude do índice de contribuição ao saldo apóia-se não apenas no fluxo de exportações, como também, na participação das importações setoriais do produto e totais de um país. Nesse sentido, pode-se dizer que o açúcar brasileiro apresentou uma contribuição ao saldo comercial positiva, porém baixa em relação a sua competitividade.

2.4.4 – Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Café

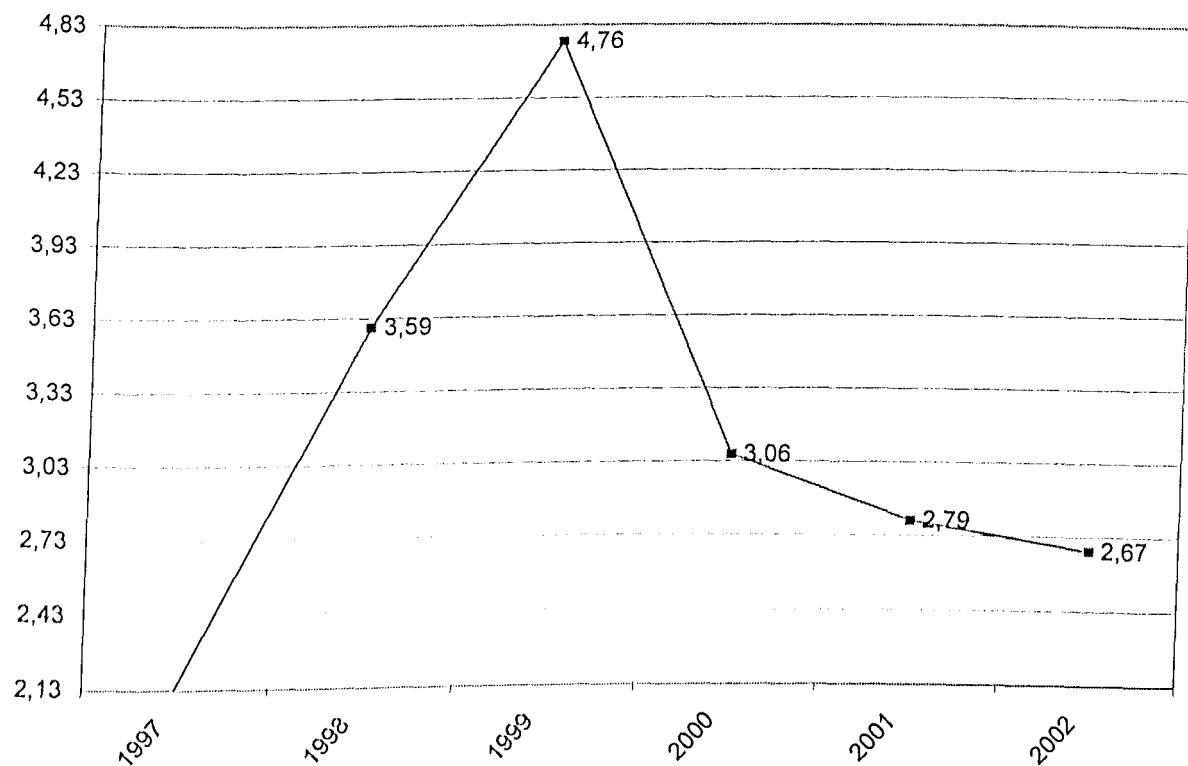
As análises do setor café para o saldo comercial são apresentadas pelo gráfico 27. De acordo com os resultados apresentados verifica-se que o período 1997 a 2000 é caracterizado pela existência de uma dualidade desse indicador.

Em primeiro lugar, o ritmo de crescimento do indicador CS entre 1997 e 1999 é muito forte. Entretanto, novamente, o ano 2000 traz transformação no valor desse indicador para o setor café, pois o que o que se verificou é uma reversão brusca da trajetória de crescimento do indicador CS. A partir daí, a contribuição ao saldo comercial deste setor permanece positiva, mas decrescente.

Os valores apresentados permitem-nos observar, ainda que o produto também apresenta perda de competitividade neste indicador no período recente, apesar de em 1999 o café ter atingido o ponto máximo de contribuição ao saldo comercial (4,76), como também pode ser demonstrado pela análise do gráfico 27.

Em 2000, como já mencionado anteriormente, o café brasileiro apresentou uma contribuição positiva, mas decrescente (3,06). A forte variação desse indicador indica que o produto, também, foi penalizado pela desvalorização da moeda brasileira de 1999. O fraco desempenho desse indicador para o setor café fica mais evidente, quando se considera os extremos da série. Verifica-se que o valor do indicador CS era de 2,13 em 1997 contra 2,67 em 2002 (gráfico 27).

Gráfico 27 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Café (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Em síntese, é importante lembrar que o setor café apresenta uma contribuição ao saldo comercial positiva e, do mesmo modo que o setor açúcar, de grande destaque dentre os demais produtos agroalimentares selecionados no período sob investigação. Contudo, conforme discutido nesta seção quando se considera o conjunto dos indicadores de competitividade estudados neste trabalho (MS, VCR e CS) identifica-se que a sua contribuição ao saldo comercial não é correspondente a sua competitividade.

Todavia, é preciso observar que esses indicadores não são imediatamente comparáveis entre si porque utilizam metodologias distintas, como o enfatizado durante toda essa seção. O índice de contribuição ao saldo comercial não considera apenas o fluxo de exportações, como os indicadores de competitividade: *market-share* (MS) e vantagem comparativa revelada (VCR). Para seu cálculo leva-se em consideração o fluxo de importação.

Deste modo, a análise da contribuição ao saldo comercial do produto açúcar brasileiro deve ser vista como positiva, porém não se sobressai em

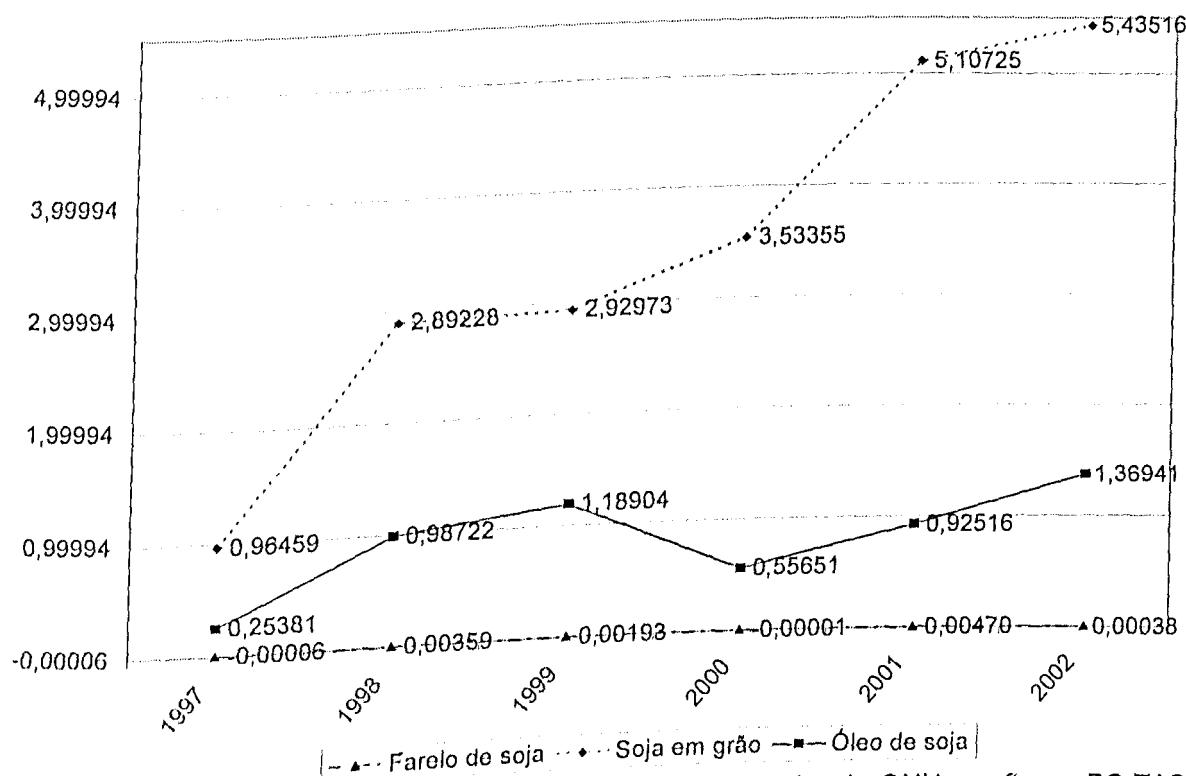
termos da grande participação brasileira no mercado mundial de açúcar e das vantagens comparativas reveladas demonstradas nas seções anteriores.

2.4.5 – Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Soja

É importante notar que a dinâmica do indicador de competitividade contribuição ao saldo comercial para o setor soja indica que entre 1997 e 2002 não houve ampliação da distância relativa dos níveis de competitividade no interior deste setor. Entretanto, o período recente caracterizou-se por apresentar uma forte heterogeneidade interna no tocante ao nível de contribuição ao saldo comercial como ilustra o gráfico 28.

A soja em grão foi o produto que apresentou a trajetória positiva e crescente mais suave desse indicador tanto no setor soja quanto para todos os produtos examinados neste trabalho, conforme mostra o gráfico 28.

Gráfico 28 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para a Soja em Grão (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

Por outro lado, deve ser destacado que mesmo a soja em grão detendo uma contribuição positiva e crescente, em geral, para esse indicador, em alguns momentos, há importantes oscilações no índice de contribuição ao saldo comercial. De 1997 a 1998 o valor desse indicador evoluiu de 0,98 para 2,89 respectivamente (tabela 40).

Com a desvalorização cambial brasileira em 1999, o valor do indicador de contribuição ao saldo comercial teve um ligeiro aumento (2,93). Isto se deve essencialmente ao fato de que o produto ser um produto com forte inserção no mercado internacional e com a desvalorização cambial teve a sua competitividade ampliada (tabela 40).

Tabela 40 – Brasil: Contribuição ao Saldo Comercial para o Setor Soja (1997-2002)

Cód	Produto*	1997	1998	1999	2000	2001	2002
0812	Farelo de soja	-0,00006	0,00359	0,00193	-0,00001	0,00470	0,00038
2222	Soja em grão	0,96459	2,89228	2,92973	3,53355	5,10725	5,43516
4211	Óleo de soja	0,25381	0,98722	1,18904	0,55651	0,92516	1,36941

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Comércio Exterior da ONU - software PC-TAS (1996-2000 e 1998-2002)

A tabela 40 mostra que, a partir de 2000, a soja em grão obteve uma contribuição positiva e crescente ao saldo comercial atingindo em 2002, atinge o ponto máximo do indicador CS (5,44). Além disso, naquele ano, este valor representava não apenas o maior índice de contribuição ao saldo comercial no setor soja, mas também dentre todos os produtos examinados neste trabalho.

A tabela 40 ilustra também como se comportou o indicador CS para os derivados da soja durante o período recente. Como se pode observar, o farelo de soja não apresentou uma contribuição ao saldo comercial positiva em dois momentos: em 1997 (-0,00006) e 2000 (-0,00001). Sendo assim, a variabilidade dos valores desse indicador para o farelo de soja é enorme ao longo do período analisado neste trabalho. Além do mais, o produto apresentou os menores índices do indicador CS dentre os produtos do setor soja.

Em relação ao óleo de soja os valores apresentados de contribuição ao saldo comercial não são tão suaves quanto os da soja em grão, mas também possui a mesma trajetória crescente desse indicador como mostra a tabela 40. A única exceção foi o ano 2000 que apresentou uma queda brusca no valor do indicador de contribuição ao saldo comercial (0,56).

Considera-se assim na análise desse indicador para os setores exportadores do complexo soja, conforme sublinhado durante esta seção, o fato de que mesmo com uma contribuição ao saldo positiva, os produtos do setor soja apresentam uma baixa contribuição ao saldo comercial.

Em uma análise mais geral, para a média de comportamento dos indicadores de *market-share*, vantagem comparativa e de contribuição ao saldo, entre 1997 e 2002 observa-se uma alta relação entre a participação das exportações brasileiras no mercado mundial dos setores agroalimentares selecionados e as suas vantagens comparativas. Contudo, nota-se também uma baixa relação deste desempenho competitivo com o índice de contribuição ao saldo comercial do país para esses produtos.

Este ponto é enfatizado também no trabalho de Holland & Xavier (2003). Esses dois autores consideram que é notório, que a grande maioria dos setores exportadores brasileiros apresenta contribuição baixa ou negativa ao saldo comercial, mesmo que apresente uma razoável participação nos mercados internacionais e vantagens comparativas.

Mais que isso: existem estudos como o de Ferraz, Kupfer & Iootty (2004) que mostram os efeitos em termos de competitividade da indústria brasileira no contexto de liberalização econômica do período 1990-2002. Esses autores revelam que houve uma desorganização das cadeias produtivas locais, dado que apenas em algumas áreas da atividade industrial brasileira os prognósticos de crescimento eram altos, pois as indústrias responderam às mudanças impostas pela liberalização econômica ampliando capacidade produtiva.

De outro lado, esses autores declaram que o comércio externo expandiu substancialmente, mas a natureza da inserção da indústria brasileira não mudou, e a estrutura de comércio externo brasileira é muito rígida, ou seja, relativamente concentrada em poucas firmas em cada atividade industrial.

Nesse sentido, conforme visto nas seções anteriores, a indústria de *commodities*, tem tido expansão uniforme no comércio exterior, mas as suas importações e exportações são equilibradas, ou seja, as importações têm uma participação relevante nessa indústria. Este é o caso, por exemplo, da indústria da carne, do suco de laranja e do açúcar brasileira.

Essas evidências permitem concluir, então, que os setores exportadores agroalimentares selecionados cujas exportações são elevadas, apresentaram uma contribuição ao saldo abaixo do seu potencial e, portanto, estão em uma situação sub-ótima.

Entretanto, o não aproveitamento das potencialidades competitivas desses segmentos pode estar associada com a especialização produtiva brasileira ou mesmo devido à existência de barreiras comerciais que prejudicam a inserção destes produtos no mercado externo e, consequentemente, a sua contribuição ao saldo.

A próxima seção tem o objetivo qualificar a natureza do tipo de especialização dos produtos agroalimentares que o país mais exporta e estudar a sua relação com a competitividade apresentada por esses setores no período recente.

2.5 – Matriz de Competitividade e Saldos Comerciais no Brasil

Os setores agroalimentares selecionados indicam um padrão de especialização nas exportações do mercado internacional. Nesta perspectiva, esta seção identificará em que medida o padrão de especialização desses produtos no mercado mundial condiciona o saldo comercial do país.

Para tanto, o procedimento adotado foi calcular a matriz de competitividade brasileira, a partir de um software desenvolvimento pela divisão de estatística da Cepal, denominado: TradeCan 2002. Esta ferramenta de trabalho mostra o comportamento dos principais produtos agroalimentares brasileiros em relação à dinâmica da demanda mundial, verificando se os mesmos são sensíveis ao período e ao nível de agregação.

Neste trabalho foi utilizada a matriz de competitividade e especialização que se encontram neste software para verificar a estrutura produtiva brasileira e o comportamento dos principais produtos agrícolas do país.

Este tipo de matriz conforme o nível de agregação previamente escolhido relaciona a especialização dos produtos de um país no mercado mundial com a porcentagem das importações mundiais desses produtos no tempo. Adicionalmente, escolheu-se o nível de agregação a 4 dígitos para melhor caracterizar o desempenho dos produtos agroalimentares aqui analisados.

Nesta perspectiva, com base na ferramenta de análise disponível, o próximo item qualificará o padrão de especialização dos principais setores agroalimentares do Brasil.

2.5.1 Padrões de especialização para os principais setores agroalimentares do Brasil

Neste item construiu-se a matriz de competitividade para o Brasil incluindo os seus principais setores agroalimentares, buscando investigar se a especialização competitiva do Brasil no mercado mundial (porcentagem de exportações) nestes setores e, ao mesmo tempo, relacionando os grupos setoriais destacados com a evolução dos índices de contribuição ao saldo comercial do país e com a suas vantagens competitivas e a posição no mercado mundial que ocupam no mercado internacional.

A matriz de competitividade indica a posição competitiva de um país em um determinado grupo setorial e sua correlação com o dinamismo desse grupo setorial no comércio internacional a partir de uma determinada zona de referência geográfica (Mandeng, 1991; *apud*: Xavier, 2000, p. 75).

Nesta perspectiva, a metodologia utilizada neste trabalho seguirá aquela tipologia construída em Mandeng (1991) e Fajnzylberg (1991) e desenvolvida por Xavier (2000). Dessa forma dentro da matriz de competitividade, a agregação dos grupos setoriais será a seguinte:

- Setores em retrocesso: representando o grupo de setores no qual ocorre uma taxa de crescimento abaixo da média do mercado mundial seguida de uma diminuição de *market-share* do Brasil nestes setores;
- Setores em declínio: indicando o grupo de setores com taxa de crescimento abaixo da média do mercado mundial nos quais ocorre um crescimento dos *market-shares* das exportações brasileiras;
- Setores em crescimento: representando o grupo de setores que apresentam, simultaneamente, uma taxa de crescimento acima da média do mercado mundial e um aumento dos *market-shares* do Brasil nestes setores;
- Oportunidades perdidas: representa setores dinâmicos no mercado mundial no qual as exportações brasileiras apresentam perdas de *market-shares*.

Uma diferença importante deste trabalho em relação ao trabalho acima citado é que será considerado como zona de referência o mercado mundial e não apenas o mercado da OCDE, em face da investigação empreendida neste trabalho não se restringir apenas a evolução da competitividade dos setores agroalimentares destacados.

Em vista disso, a matriz competitiva indicará a relação existente entre a dinâmica relativa dos setores agroalimentares brasileiros que mais exportam e a posição do Brasil no mercado mundial.

A interpretação desta tipologia é direta, exceto no caso dos setores em declínio. Neste particular, Bauman & Neves (1998, p.9 *apud* Xavier, 2000, p.32) registrou que:

Ganhar competitividade em “setores em declínio” não significa necessariamente um resultado negativo para o padrão de especialização do país, à medida que a perda de dinamismo destes setores no comércio internacional pode ser apenas temporária e de curto prazo. Um padrão de especialização com uma proporção elevada destes “setores em declínio” somente será negativo para o país exportador se ocorrer um desvio de recursos de setores dinâmicos no comércio exterior para estes setores, resultando, provavelmente, em uma proporção menor de setores em “crescimento” e maior de setores

em “oportunidades perdidas”. Da mesma forma, uma redução na proporção de “setores em declínio” não é necessariamente positiva, pois pode significar um aumento em “setores em retrocesso”.

Em outra direção, a utilização da matriz de competitividade possui uma elevada sensibilidade às características do período selecionado e ao nível de agregação setorial utilizado. Esta limitação metodológica foi enumerada por Fajnzylberg (1991) *apud* Xavier (2000, p. 33).

Para os propósitos deste trabalho, os setores o nível de agregação setorial foi a quatro dígitos, e o período escolhido foi 1997-2000. Com isso, os anos centrais desta análise são respectivamente, os anos 1997 e 2000.

Todavia, os dados sobre comércio exterior de todos os anos, se referem ao ano central de uma série de três anos. A única exceção é 2000 que é o último ano no programa TradeCan 2002 e é uma média de dois anos. Deste modo, 1997 é a média anual das importações do período 1996-1998 e assim por diante.

De acordo com o software TradeCan 2002, a vantagem de trabalhar com médias móveis de três anos, em lugar dos usuais dados anuais, é evitar as flutuações cíclicas e enfatizar as mudanças estruturais. Por isso, a matriz de competitividade construída pelo programa TradeCan 2002 representa uma análise das evoluções estruturais de padrão de comércio a longo prazo do Brasil e não a competitividade setorial de curto prazo dos produtos agroalimentares destacados.

Em razão dessa limitação, a análise da matriz de competitividade não será desenvolvida para o mesmo período considerado neste trabalho, ou seja, 1997-2002. Diante disso, através da análise do padrão de especialização brasileiro verificaremos se os setores agroalimentares que mais exportam além de serem aqueles que não apresentam uma contribuição ao saldo comercial correspondente à sua competitividade são ao mesmo tempo, classificados como setores dinâmicos do ponto de vista da demanda internacional.

Segundo Rodrigues & Torres (2003, p. 25) em tais casos, se observa um maior espaço para o crescimento das exportações em volume e, principalmente, em valor, dado que os produtos dinâmicos tendem a alcançar, de uma maneira geral, melhores preços nos mercados internacionais.

Por isso, dada a tendência histórica de deterioração dos preços dos produtos básicos entre os quais se encontram diversas *commodities* agrícolas, por exemplo, a soja em grão, a especialização em produtos com demanda internacional crescente permite obter melhores preços e, assim, sustentar um melhor desempenho competitivo nos mercados externos (*Idem*).

A partir disso, a tabela 41 apresenta os dados consolidados sobre o padrão de especialização do Brasil para o período investigação disponível neste software (1997-2000). Vale dizer, em primeiro lugar, procurou-se analisar a posição competitiva do Brasil no mercado mundial em todos os segmentos produtivos classificados no programa. Em outros termos, procurou-se, constatar se as exportações do país concentram-se significativamente nos setores classificados como dinâmicos do ponto de vista da demanda internacional.

Tabela 41 – Brasil: Padrão de Especialização – dados consolidados (1997-2000)

Padrão de Especialização	Setor	País	1997	2000
Setores em Crescimento	Dinâmico	Competitivo	11,22%	19,89%
Setores em Declínio	Não dinâmico	Competitivo	50,44%	52,20%
Oportunidades Perdidas	Dinâmico	Não competitivo	10,77%	9,00%
Setores em Rotrocesso	Não dinâmico	Não competitivo	27,57%	18,91%
Total			100,00%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior da ONU - software TradeCan 2002.

A tabela 41 mostra claramente que, em 1997, as exportações brasileiras encontravam-se concentradas nos setores em declínio, os quais representaram cerca de 50% (50,44%) do valor das exportações para o mercado mundial durante o período considerado nesta análise.

É importante ressaltar que, o trabalho de Xavier (2000) utilizando a mesma metodologia obteve resultado semelhante para os setores em declínio do Brasil (48,34), embora comparasse períodos distintos²⁴.

²⁴ Xavier (2000), comparou a média do período 1992-84 contra a média de 1993-1995.

Além disso, o padrão de especialização brasileiro revelou forte competitividade em setores não dinâmicos no comércio internacional. Em média, cerca de 78% das exportações do país estavam concentradas em produtos cuja demanda internacional é decrescente (setores em declínio e setores em retrocesso).

Por outro lado, o fato do país ter ampliado as suas exportações naqueles setores cuja taxa de crescimento encontra-se abaixo da média do mercado mundial, não significa um limite ao crescimento das exportações porque pode estar ocorrendo uma falta de dinamismo destes setores no mercado mundial apenas no curto prazo.

De outro lado, pode estar ocorrendo mesmo no curto prazo, uma transferência de recursos de setores dinâmicos (setores em crescimento e oportunidades perdidas) para estes setores, constituindo-se então em uma restrição alocativa presente no padrão de especialização, a qual limita o crescimento das exportações (Xavier, 2000, p. 77).

Por fim, a tabela 41 mostra também que a participação de setores em declínio no padrão de especialização brasileiro no ano 2000 teve uma ligeira ampliação (52,20%). Todavia, outras importantes constatações podem ser feitas a partir da comparação entre os dois períodos.

Em primeiro lugar, os setores considerados não dinâmicos (setores em declínio e setores em retrocesso) diminuíram a sua participação no tipo de especialização brasileira, passando de quase 78% em 1997 para 71% em 2000.

Em segundo lugar, houve uma ampliação da participação dos setores em crescimento, de 11,22% em 1997 para 19,89% em 2000. Com isso, a participação daqueles setores que são considerados dinâmicos do ponto de vista da demanda internacional cresceu (de 21,99% para 28,89%).

Em terceiro lugar, os setores com oportunidades perdidas terem atingido uma proporção mínima de 9% do valor das exportações em 2000. De acordo com Xavier (2000) isso não se constitui em limites à expansão das exportações no curto prazo porque existem setores agrícolas e de insumos, os quais o país possui dinamismo no comércio internacional, mas cujos graus de oportunidades não são aproveitados pela especialização do Brasil nesse período.

Em quarto lugar, os setores competitivos (setores em crescimento e setores em declínio) ampliaram a sua participação de cerca de aproximadamente 62% em 1997 para 70% em 2000. Enquanto, os setores não competitivos (oportunidades perdidas e setores em retrocesso) ocuparam no mesmo período 38% e 28%, respectivamente.

Em outros termos, a redução do valor das exportações do país nos setores em retrocesso representa uma característica positiva do padrão de especialização do Brasil nesse período, com o deslocamento de parcela de sua capacidade de produção para setores dinâmicos (*idem*).

Em quinto lugar, os setores *em retrocesso* representaram no período analisado uma proporção relativamente significativa das exportações, considerando tratar-se de setores não dinâmicos no mercado internacional onde o país possui uma posição não competitiva (*ibidem*).

Portanto, o padrão de especialização do Brasil no período 1997-2000 parece não apresentar restrições em termos de competitividade, embora possa ter ocorrido restrições alocativas, com os setores em declínio impedindo um crescimento mais pronunciado dos setores em crescimento.

Não obstante, é preciso destacar que a natureza dos setores em declínio e em retrocesso do padrão de especialização do Brasil nesse período é abrangente e envolvem setores diversos da economia baseados em recursos naturais, intensivos em escala e ciência e tecnologia²⁵.

Verificando-se o que mais se destaca na categoria "setores em declínio", destaca-se os setores agroalimentares estudados neste trabalho. Por isso, a tabela 42 apresenta o padrão de especialização dos seguintes setores agroalimentares: carne bovina (código 0111), carne de porco (código 0113), aves domésticas e seus miúdos (código 0114), suco de frutas e vegetais (código 0585), açúcar e melado (código 061), café e seus substitutos (código 071),

²⁵ Para maiores detalhes consulte a tabela do Anexo B, a qual apresenta os resultados para esses setores considerados e mostra também que dos setores agroalimentares estudados neste trabalho estão incluídos na categoria "setores em retrocesso": farelo de soja (0813) e óleo de soja (4232).

tortas de sementes oleaginosas (código 0813), soja (código 2222) e óleo de soja (código 4232).

Tabela 42 – Brasil: Matriz de Competitividade dos Principais Produtos Agroalimentares (1997-2000)

Código	Produtos	Classificação	Porcentagem de Exportações (Pe%)		Porcentagem de Importações (Pi%)	
			1997	2000	1997	2000
0111	Carne bovina	Setores em Declínio	0,44	0,83	0,25	0,24
0113	Carne de porco	Setores em Declínio	0,28	0,23	0,21	0,17
0114	Aves domésticas e seus miúdos	Setores em Declínio	1,34	1,40	0,13	0,12
0585	Suco de frutas e legumes	Setores em Declínio	2,95	3,26	0,12	0,11
061	Açúcar e mel	Setores em Declínio	1,65	1,62	0,24	0,16
071	Café e seus substitutos	Setores em Declínio	5,02	4,07	0,31	0,21
0813	Tortas de sementes oleaginosas	Setores em Retrocesso	4,74	3,13	0,19	0,13
2222	Soja	Setores em Declínio	3,77	3,84	0,20	0,16
4232	Óleo de soja	Setores em Retrocesso	1,31	0,44	0,07	0,04

Notas: **Porcentagem do Exportações:** Representa o valor das exportações do produto i do Brasil no mercado mundial, como uma porcentagem do total das exportações do Brasil no mercado mundial.

Porcentagem de Importações: Representa o valor das importações do produto i no mercado importador (mundo) expresso como porcentagem do valor total das importações do mercado importador mundial.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior da ONU - software TradeCan 2002.

Aliás, os resultados apresentados pela tabela 42 confirmam os anteriores (tabela 41), ou seja, o valor das importações dos produtos agroalimentares que o país mais exporta para o mercado mundial expresso como porcentagem do valor total das importações mundiais diminuíram no período entre 1997 e 2000. Daí, a classificação desses como setores estagnados do ponto de vista da demanda internacional (setores em declínio e setores em retrocesso).

Ao mesmo tempo, a tabela 42 explica em grande parte o porquê da baixa contribuição de todos os segmentos agroalimentares selecionados ao saldo comercial do país nesse mesmo período, conforme apresentado na tabela 38 deste capítulo.

Neste sentido, a tabela 42 chama a atenção para dois setores agroalimentares que se encontram classificados como setores em declínio: café (071) e soja (2222). Os resultados da porcentagem de exportações apresentados por estes produtos constituem os maiores valores para o mercado mundial em 2000, respectivamente, 4,07% e 3,84%.

Por outro lado, a despeito da diminuição das importações mundiais desses produtos, verifica-se através da tabela 43 que houve uma ampliação da cota de mercado ou do *market-share* do Brasil para a maioria desses grupos setoriais. Mais que isso: esses resultados corroboram com os valores apresentados do índice *market-share* para os principais produtos agroalimentares estudados neste trabalho, conforme visto no item 2.2.1 deste capítulo.

Desse modo, a expansão desse indicador é mais relevante, como mostra a tabela 43, para a carne bovina que apresentou um crescimento da cota de mercado expressivo ($CmVar=79,70\%$). De 1997 para 2000 a participação brasileira neste segmento passou de 1,79% para 3,22%.

Tabela 43 – Brasil: Padrões de Especialização e Cota de Mercado (1997-2000)

Código	Produtos	Classificação	Cota do Mercado (Cm%)		Variação da Cota de Mercado (CmVar%)
			1997	2000	
0111	Carne bovina	Setores em Declínio	1,79	3,22	79,70
0113	Carne de porco	Setores em Declínio	1,34	1,28	-4,39
0114	Aves domésticas e seus miúdos	Setores em Declínio	10,14	11,07	9,25
0585	Suco de frutas e legumes	Setores em Declínio	24,29	26,28	8,16
061	Açúcar e mel	Setores em Declínio	6,85	9,19	34,09
071	Café e seus substitutos	Setores em Declínio	16,31	17,79	9,12
0813	Tortas de sementes oleaginosas	Setores em Retorno	24,95	22,42	-10,14
2222	Soja	Setores em Declínio	18,76	22,08	17,70
4232	Óleo de soja	Setores em Retorno	19,71	10,32	-47,67

Nota: **Cota de Mercado:** Representa o valor das exportações do produto i do Brasil no mercado importador mundial, como uma porcentagem do valor total das importações do produto i do mercado mundial.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior da ONU - software TradeCan 2002.

Destacou-se nessa ampliação da cota de mercado, também, o açúcar e a soja. No caso do açúcar a expansão foi de 34,09%, resultado da expansão do valor apresentado em 1997 de 6,85% para quase 9,20% em 2000. No que diz respeito à soja, o Brasil aumentou a sua participação no mercado internacional em 17,70%, pois esse indicador obteve um valor de 22,08% em 2000 contra 18,76% em 1997.

Para todos os demais produtos a evolução desse indicador não é relevante, principalmente para o óleo de soja ($CmVar=-47,67\%$) e, em menor

medida, para outros dois segmentos: carne de porco ($CmVar=-4,39\%$) e torta de sementes oleaginosas ($CmVar=-10,14\%$).

Cabe ressaltar que, estes setores são importantes do ponto de vista da composição do saldo comercial do país, assim como, a análise da competitividade dos setores destacados empreendida nas seções anteriores deste capítulo revelou que o país ainda detém as maiores e melhores vantagens comparativas reveladas e *market-shares* para esses segmentos agroalimentares, a despeito da diminuição relativa dos níveis médios desses indicadores para alguns desses produtos no período recente (1997-2002).

Diante disso, considerando o escopo deste trabalho, o próximo item buscará relacionar o padrão de especialização dos grupos setoriais especificados com a evolução do índice de especialização ou vantagem comparativa revelada.

Em outros termos, queremos saber o que ocorre quando se incorpora a variável especialização ou vantagem comparativa revelada na análise do padrão de especialização daqueles setores. Para tanto, o item a seguir relata em maiores detalhes esta interação para os setores agroalimentares destacados.

2.5.2 Padrão de Especialização e Vantagens Comparativas Reveladas dos Principais Setores Agroalimentares no Período 1997-2000

No item anterior verificou-se uma redução significativa da porcentagem dos produtos agroalimentares especificados no mercado mundial em relação ao total das importações mundiais no período 1997-2000 que envolveu todos os setores. Em outros termos, independentemente da cota de mercado ter diminuído ou aumentado todos são setores que não possuem dinamismo no mercado internacional.

Dessa forma, os produtos analisados agroalimentares neste trabalho estão classificados em setores em declínio e setores em retrocesso, conforme mostrou a tabela 42. No entanto, o país possui vantagens competitivas relevantes em todos os segmentos agroalimentares relacionados neste trabalho,

apesar da perda de competitividade relativa verificada em produtos como, por exemplo, o café como visto nas seções 2.2 e 2.3 deste capítulo.

Nesta perspectiva, conforme mostra a tabela 44, que a taxa de variação percentual de especialização do país nos produtos destacados cresceu expressivamente para praticamente todos setores especificados como setores em declínio no período 1997-2000. As exceções são os setores classificados como em retrocesso, os derivados da soja, tortas de sementes oleaginosas ($EsVar=-3,29\%$) e o óleo de soja ($EsVar=-43,68\%$).

Novamente aqui, verifica-se que houve ganho de vantagem competitividade do país para quase todos os segmentos agroalimentares selecionados, apesar da perda relativa de vantagem comparativa do país em segmentos como, por exemplo, farelo de soja e óleo de soja ao longo do período sob investigação, conforme mostrou a análise do índice de vantagem compartiva apresentada no item 2.3 deste trabalho.

Dai, quando se observa a magnitude das taxas de crescimento da especialização brasileira apresentada pela tabela 44, nota-se que as maiores taxas dessa variável foram determinadas pelos setores carne bovina e açúcar. Nestes casos, os setores apresentaram valores expressos em porcentagem da especialização brasileira maiores que 30% no período 1997-2000.

Tabela 44 – Brasil: Padrões de Especialização e Vantagem Comparativa (1997-2000)

Código	Produtos	Classificação	Especialização (Es%)			Variação da Especialização (EsVar%)
			1997	2000	1997-2000	
0111	Carne bovina	Setores em Declínio	1,80	3,49	93,39	
0113	Carne de porco	Setores em Declínio	1,35	1,39	2,89	
0114	Aves domésticas e seus miúdos	Setores em Declínio	10,22	12,02	17,57	
0585	Suco de frutas e legumes	Setores em Declínio	24,50	28,51	16,40	
061	Açúcar e mel	Setores em Declínio	6,91	9,97	44,31	
071	Café e seus substitutos	Setores em Declínio	16,44	19,31	17,43	
0813	Tortas de sementes oleaginosas	Setores em Retrocesso	18,91	23,95	-3,29	
2222	Soja	Setores em Declínio	25,15	24,32	26,67	
4232	Óleo de soja	Setores em Retrocesso	19,88	11,19	-43,68	

Nota: **Especialização:** Compara a cota de mercado de um país A para o produto i com a cota de mercado total do país A. Caso a participação do mercado do produto for maior que a participação do mercado total, diz que o país A é especializado no produto i. Caso contrário, diz que o país A não é especializado no produto i.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior da ONU - software TradeCan

No caso da carne bovina, de 1997-2000 a especialização do país nesse produto ampliou-se de 10,22% em 1997 para 12,02% em 2000. Um crescimento de ($EsVar=93,39\%$) no período 1997-2000. O açúcar, por sua vez, apresentou uma taxa de crescimento da especialização do país expressiva de ($EsVar=44,31\%$), passando de 6,91% em 1997 para 9,97% em 2000.

Adicionalmente, produtos como a soja ($EsVar=26,67\%$), carne de aves domésticas ($EsVar=17,57\%$), o café ($EsVar=17,43\%$) e suco de frutas e vegetais ($EsVar=16,40\%$) também apresentaram um crescimento significativo, no período recente, como mostra a tabela 44. Por outro lado, de acordo com a tabela 44, a menor taxa de crescimento da especialização do país foi no setor carne de porco ($EsVar=2,89\%$) nesse mesmo período.

Em resumo, a constatação inicial para os segmentos especificados na tabela 44 revela que a cota de mercado ou o *market-share* do país para quase todos produtos agroalimentares relacionados é maior do que a cota de mercado total do Brasil no mercado mundial. Isso significa que houve um forte e relevante crescimento da posição brasileira no mercado mundial desses produtos no período recente determinado pela ampliação das exportações brasileiras.

Portanto, é preocupante o fato do Brasil ser altamente especializado em produtos agroalimentares que apresentam taxa de crescimento abaixo da média do mercado mundial, pois esses grupos setoriais, sua maioria, são *commodities* agrícolas.

É importante ressaltar que a preocupação neste ponto é positiva porque os produtos agroalimentares especificados são importantes para o saldo comercial do país e, ao mesmo tempo, dada a tendência histórica de deterioração dos preços dos produtos básicos, dentre eles as *commodities* agrícolas, a especialização em produtos com demanda internacional crescente permitiria o país obter melhores preços e, assim, sustentar um melhor desempenho competitivo nos mercados externos (Rodrigues & Torres, 2003).

Por fim, a inclusão da variável especialização na análise apenas confirmou um padrão de especialização apresentado no primeiro item desta seção, ou seja, a alta concentração das exportações desses produtos agroalimentares no conjunto setores em declínio.

Em linhas gerais, os resultados das análises da matriz de competitividade reforçam o argumento de que as características dos padrões de especialização constituem uma variável chave para explicar a evolução das exportações desses produtos e, consequentemente, a sua contribuição ao saldo comercial do país no período recente.

Nesse sentido, verificou-se que as exportações dos setores agroalimentares selecionados tem aumentado em produtos cuja participação no mercado internacional está diminuindo ou mesmo regredindo (tortas de sementes oleaginosas e óleo de soja), indicando a não convergência das suas exportações ao dinamismo do mercado internacional.

Portanto, em termos gerais, as análises dos indicadores de competitividade e do padrão de especialização dos grandes setores exportadores agroalimentares brasileiros revelaram que efetivamente temos as maiores vantagens comparativas reveladas e *market-shares* naqueles setores, mas essa elevada competitividade não resulta em uma contribuição ao saldo comercial correspondente.

Todavia, tal distanciamento dos setores dinâmicos no mercado internacional, verificado através da matriz de competitividade manifestou apenas um lado das causas da baixa contribuição ao saldo comercial do país desses produtos agroalimentares. As barreiras comerciais, essencialmente as não-tarifárias representam um outro condicionante importante das vendas externas desses produtos no período recente nos principais mercados do mundo.

De outro lado, identificar o destino de comércio desses segmentos no comércio exterior se faz necessário para verificar o comportamento das exportações dos principais produtos agrícolas brasileiros no mercado mundial e desse modo complementar a análise da competitividade externa desses setores agroalimentares no período recente.

Para tanto, o capítulo que se segue identificará em que medida as barreiras não-tarifárias determinam o desempenho comercial dos produtos selecionados e ao mesmo tempo examinará o destino de comércio dos referidos segmentos no período sob investigação.

3 - COMPETITIVIDADE: DESTINO DE COMÉRCIO E BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS À INDÚSTRIA AGROALIMENTAR BRASILEIRA

Neste capítulo analisa-se inicialmente, o destino de comércio dos fluxos de exportações dos principais setores agroalimentares do Brasil para o mercado internacional no período recente, objetivando complementar a análise da competitividade externa dos principais setores agroalimentares do país no período recente.

Em seguida, procura-se examinar a natureza dos mecanismos de proteção comercial implementados pelos países desenvolvidos no tocante às importações nacionais dos produtos agroalimentares destacados no período sob investigação.

3.1 – Destino de Comércio das Exportações Brasileiras

Esta seção tem por objetivo a análise do *market-share* dos principais produtos agroalimentares brasileiros por região, a fim de verificar a direção de comércio exterior desses produtos no período recente.

A análise baseou-se em dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) para os anos de 1998 a 2003. Os dados, portanto, irão refletir as peculiaridades do destino de comércio dos produtos agroalimentares mais importantes da pauta de exportação do Brasil no período recente, os quais, conforme visto neste trabalho, são determinantes para o saldo comercial do país.

Sendo assim, o desempenho satisfatório do comércio exterior brasileiro em relação aos produtos agroalimentares que mais se destacam na composição do saldo comercial brasileiro no período recente tem sido relacionado à diversificação geográfica das exportações do país no mercado internacional.

De acordo com as informações da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEx), novos parceiros têm aumentado importância em

nossa pauta, destacadamente alguns grandes países em desenvolvimento: China, Rússia, México e Índia.

Em 2001, houve uma ampliação dos embarques desses produtos com destino a mercados não tradicionais, como as vendas de grão de soja para a China. De outro lado, nos mercados tradicionais, como os países da União Européia, a doença da vaca louca contribuiu para o crescimento das vendas de carnes e de farelo de soja²⁶ (*idem*).

Entretanto, isso fica mais evidente quando observamos períodos mais longos de tempo – por exemplo, os anos posteriores a 1998, quando a desvalorização cambial deu novo impulso às vendas externas do país. A tabela 45, a seguir mostra que, de fato, estes países vêm ganhando importância em nossa pauta exportadora neste período.

Tabela 45 – Brasil: Direção de Comércio - Crescimento e Participação na Pauta por regiões/ países (1998-2003)

Mercados Tradicionais	Crescimento (%a.a)	Peso na Pauta (%)	
	Média 1998-2003	1998	2003
Total	7,4	100,0	100,0
União Européia	4,2	28,8	24,8
Paises Baixos	9,1	5,4	5,8
Alemanha	0,9	5,9	4,3
Reino Unido	7,2	2,6	2,6
Japão	1,0	4,3	3,2
Estados Unidos	11,4	19,3	23,1
Demais da América Latina	5,2	6,7	6,1
Argentina	(7,5)	13,2	6,2
Novos Mercados	109,3	5,4	12,9
China	38,0	1,8	6,2
Rússia	18,3	1,3	2,1
México	22,3	2,0	3,8
Índia	30,7	0,3	0,8

Fonte: Elaborado pela SECEX a partir de dados da FUNCEX.

Nesta comparação, a tabela 45 deixa claro o diferencial de desempenho dos denominados novos mercados em relação aos demais países ou regiões, com taxas de crescimento que variam de 18,3% a.a. no caso da Rússia até 38% a.a. no caso da China, contra 7,4% a.a. das exportações totais. Entre os mercados tradicionais, destaca-se o desempenho bastante positivo das vendas

²⁶ Utilizado como ração de origem vegetal.

para os EUA (11,4% a.a.), bem como o resultado fortemente negativo da Argentina (-7,5% a.a.), fruto da crise cambial e da forte queda de seu nível de atividade (*ibidem*).

Como resultado deste desempenho diferenciado, os quatro países que compõem o denominado grupo dos “novos mercados” viram sua participação na pauta exportadora brasileira mais do que dobrar entre 1998 e 2003, passando de apenas 5,4% para 12,9%. Destaque para a China, cuja participação cresceu de 1,8% em 1998 para 6,2% em 2003 (tabela 45).

Com isso, assumiu a terceira posição no *ranking* do país em 2003 e está prestes a superar a Argentina. O México já é o sexto maior parceiro, a Rússia o 14º e a Índia apenas o 26º (SECEX, 2003).

No outro extremo, destaca-se a pequena participação das exportações brasileiras para os mercados dos países tradicionais no período sob investigação. De 1998 a 2003 os países que integram esse grupo viram seu peso na pauta de exportações brasileira reduzir-se em dez pontos percentuais, respondendo em 2003 por pouco mais de 76%, como mostra a tabela 45.

Dentre eles, apenas os Estados Unidos foram capazes de aumentar sua participação de forma significativa, de 19,3% em 1998 para 23,1% em 2003. Coincidemente, a queda da participação da União Européia foi da mesma magnitude do ganho norte-americano, de cerca de quatro pontos percentuais. A Argentina, por sua vez, viu sua participação cair para menos da metade (de 13,2% a.a. para 6,2% a. a.).

Não obstante, é importante destacar que conforme a hipótese levantada por Nonnemberg (1998) as exportações brasileiras para blocos econômicos como a União Européia vêm enfrentando uma concorrência cada vez mais forte, se não desleal, de rivais intrablocos comerciais.

Na mesma perspectiva, Xavier (2000, p.55) ressalta para o período 1993-95 que o fato do mercado asiático ter ampliado sua absorção nas exportações brasileiras de alimentos, matérias-primas e manufaturas básicas, constituiu em um aspecto positivo do padrão de especialização brasileiro à medida que ocorre uma maior diversificação e menor dependência de mercados específicos, mesmo considerando que estes setores tem baixo dinamismo tecnológico.

Portanto, no curto prazo, a perda generalizada de *market-share* do Brasil na União Européia não deve significar uma restrição ao crescimento das

exportações do país em virtude do maior crescimento dos outros mercados. Por outro lado, a diminuição do *market-share* em mercados altamente dinâmicos pode estar significando a entrada de novos concorrentes de outros países nesses mercados e, portanto, uma redução da competitividade do país nos setores em que isso tem ocorrido (Xavier, 2000 p. 56).

É muito importante assinalar também que, a mudança de perfil dos destinos das exportações do país no período recente pode quase que integralmente ser explicada pelo diferencial de crescimento do PIB dos países, como proxy do crescimento de sua demanda doméstica.

Portanto, como via de regra, o crescimento das exportações dos produtos agroalimentares selecionados, no período sob investigação, foi mais elevado quanto maior foi a taxa de crescimento média anual do PIB nos países de destino. Baseado nisso, pode-se concluir que o desempenho satisfatório obtido pelos produtos agroalimentares deve-se em grande parte ao crescimento das economias asiáticas, principalmente da China, cujas importações de produtos agroalimentares, por exemplo, soja em grão, foi determinante para o crescimento das vendas externas do país no mercado internacional, conforme visto no capítulo inicial deste trabalho.

Diante de tal constatação, a conquista de novos mercados constituiu em um aspecto positivo para que o desempenho das exportações brasileiras de produtos agroalimentares não fosse mais prejudicado pela elevação das barreiras não-tarifárias fartamente utilizadas pelos Estados Unidos, União Européia e Japão e que vão além dos aspectos legítimos no período recente.

3.2 – As Barreiras Não-Tarifárias Aplicadas aos Principais Produtos Agroalimentares Brasileiros no Mercado Internacional

As políticas comerciais aplicadas por países/regiões em produtos de origem agrícola, são o centro das discussões sobre comércio internacional e crescimento no período recente. Esta seção analisará os impactos de um tipo

específico de protecionismo muito comum praticado atualmente no comércio exterior: as barreiras não-tarifárias.

Em muitos casos essas políticas não se chocam com normas internacionais, como as da OMC (Organização Mundial de Comércio) às quais o Brasil aderiu, mas ao mesmo tempo, constituem importantes barreiras ao crescimento das exportações do país, sendo responsáveis em parte pelo desempenho brasileiro no comércio exterior (IEDI, 2000).

Nesta perspectiva, o conjunto de barreiras comerciais não-tarifárias incidentes sobre as exportações é amplo. Prazeres (2002, p.61) acrescenta que essas barreiras são dissimuladas sem dificuldade, justamente pela variedade de formas que estes tipos de barreiras podem tomar, e por isso coibir tal prática é uma meta complexa e constituem a grande preocupação no período recente, pois ameaçam os acordos existentes e diminuem o grau de liberdade do comércio exterior.

Prazeres (2002, p.62) também avança dizendo que no âmbito da OMC um Estado membro tende a tomar medidas de proteção como as barreiras não-tarifárias, pois as tarifárias são facilmente identificadas. Contudo as barreiras não-tarifárias, embora reduzidas a poucas hipóteses lícitas, tendem a ser cada vez mais utilizadas.

Na literatura e trabalhos internacionais, normalmente são consideradas barreiras não-tarifárias as medidas e os instrumentos de política econômica que afetam o comércio entre dois ou mais países, incidindo diretamente sobre a quantidade importada e que dispensam o uso de mecanismos tarifários (MDIC, 2003).

Nesse sentido, Barral (2002, p. 19) define como barreiras não-tarifárias as seguintes formas: proibições, cotas, mecanismos regulatórios e subsídios. Este último é considerado como a mais polêmica barreira não-tarifária aplicada às exportações no período recente²⁷.

Analizando o comércio exterior brasileiro no período recente, pode-se ver as dificuldades que essas modalidades de barreiras comerciais, impõem às

²⁷ O subsídio é um benefício econômico concedido pelo governo à produtores ou exportadores com o objetivo de torná-los mais competitivos. O subsídio pode ser concedido diretamente (desembolso monetário) ou indiretamente. Pode ser na forma de isenção, quando o produtor não paga o imposto, ou na forma de restituição, quando o produtor paga o imposto e depois o recebe de volta (MDIC, 2003).

exportações de produtos agroalimentares produzidos no Brasil. Têm-se, evidentemente, sérios problemas na exportação de produtos, como por exemplo, a carne, o suco de laranja e a soja dentre outros.

Em linhas gerais, as barreiras não-tarifárias têm tido uma progressiva elevação no período recente, particularmente as barreiras técnicas e as medidas de controle sanitárias e fitossanitários. Nos três principais mercados mundiais – União Européia, Estados Unidos e Japão – essas barreiras não-tarifárias são utilizadas fartamente para limitar o ingresso de produtos de origem vegetal e animal em seus respectivos mercados (MDIC, 2003)

Considera-se, para fins práticos, barreiras técnicas como aquelas decorrentes da intervenção direta do poder público do país importador, através da regulamentação técnica, e ao mesmo tempo das exigências dos compradores quanto ao cumprimento de normas pré-estabelecidas internacionalmente através de acordos internacionais. (CNI; MDIC; AEB, 2003).

Nesta linha pode-se dizer que as barreiras técnicas são resultados de exigências técnicas estabelecidas pelos compradores para os produtos ou serviços, seja em relação às suas características intrínsecas, seja pela necessidade de ter, de alguma forma, de demonstrar o atendimento a esses requisitos (por exemplo, a realização de ensaios ou inspeções).

Neste tipo de abordagem está implícito que as barreiras técnicas podem ser superadas e que nem sempre as barreiras técnicas são ilegítimas. Nesse sentido, se estes regulamentos estiverem sendo destinados a assegurar que os produtos ou serviços fornecidos nesses mercados atendam a requisitos de segurança de pessoas e bens, saúde, segurança sanitária e fitossanitária, prevenção da concorrência desleal, proteção do meio ambiente, segurança nacional, entre outros, então seus objetivos são considerados legítimos, conforme definido no Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT) da OMC.

Entretanto, no caso dos alimentos, por regra geral, não se consideram como medidas sanitárias ou fitossanitárias: as prescrições em matéria de rotulagem, as exigências e considerações acerca do valor nutritivo dos mesmos, as normas de qualidade e a regulamentação de sua embalagem. Todas estas exigências se sujeitam às disposições do Acordo TBT (Presser & Almeida, 2003 p. 9).

Por isso, Presser & Almeida (2003, p.9) acrescenta que essa matéria é regulamentada de forma mais extensiva pelo Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitária (SPS) da OMC:

Os regulamentos que se referem à contaminação microbiológica dos alimentos, ou em que se estabelecem níveis autorizados de resíduos de pesticidas ou medicamentos veterinários, ou em que se identificam os aditivos alimentícios autorizados, ficam sujeitos ao Acordo SPS, que também se faz extensivo a certas prescrições em matéria de embalagem e rotulagem, se elas guardarem relação direta com a inocuidade dos alimentos.

Adicionalmente, Pressor & Almeida (2003, p.9) comentam ainda que no caso do acordo SPS, é difícil fazer a separação entre medidas tomadas para atingir propósitos ambientais e medidas de proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, pois todas podem ser consideradas como promotoras do desenvolvimento sustentável.

Em muitos casos as medidas SPS que limitam o acesso aos mercados dos países importadores, em especial aquelas que procuram assegurar maior inocuidade dos alimentos, estão relacionadas a problemas ambientais nos países exportadores (Jha, 2002 *apud*, Presser & Almeida, 2003 p.9).

Por outro lado, o objetivo fundamental do Acordo SPS é assegurar o direito de todo governo à garantia do nível de proteção sanitária que considere apropriado, e não usar esse direito para fins protecionistas, através da imposição de obstáculos ao comércio internacional (Presser & Almeida, 2003 p. 16).

Conforme visto anteriormente, vale enfatizar que a adoção de barreiras não-tarifárias aplicadas sobre os produtos brasileiros de origem alimentícia em mercados importantes tem prejudicado as exportações do país no período recente, a despeito das barreiras tarifárias terem reduzidos e dos acordos comerciais internacionais (TBT e SPS) celebrados pela OMC.

Dessa forma, faz-se necessário investigar como estas barreiras protegem o mercado interno dos mercados tradicionais e tidos como os mais importantes do mundo: Estados Unidos, União Européia e Japão.

A próxima seção tem por objetivo investigar como essas barreiras são estabelecidas pelo governo e mercado desses países/regiones e, ao mesmo tempo, examinar em que medida esta multiplicidade de exigências cria sérias dificuldades de acesso aos mercados e gera custos adicionais crescentes, até inviabilizando o acesso dos produtos agroalimentares brasileiros selecionados.

3.3 - As Barreiras Não-Tarifárias Aplicadas pelos Mercados Mais Importantes do Mundo aos Principais Produtos Agroalimentares Brasileiros no Período Recent

O principal caminho para a ampliação para o crescimento é ampliação do comércio internacional. Não obstante, à medida que cresce o comércio internacional, as relações comerciais entre os países sofrem inúmeras transformações e o aprimoramento destas relações as torna mais complexas e estimula o uso, cada vez mais intenso e preciso, de mecanismos de proteção às economias nacionais, como visto na seção anterior.

Nesta perspectiva, Azevedo (2003) destaca que o benefício conquistado no comércio internacional com a redução de entraves, tarifas, subsídios, questões aduaneiras, etc. se contrapõe ao surgimento de outras barreiras, mais sutis, de difícil identificação, mas com a mesma função: proteger mercados.

Desta maneira, quem pretender exportar para determinados mercados, se quiser ter sucesso, deverá atender a certos requisitos consagrados. Várias destas barreiras não eram percebidas antes devido à existência de elevadas tarifas que, por si só, já inviabilizavam o comércio.

Diante disso, esta seção trata de analisar esta situação sob o ponto de vista da competitividade e do acesso aos mercados dos países mais desenvolvidos (Estados Unidos, União Européia e Japão) e das exportações dos produtos agroalimentares mais importantes do país.

3.3.1 –As Barreiras Não-Tarifárias Aplicadas pelo Estados Unidos sobre os Principais Produtos Agroalimentares Brasileiros no Período Recente

A pauta dos produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos que sofre restrições através da imposição de barreiras técnicas, compõem-se basicamente de carnes, soja, sucos e café não torrado em grãos (MDIC, 2002).

Denota-se assim, que tais produtos recaem numa classe bastante peculiar, que motiva posturas protecionistas, a dos produtos agrícolas. Assim, percebe-se que tais barreiras seriam erigidas com base em padrões sanitários ou fitossanitários, ou ainda, em restrições quanto ao método de produção, embalagem e ainda transporte, restringindo o acesso dos produtos brasileiros ao mercado norte-americano.

No mercado norte-americano, por exemplo, a carne suína sofre a aplicação de medidas sanitárias (contaminação de rebanhos por febre aftosa e peste suína africana)²⁸, não havendo entendimento no tocante aos padrões sanitários necessários para garantir tal comércio. Da mesma forma, as exportações de carne bovina acabam prejudicadas diante da não equivalência dos processos de verificação sanitária e o não reconhecimento de áreas livres ou de baixa intensidade de enfermidades (Lima, 2003).

A proibição por razões sanitárias e por doença animal afeta também os exportadores de carne de aves. As carnes de aves brasileiras *in natura*, bem como os produtos à base de carne de ave não cozidos, então proibidos de entrar nos EUA. A proibição baseia-se na alegação de contaminação pela doença de *New Castle*. De outro lado, a carne de frango do Brasil enfrenta outra restrição no mercado estadunidense: o subsídio. O Brasil é muito competitivo neste setor. O quilo do frango no mercado brasileiro custa em média R\$ 2,00, enquanto nos EUA o preço chega a ser mais que o dobro (US\$ 2,00) mesmo com fortes subsídios (MDIC, 2003 *apud* Oliveira, 2003).

Em resumo, as carnes brasileiras sofrem inúmeras restrições sanitárias e com os subsídios praticados no mercado norte-americano. Não há, no entanto,

²⁸ Para a APHIS, o Brasil não é um país/área livre de cólera suína (*hog cholera*), doença visicular suína (*swine vesicular disease*), *rinderpest* (tipo de peste bovina), sendo considerado, ainda um país/área afetada pela febre suína africana (*african swine fever*).

iniciativas concretas para entendimentos sanitários entre Brasil e Estados Unidos.

Um setor que pode alcançar melhores resultados no mercado norte-americano é o suco de laranja concentrado e congelado (SLCC). O Brasil é o principal exportador desse produto no mercado mundial e considerando que os Estados Unidos são o maior consumidor mundial, é natural que o principal destino das exportações do suco de laranja congelado e concentrado brasileiro seja o país norte-americano, como visto no capítulo 1.

Entretanto, as restrições tarifárias impostas ao suco de laranja brasileiro no mercado estadunidense têm dificultado as vendas externas brasileiras. O produto brasileiro é penalizado duplamente, em primeiro lugar, com a imposição de uma tarifa ad valorem que chega a 56% e em segundo lugar, por uma tarifa específica. O suco de laranja brasileiro para entrar na Flórida recolhe 2,7 centavos de dólar por galão (US\$40/l) como taxa de equalização. Esta tarifa específica está sendo contestada na justiça norte-americana pelos importadores e, ao mesmo tempo, pelo Brasil que solicitou a abertura de um comitê de arbitragem junto a OMC para julgar a referida taxa imposta pela Flórida²⁹ (Coutinho, Kupfer & Farina, 2002).

Outro fator que reduz a competitividade do suco de laranja concentrado e congelado é o bloco econômico NAFTA , em que o México, competidor nas exportações do produto, se beneficia de tarifas especiais para a entrada no mercado norte-americano. Enquanto o Brasil paga aproximadamente 56% de tarifa para exportar suco de laranja concentrado e congelado para os Estados Unidos, o México recolhe cerca de 30%, aumentando assim, a sua competitividade (*idem*).

Não obstante, os Estados Unidos possuem dois acordos de preferências, um anti-drogas (Bolívia, Equador, Colômbia e Peru) e outro com o Caribe. Apenas a Costa Rica, em função dessa preferência exporta um volume significativo de suco de laranja concentrado e congelado para os norte-americanos, podendo impactar as exportações brasileiras, pois nestes acordos as exportações são isentas de tarifas (*Ibidem*).

²⁹ Em maio de 2004 os Estados Unidos reduzem a barreira contra o suco brasileiro e o Brasil encerra a disputa na OMC. O acordo com o Estado da Flórida permitiu que os importadores de suco de laranja optassem por pagar apenas um terço da tarifa de equalização.

Os Estados Unidos também adotam políticas comerciais que subsidiam as exportações da cadeia da soja (soja em grão, farelo de soja e óleo de soja). Essas políticas prejudicam as exportações da soja brasileira e seus derivados para os mercados desses países, ao mesmo tempo em que competem deslealmente com as exportações brasileiras para outros países (Magalhães, 1998).

Por último, cabe salientar, que o órgão que regula produtos alimentícios e farmacêuticos nos Estados Unidos (FDA), divulgou nova regulamentação sobre a lei de bioterrorismo imposta em 2002. Segundo Barbieri (2003) essa nova regulamentação passará a exigir, dentre outras coisas, notificação prévia da chegada do produto aos portos ou aeroportos norte-americanos, registro dos estabelecimentos que compõem a cadeia produtora e do agente procurador nos Estados Unidos (pessoas físicas ou jurídicas, residentes nos Estados Unidos, que responderão pelo produto em território norte-americano).

Inquestionavelmente, as novas exigências trarão consigo a obrigatoriedade de reajustes nas formas usuais de exportação e implicarão em novos e maiores custos para os exportadores brasileiros.

Em síntese, inúmeras exigências sanitárias e fitossanitárias são aplicadas pelos Estados Unidos aos produtos de origem agroalimentar brasileiros mais competitivos no mercado mundial. Essas barreiras não-tarifárias comprometem, ao mesmo tempo, o crescimento das exportações dos produtos brasileiros nesse mercado e o saldo comercial do país, pois esses produtos apresentam uma contribuição importante na composição ao saldo comercial do Brasil, conforme visto nos capítulos anteriores deste trabalho.

3.3.2 –As Barreiras Não-Tarifárias Aplicadas pela União Européia sobre os Principais Produtos Agroalimentares Brasileiros no Período Recente

A União Européia é o maior mercado consumidor brasileiro de produtos de origem agroalimentar. No entanto, das importações de produtos alimentícios feitas pela União Européia, 30% são afetadas por pelo menos um tipo de barreira não-tarifária. Nesse sentido, as mais comuns são as proibições, as

salvaguardas especiais e a aplicação de licenças de importação automáticas que variam de acordo com a época do ano e o produto (Oliveira, 2003).

As carnes brasileiras sofrem entraves significativos para entrar no mercado europeu (necessidade de licenças de importação automáticas e salvaguardas), isso quando não são totalmente proibidas.

As exportações brasilerias de cortes nobres de carne bovina direcionados ao mercado da União Européia têm que obedecer a quota de 5 mil toneladas com tarifa reduzida de 20%, quantidades excedentes à quota possuem alíquotas variando de 12,8%+2211 euros/tonelada a 12,8%+3041 euros/tonelada (MDIC, 2000).

As exportações devem ser acompanhadas de um "certificado de autenticidade" emitido pela autoridade competente do país. Em reação aos pedidos brasileiros de aumento de quota, a União Européia tem respondido que isso somente poderá ser negociado no contexto do próximo ciclo de negociações multilaterais de comércio.

A carne bovina brasileira com osso está proibida de entrar no mercado europeu sob a alegação de contaminação por febre aftosa, mesmo as provenientes de áreas consideradas livres da doença (SECEX, 2001).

Nesse sentido, o mercado europeu tem uma posição semelhante à dos Estados Unidos quando se trata de imposições em decorrência da incidência de doenças sanitárias que afetam os rebanhos brasileiros, como a febre aftosa.

Da mesma forma, as carnes suínas *in natura* e os produtos suínos não-cozidos ou não-curados por mais de seis meses, provenientes do Brasil, não encontram entrada no mercado europeu, devido a uma alegada contaminação pela peste suína clássica (SECEX, 2001).

A União Européia proíbe também a importação de animais e de carne de animais aos quais tenham sido administrados certos hormônios de crescimento, embora testes científicos tenham comprovado que o uso desses hormônios em dosagens preestabelecidas não é prejudicial ao consumo humano. Estas restrições têm determinado redução na importação de carne bovina e de produtos à base de carne bovina e de miúdos (Oliveira, 2003).

Da mesma forma o Brasil possui quota atual de 7.500 toneladas, originariamente eram 15.500t com tarifa zero (Acordo Bilateral Brasil-União Européia sobre Sementes Oleaginosas), mas devido à sua incorporação na

Lista Consolidada da União Européia, Lista LXXX, junto à OMC esse benefício foi estendido aos demais membros da Organização Mundial de Comércio, resultando para o Brasil a quota de 7.500t, com tarifa específica em geral 50% inferior à normal (MDIC, 2000).

Verifica-se falta de transparência na distribuição de quotas, sendo as quotas administradas pelos importadores, fazendo com que os exportadores não tenham meios para conferir se seus embarques estão total ou parcialmente dentro dos limites da quota. A isso se agrega a fixação de preços de referência acima do mercado para entrada na Europa (*idem*).

As importações de açúcar e de frutas processadas também sofrem restrições de acesso ao mercado europeu, pois tem que passar por licenças de importação automáticas para entrar na União Européia. Além disso, no caso do açúcar, as exportações européias compete deslealmente com as exportações brasileiras para esses países e para outros países devido aos elevados subsídios concedidos aos produtores pelos governos dos países da União Européia (*idem*).

Em 1996, a União Européia atribuiu ao Brasil, Cuba e terceiros países quota anual para importação de açúcar de cana em bruto destinado ao refino, em compensação pelas perdas resultantes da ampliação da União Européia (Áustria, Finlândia e Suécia). A quota é de 23.930 toneladas à tarifa de 98 euros/t. A tarifa extra-quota é de 339 euros/ton, valor considerado proibitivo pela própria Comissão. O Brasil é o único país no Mercosul com uma quota de importação no mercado comunitário (*libidem*).

A União Européia é o principal importador de suco de laranja concentrado e congelado no mercado internacional. Mas, assim como os Estados Unidos, a União Européia também sobretaxa a entrada do produto brasileiro, podendo variar entre 12% a mais de 70% (Coutinho, Kupfer & Farina, 2002).

As exportações de café solúvel brasileiro para o mercado comunitário está perdendo “*market share*” em decorrência da isenção tarifária total de que nossos principais concorrentes entre os países em desenvolvimento gozam no mercado da UE, em função, seja do Acordo de Kotonou com os ACPs (Côte d'Ivoire), seja do “*regime drogas*” do SGP (Colômbia, Costa Rica, Equador, etc). Recentemente, o Governo brasileiro apresentou pedido de consultas formais à UE, no âmbito da OMC, sobre o “*regime drogas*” do SGP comunitário, que

confere isenção de tarifas sobre as importações comunitárias provenientes de países que têm envidado esforços na luta contra as drogas, notadamente os países andinos. No dia 09 de novembro de 2000, teve lugar em Genebra a primeira rodada das referidas consultas biltariais sobre o assunto. (FUNCEX, 2000).

Em resumo, o desempenho dos principais produtos agroalimentares brasileiros no mercado europeu seria mais satisfatório caso não existisse essas barreiras não-tarifárias. Diante de tal constatação, o crescimento das exportações desses produtos é determinado em grande parte pelo destino de comércio e as barreiras não-tarifárias existentes.

Todavia, os países da União Européia aplicam restrições, de ordem local, que não são divulgadas pela Comissão Européia e não podem ser detectadas pela Organização Mundial de Comércio (OMC).

Esse conjunto de barreiras comerciais não-tarifárias incidentes sobre as exportações agroalimentares brasileiras não divulgadas compreende uma infinidade de medidas, algumas delas que não possuem, a princípio, fins protecionistas. É o caso, por exemplo, das regras de certificação para importação de alimentos para animais que são objeto de total harmonização no âmbito da União Européia, mas as autoridades francesas exigem o cumprimento de requisitos adicionais, o que seria tolerado pela Comissão Européia, tornando-se um inconveniente para as autoridades competentes brasileiras (FUNCEX, 2000).

A proibição do governo francês por razões sanitárias também constitui em um entrave às exportações brasileiras de carne de aves. As vendas externas de aves para o mercado francês são condicionadas à emissão de certo número de certificados, o que tem dificultado a entrada do produto brasileiro no mercado francês (*idem*).

Embora, a França possua uma solução provisória, pela qual países extra-comunitários, como por exemplo, o Brasil, podem exportar aves para outro país da União Européia, o qual, após conceder o certificado sanitário, reexportar o produto para França. Todavia, as próprias autoridades francesas reconhecem o inconveniente da solução provisória adotada por seu país.

As autoridades suecas efetuam inspeções em produtos de toda origem, brasileiros ou não, em conformidade com as resoluções adotadas pela União

Européia. Uma das poucas exceções às diretivas comunitárias implementadas naquele país é a inspeção para detecção de salmonela, à qual devem ser submetidas todas as importações de carnes provenientes de países com os quais a Suécia não tenha assinado acordo específico.

A Suécia e a Finlândia são os únicos países, à diferença dos demais da União Européia, que exigem tal procedimento, porém a entidade sanitária sueca manifestou interesse de estabelecer um "*equivalent agreement*" com o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) do Ministério da Agricultura e Abastecimento sobre padronização de métodos específicos de inspeção para detectar salmonela, com vistas à homologação do certificado brasileiro, mas no momento, cada carregamento de carne brasileira é inspecionado (FUNCEX, 2000).

De outro lado, para exportar carne preparada de aves para o Reino Unido (carne de aves, adicionados ingredientes, por exemplo, temperos, sal e água, de tal forma que não percam as características de frescas), os estabelecimentos de terceiros países precisam de aprovação prévia do Ministério de Agricultura britânico (MAFF).

Esta exigência tem por base o regulamento para alimentos importados de 1984 e o regulamento para exportação e importação de produtos de origem animal de 1996 (emenda em 1998), deste país, requer-se confirmação das autoridades veterinárias brasileiras de que o estabelecimento em questão cumpre com os requisitos estabelecidos na Diretiva 94/65/CE (FUNCEX, 2000).

Muito embora, essa exigência constitua-se em uma inconveniência, normalmente, não gera maiores dificuldades para os exportadores, de vez que o número de aves é relativamente reduzido e na ocorrem muitas mudanças na relação de empresas autorizadas, mas houve no passado casos de atrasos e perda de qualidade do produto brasileiro no porto daquele país devido a essa exigência.

Nesta perspectiva, os casos pontuais citados neste trabalho de barreiras não-tarifárias aplicadas à importação de bens agrícolas pela União Européia são exemplos dos mecanismos de proteção aplicados pela União Européia distorcem a concorrência de produtos agrícolas no mercado internacional.

3.3.3 – As Barreiras Não-Tarifárias Aplicadas pelo Japão sobre os Principais Produtos Agroalimentares Brasileiros no Período Recente

O Japão é o terceiro maior importador dos produtos brasileiros agrícolas, respondendo por 3,2% das exportações totais do país, entre o grupo de países denominado “mercados tradicionais”, conforme mostrou a primeira seção deste capítulo.

De uma forma geral, os produtos estrangeiros encontram grandes dificuldades para entrar no mercado japonês por conta das normas e regulamentos adotados por esse país. Em muitos casos, as normas adotadas pela indústria japonesa são normas particulares, isto é, diferentes das internacionais (Oliveira, 2003).

As importações de carnes no Japão sofrem restrições em decorrência dos critérios japoneses referentes a aditivos. Vários aditivos, reconhecidos internacionalmente como seguros para a saúde humana, não são admitidos no Japão. A carne de frango brasileira, por exemplo, não entra no Japão sob a alegação de contaminação por resíduos de nicarbazina (SECEX, 2001).

No mesmo sentido, Oliveira (2003, p.23) comenta que estão proibidas as importações de carne bovina *in natura*, com osso ou desossada brasileira no Japão devido à constatação de febre aftosa em alguns pontos do Brasil. O mesmo argumento é utilizado contra as importações de carne suína. Esse fato contraria as disposições do acordo SPS da OMC que prevê o reconhecimento de áreas livres de doenças sanitárias e fitossanitárias.

Neste contexto, Oliveira (2003, p.23) acrescenta que a legislação japonesa prevê ainda, por exemplo, que a importação de preparações de vegetais requer um certificado fitossanitário emitido pela autoridade competente do país exportador. Adicionalmente, esses produtos só podem ser importados por portos específicos.

Portanto, no comércio dos principais produtos agroalimentares selecionados neste trabalho a adoção de medidas de controle sanitárias e fitossanitários, passou a ser condição indispensável para garantir acesso ao mercado japonês.

Em linhas gerais, os principais parceiros comerciais do Brasil como Estados Unidos, União Européia e Japão se utilizam fartamente desses

instrumentos legítimos de proteção para discriminar ou coibir a entrada dos produtos agroalimentares brasileiros que apresentam forte competitividade a seus respectivos mercados.

Por outro lado, segundo informações da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEx), novos parceiros têm ganhado importância em nossa pauta, destacadamente alguns grandes países em desenvolvimento: China, Rússia, México e Índia.

Haja visto, que no período recente o desempenho satisfatório do comércio exterior brasileiro em relação aos produtos agroalimentares selecionados tem sido relacionado à diversificação geográfica das exportações do país no mercado internacional.

Desse modo, o destino de comércio das exportações desses produtos vem se modificando e os mercados internacionais os quais praticam medidas de caráter protecionista que vão além dos aspectos legítimos tem perdido posição no *ranking* das exportações brasileiras no período recente, como vimos na seção anterior.

Mais que isso: as imposições comerciais, sob a forma de barreiras não-tarifárias, praticadas pelos países desenvolvidos aos produtos agroalimentares que o país mais exporta determina em grande medida o fato do Brasil ter apresentado uma baixa ou negativa contribuição ao saldo comercial para todos esses segmentos no período sob investigação.

CONCLUSÕES

O propósito central deste trabalho foi o de pesquisar se os setores agroalimentares que mais exportaram no período recente são efetivamente aqueles em que o Brasil apresenta os mais elevados índices de contribuição ao saldo comercial do país.

O primeiro capítulo deste trabalho indicou o desenvolvimento dessa dissertação ao buscar caracterizar o desempenho da agricultura brasileira no período recente, e consequentemente, a competitividade externa dos produtos agroalimentares que o país mais exportou nesse mesmo período.

Como vimos, concluiu-se neste capítulo inicial, que o Brasil é relativamente especializado em produtos agroalimentares e, em termos de competitividade internacional, o país detém liderança ou participação expressiva no mercado mundial de produtos como a soja em grão, farelo de soja, carnes, açúcar, suco de laranja e café.

Em virtude disso, pode-se dizer que as exportações dos referidos produtos são fundamentais para a composição do saldo comercial do país. Por isso, ainda no primeiro capítulo começou-se a investigar a competitividade externa desses produtos, ainda que essa análise tenha sido caracterizada com mais propriedade no capítulo seguinte com a construção de indicadores de competitividade (*market-share*, vantagem comparativa revelada e contribuição ao saldo comercial) e da matriz de competitividade para os setores envolvidos nesta pesquisa.

Em termos gerais, verifica-se que ainda que os produtos agroalimentares destacados tenham apresentado, em média, índices de *market-share* e vantagem comparativa elevados para todos os produtos no período sob investigação, a sua contribuição ao saldo comercial foi baixa ou sub-ótima no mesmo período.

O não aproveitamento das potencialidades competitivas desses segmentos poderia estar associado com o seu padrão de especialização ou mesmo com a existência de barreiras comerciais que prejudicam a inserção destes produtos no mercado externo em grande medida no período recente.

Aliás, a análise do padrão de especialização do Brasil através da matriz de competitividade revelou que o ritmo de crescimento das exportações dos

produtos agroalimentares brasileiros selecionados não acompanhou a dinâmica das exportações mundiais. O Brasil tem aumentado a sua posição no mercado internacional em produtos cuja importação no mercado mundial está diminuindo ou até mesmo regredindo no período recente (setores em declínio e setores em retrocesso).

Todavia, tal distanciamento dos setores dinâmicos no mercado internacional, verificado através da matriz de competitividade manifestou apenas um lado da existência de restrições ao crescimento das exportações setoriais agroalimentares brasileiras.

As barreiras comerciais, essencialmente as não-tarifárias aplicadas aos produtos agroalimentares selecionados representam um outro condicionante importante das vendas externas desses produtos no período recente nos principais mercados do mundo.

Conforme visto no capítulo 1 deste trabalho, quando se observou à evolução das exportações brasileiras neste período, notou-se que seu frágil crescimento foi determinado em parte pelas barreiras não-tarifárias.

O capítulo 3 sintetizou de maneira geral as principais barreiras não-tarifárias aplicadas pelos parceiros comerciais mais importantes do Brasil: Estados Unidos, União Européia e Japão. Esses mercados, como se viu, são aqueles que mais se utilizam desses instrumentos de proteção para discriminar ou coibir a entrada dos produtos agroalimentares brasileiros que apresentam forte competitividade a seus respectivos mercados.

Entretanto, a análise do destino de comércio desses produtos revelou que novos parceiros têm aumentado importância em nossa pauta de exportações agroalimentares, destacadamente alguns grandes países em desenvolvimento: China, Rússia, México e Índia.

Baseado nisso, pôde-se concluir que o desempenho satisfatório obtido pelos produtos agroalimentares deve-se em grande parte ao crescimento das economias asiáticas, principalmente da China, cujas importações de produtos agroalimentares, por exemplo, soja em grão, foi determinante para o crescimento das vendas externas do país no mercado internacional, conforme visto no capítulo inicial deste trabalho.

Finalmente, a partir das conclusões obtidas acima, acerca da competitividade dos setores agroalimentares selecionados, é possível dizer que

mesmo com elevadas vantagens comparativas e *market-shares*, esses setores apresentam uma baixa contribuição ao saldo comercial do país em grande parte devido ao padrão de especialização desses produtos no mercado internacional e a existência de barreiras comerciais, principalmente as barreiras não-tarifárias, aplicadas pelos países desenvolvidos sobre os segmentos agroalimentares que o país mais exporta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUALPEC** (2002). Anuário de Estatístico Agropecuário.
- AGRIANUAL** (2004). Anuário Estatístico da Agricultura.
- Azevedo**, Annalina Camboim de. (2003). A questão informacional no tratamento das barreiras técnicas. Disponível em: www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas. Acesso em 20 de janeiro de 2005.
- Balassa**, B. (1965). Trade Liberation na “revealed” comparative advantage. The Manchester School, v. XXXIII, nº 2, pp. 99-123.
- Barral**, Welber (2002). Protecionismo e neoprotecionismo no comércio internacional. Disponível em: www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas. Acesso em 20 de janeiro de 2005.
- Barbieri**, Carlo (2003). Terrorismo com Bioterrorismo. Painel do Exportador: Revista Comércio Exterior Informe Bando do Brasil (EDIÇÃO ESPECIAL) Edição nº 49, Ano XXIII.
- Bresser Pereira**, Luís Carlos (2003). Macroeconomia do Brasil Pós –1994. Revista Análise Econômica, 21 (40), Setembro 2003. Disponível em: www.bresserpereira.org.br
- CEPAL** Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Software: TradeCan 2002.
- CONAB** Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: www.conab.gov.br
- CNI; MDIC; AEB** (2003). Barreiras Técnicas: Conceitos e informações sobre como superá-las. Brasília, CNI, 2003. 71 p.

Da Silva, César Roberto Leite; Carvalho, Maria Auxiliadora; DA Silva, Valquíria (2003). Liberalização Comercial e competitividade da Agricultura Brasileira.

Dalum, B.; Laursen, K. ; Villusen, G. (1996). The Long Term Development of OCDE Export Specialisation Patterns: De-Specialisation and "Stickiness". DRUID, Working Paper, nº 96-14, Outubro.

Embrapa. Política de P&D. Brasília, 1999. Disponível em: www.embrapa.br

Fajnzylberg, F. (1991). Inserción internacional e innovación institucional. Revista de la Cepal, nº 44, p.137-166.

Ferraz, J. C.; Kupfer, D. ; Haguenauer, L. (1996 b). Mande in Brazil: Desafios Competitivos para a Indústria Brasileira, Rio de Janeiro, Campus.

Ferraz, J. C.; Kupfer, D. Joóly, Mariana (2004) Made in Brazil: Industrial competitiveness 10 years after economic Liberalisation. mimeo

FUNCEX Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Vários Anos. Disponível em : www.funcex.com.br

Garrido, Alexandre Eliasquevitch (2004). As Barreiras Técnicas ao Comércio Internacional. Disponível em: www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas Acesso em 20 de janeiro de 2005.

Gasques, José et alli (2004). Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil. Texto para Discussão nº 1009, fevereiro de 2004. Disponível em www.ipea.gov.br

Gasques, José Garcia; Da Conceição, Júnia Cristina P. R. (2002) Indicadores de Competitividade e de Comércio Exterior da Agropecuária Brasileira; IPEA Texto de Discussão nº 908, Brasília, 2002.

Holland, Márcio; Xavier, Clésio Lourenço. (2003) As exportações brasileiras contribuem para o saldo comercial? Uma análise de Painel para o período recente, Uberlândia, 2003.

Holland, Márcio & Vieira, Flávio Vilela (2004). Exchange Rate Dynamics in Brazil. Disponível em: www.anpec.org/encontro_2004/textos

(2003). Foreign Liquidity, Economic Opening and Growth in Latin American Economies. Disponível em: www.anpec.org/encontros/textos

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br

IEA Instituto de Economia Agrícola. Vários Anos. Disponível em :<http://www.iea.sp.gov.br>

IEDI (2000). A Pauta de Exportação Brasileira e os Objetivos da Política de Exportação.

IPEA Instituto de Pesquisa Economia Aplicada.. Disponível em : <http://www.ipea.gov.br>

ITC International Trade Centre. Software: PC-TAS Trade Analysis System on PC, 1996-2000 e 1998-2002.

International Trade Center (UNCTAD/WTO). Disponível em : <<< <http://www.intracen.org>>>

Laursen, Keld. (1998). Revealed Comparative Advantage and the Alternatives as Measures of International Specialisation. DRUID, Working Paper nº 98-30, Dezembro.

Lima, Rodrigo Carvalho de Abreu (2003). Barreiras Técnicas ao Comércio e a TPA. Disponível em: www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas. Acesso em 20 de janeiro de 2005.

Magalhães, Luís Carlos et.al. (1998). Competitividade de Grãos e de Cadeias Selecionadas do Agribusiness. Brasília: IPEA (Texto para Discussão nº 538)

MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Vários Anos. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>

Mandeng, O. (1991). International competitiveness and specialisation. CEPAL Review, nº 45, p. 25-40.

Nonnemberg, M. J. (1998). Competitividade e crescimento das exportações brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão nº 578)

Oliveira, Gustavo Euqueres (2003). Barreiras Não-Tarifárias às Exportações Brasileiras de Alimentos no Período Recente. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.

Oliveira, João Carlos Viana. Sobrevalorização da Taxa de Câmbio e o Agronegócio. Uma Análise de Equilíbrio Geral com Base na Estrutura Produtiva Brasileira de 1995. 2002. Tese (Doutorado em Ciências, Área de Concentração : Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em : www.esalq.usp.br

OMC Organização Mundial de Comércio. Disponível em: www.wto.org

ONU Organização das Nações Unidas. (2002) Divisão de Estatística. Disponível em: www.unstats.un.org Acesso em 22 de Novembro de 2002.

Prazeres, Tatiana (2002). Barreiras técnicas e protecionismo na OMC. Disponível em: www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas. Acesso em 20 de janeiro de 2005.

Presser & Almeida, (2003). Negociações Internacionais e Segurança Alimentar: Perspectivas para o Mercosul. *Mimeo*

Rodrigues, Mônica; Torres, Miguel. (2003) La competitividad Agroalimentaria de los países de América Central y el Caribe en una perspectiva de liberalización comercial. Serie CEPAL desarrollo productivo, nº 139.

Saes, M.; Nunes, R; Sousa, E. (1999). Desvalorização Cambial e seus Impactos sobre a Agricultura Brasileira. Instituto de Economia Agrícola (IEA). Disponível em: www.iea.sp.gov.br

Saes, Maria Sylvia Macchione; Nakazone, Douglas. (2002) Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: Cadeia Café. Nota Técnica Final. UNICAMP, Campinas. Dezembro, 2002.

SECEX (2001). Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: www.mdic.gov.br/comext Acesso em janeiro de 2005

Vicente, José R. (2003). Café: Quedas de Preços no Mercado Internacional Anulam Aumentos na Quantidade. Trabalho apresentado no III Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil. Disponível em: www.iea.sp.gov.br

COUTINHO, Luciano G., Kupfer David & Farina Elizabeth (2002). Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: Impactos das Zonas de Livre Comércio. Cadeia: Citros. Nota Técnica Final. Disponível em: www.unicamp.br/ie/neit

Xavier, Clésio Lourenço (2000). Padrões de Especialização e Competitividade no Comércio Exterior Brasileiro. Tese de Doutorado. Campinas: IE/UNICAMP.

Wedekin, I. Questão de Hora e de Lugar. Revista Agroanalysis, Rio de Janeiro,
Junho/Julho de 2002.

ANEXO A

PRODUTOS	1997			1998			1999		
	X	M	SC	X	M	SC	X	M	SC
011 - CARNES E SEUS DERIVADOS (1)	1.570.778	273.289	1.297.489	1.590.071	239.851	1.350.220	1.903.753	129.768	1.773.985
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	2,96	0,46	-19,21	3,11	0,42	-20,54	3,97	0,26	-147,97
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	6,29	2,15	10,57	6,90	1,95	12,53	8,79	1,42	14,13
0591- SUCO DE LARANJA	1.033.629	1.569	1.032.060	1.284.839	2.256	1.282.583	1.254.674	1.063	1.253.611
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	1,95	0,00	-15,28	2,51	0,00	-19,51	2,61	0,00	-104,57
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	4,14	0,01	8,41	5,57	0,01	11,90	5,79	0,01	9,98
061 - AÇÚCAR E SEUS DERIVADOS (3)	1.773.991	2.050	1.771.941	1.943.482	77	1.943.405	1.910.732	47	1.910.685
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	3,35	0,00	-26,24	3,80	0,00	-29,56	3,98	0,00	-159,37
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	7,11	0,02	14,43	8,43	0,00	18,04	8,82	0,00	15,22
0711- CAFÉ CRU EM GRÃOS	2.749.093	1.122	2.747.976	2.335.289	912	2.334.377	2.232.998	1.276	2.231.722
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	5,19	0,00	-40,69	4,57	0,00	-35,51	4,65	0,00	-186,15
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	5,19	0,00	-40,69	4,57	0,00	-35,51	4,65	0,00	-186,15
0712- CAFÉ NÃO GRÃO	384.874	2.118	382.756	271.058	300	270.758	230.877	29	230.848
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,73	0,00	-5,67	0,53	0,00	-4,12	0,48	0,00	-19,26
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	1,54	0,02	3,12	1,18	0,00	2,51	1,07	0,00	1,84
081 - FARELO DE SOJA	2.680.895	77.591	2.603.294	1.750.111	28.428	1.721.683	1.503.571	11.021	1.492.550
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	5,05	0,13	-38,55	3,42	0,05	-26,19	3,13	0,02	-124,50
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	10,74	0,61	21,21	7,59	0,23	15,98	6,94	0,12	11,89
2222 - SOJA EM GRÃO	2.452.427	262.313	2.190.114	2.178.475	201.955	1.976.520	1.593.293	82.155	1.511.138
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	4,63	0,44	-32,43	4,26	0,35	-30,06	3,32	0,17	-126,05

Continuação

AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	9,82	2,07	17,84	9,45	1,64	18,35	7,35	0,90	12,04
4211 - ÓLEO DE SOJA (5)	596.682	68.760	527.922	832.837	134.845	697.992	686.273	74.805	611.468
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	1,13	0,12	-7,82	1,63	0,23	-10,62	1,43	0,15	-51,00
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	2,39	0,54	4,30	3,61	1,10	6,48	3,17	0,82	4,87
044 - MILHO EM GRÃO	65.872	80.152	-14.280	24.635	196.623	-171.983	14.744	89.466	-74.722
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,12	0,13	0,21	0,05	0,34	2,62	0,03	0,18	6,23
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	0,25	0,63	-0,12	0,11	1,60	-1,60	0,07	0,98	-0,60
048- CEREAIS (2)	169.305	1.620.101	-1.450.796	62.315	1.930.463	-1.568.148	125.263	1.411.339	-1.286.076
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,32	2,71	21,48	0,12	3,34	28,42	0,26	2,87	107,27
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	0,68	12,77	-11,82	0,27	15,72	-17,34	0,58	15,49	-10,24
057 - FRUTAS FRESCAS	293.545	266.253	27.292	283.769	257.190	26.579	317.294	159.517	157.777
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,55	0,45	-0,40	0,55	0,45	-0,40	0,66	0,32	-13,16
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	1,18	2,10	0,22	1,23	2,09	0,25	1,46	1,75	1,26
072 - CACAU (4)	186.680	111.650	75.030	208.522	105.923	102.599	159.182	131.081	28.101
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,35	0,19	-1,11	0,41	0,18	-1,56	0,33	0,27	-2,34
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	0,75	0,88	0,61	0,90	0,86	0,95	0,73	1,44	0,22
ALGODÃO	1.340	785.542	-764.202	5.395	532.836	-527.441	6.470	359.937	-353.467
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,00	1,28	11,32	0,01	0,92	8,02	0,01	0,73	29,48
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	0,01	6,03	-6,23	0,02	4,34	-4,90	0,03	3,95	-2,82
FIBRAS DE ANIMAIS (LÃ)	11.642	2.221	9.421	10.264	1.972	8.292	4.439	1.799	2.640
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,02	0,00	-0,14	0,02	0,00	-0,13	0,01	0,00	-0,22

Continuação

AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	0,05	0,02	0,08	0,04	0,02	0,08	0,02	0,02	0,02
LEITE	9.536	462.455	-452.919	8.192	519.423	-511.236	7.883	445.519	-437.636
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,02	0,77	6,71	0,02	0,90	7,78	0,02	0,91	36,50
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	0,04	3,64	-3,69	0,04	4,23	-4,75	0,04	4,89	-3,49
FRUTAS	1.425.779	442.000	983.779	1.643.863	448.117	1.195.746	1.660.169	337.383	1.322.786
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	2,69	0,74	-14,57	3,21	0,73	-18,19	3,46	0,69	-110,34
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%									
FRUTAS PROCESSADAS	1.132.234	175.747	956.487	1.360.094	190.927	1.169.167	1.342.875	177.866	1.165.009
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	2,14	0,29	-14,16	2,66	0,33	-17,78	2,80	0,36	-97,18
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	4,54	1,39	7,79	5,90	1,56	10,85	6,20	1,95	9,28
SUCO DE UVA	33.713	61.978	-28.265	19.686	72.630	-52.944	21.236	81.490	-60.254
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,06	0,10	0,42	0,04	0,13	0,81	0,04	0,17	5,03
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	0,14	0,49	-0,23	0,09	0,59	-0,49	0,10	0,89	-0,48
SUCOS DE OUTRAS FRUTAS	37.807	43.639	-5.832	33.252	57.231	-23.979	46.161	34.951	11.210
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,07	0,07	0,09	0,07	0,10	0,36	0,10	0,07	-0,94
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	0,15	0,34	-0,05	0,14	0,47	-0,22	0,21	0,38	0,09
FRUTAS FRESCAS	293.545	266.253	27.292	283.769	257.190	26.579	317.294	159.517	157.777
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,55	0,45	-0,40	0,55	0,45	-0,40	0,66	0,32	-13,16
AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.685	12.275.534	23.052.115	12.278.026	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	1,18	2,10	0,22	1,23	2,09	0,25	1,46	1,75	1,26
LARANJA	23.092	462	22.630	14.359	1.397	12.962	21.108	467	20.641
BRASIL	52.994.341	59.747.227	-6.752.886	51.139.862	57.714.365	-6.574.503	48.011.444	49.210.314	-1.198.870
%	0,04	0,00	-0,34	0,03	0,00	-0,20	0,04	0,00	-1,72

Continuação

AGRONEGÓCIOS	24.964.219	12.688.655	12.275.534	23.052.115	12.278.025	10.774.089	21.664.966	9.109.132	12.555.834
%	0,09	0,00	0,18	0,06	0,01	0,12	0,10	0,01	0,16
2000									
PRODUTOS	X	M	SC	X	M	SC	X	M	SC
011 - CARNES E SEUS DERIVADOS (1)	1.916.072	157.549	1.758.523	2.878.407	92.925	2.785.442	3.144.537	102.184	3.042.353
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	3,48	0,28	-252,03	4,94	0,17	105,09	5,21	0,22	23,19
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	8,80	1,66	14,29	11,51	1,09	16,94	12,06	1,33	16,55
0591- SUCO DE LARANJA	1.051.115	2.219	1.048.896	868.486	963	867.518	1.079.832	2.227	1.077.605
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	1,91	0,00	-150,33	1,49	0,00	32,73	1,79	0,00	8,21
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	4,83	0,02	8,52	3,47	0,01	5,27	4,14	0,03	5,86
061 - AÇÚCAR E SEUS DERIVADOS (3)	1.199.135	35	1.199.101	2.279.072	263	2.278.784	2.103.646	32	2.103.614
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	2,18	0,00	-171,85	3,91	0,00	85,98	3,49	0,00	16,03
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	5,51	0,00	9,74	9,11	0,00	13,86	8,07	0,00	11,44
0711- CAFÉ CRU EM GRÃOS	1.562.526	1.501	1.561.025	1.212.545	1.632	1.210.913	1.201.403	1.608	1.199.795
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	2,84	0,00	-223,72	2,08	0,00	45,69	1,99	0,00	9,14
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	2,84	0,00	-223,72	2,08	0,00	45,69	1,99	0,00	9,14
0712- CAFÉ NÃO GRÃO	221.614	75	221.539	204.533	410	204.123	183.396	583	182.813
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,40	0,00	-31,75	0,35	0,00	7,70	0,30	0,00	1,39
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	1,02	0,00	1,80	0,82	0,00	1,24	0,70	0,01	0,99
081 - FARELO DE SOJA	1.650.509	16.117	1.634.392	2.065.192	35.969	2.029.223	2.198.860	58.275	2.140.585
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	3,00	0,03	-234,24	3,55	0,06	76,56	3,64	0,12	16,31
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	7,58	0,17	13,28	8,26	0,42	12,34	8,44	0,76	11,65

Continuação

2222 - SOJA EM GRÃO	2.187.879	132.707	2.055.172	2.725.508	137.559	2.587.949	3.031.984	174.671	2.857.313
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	3,97	0,24	-294,54	4,68	0,25	97,64	5,02	0,37	21,78
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	10,05	1,40	16,70	10,90	1,61	15,74	11,63	2,27	15,54
4211 - ÓLEO DE SOJA (5)	358.794	34.683	324.111	503.333	22.345	453.983	778.059	52.711	725.348
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,65	0,06	-46,45	0,86	0,04	18,15	1,29	0,11	5,53
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	1,65	0,37	2,63	2,01	0,26	2,92	2,99	0,69	3,95
044 - MILHO EM GRÃO	14.843	179.886	-165.043	506.302	62.317	443.985	276.125	35.025	241.100
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,03	0,32	23,65	0,87	0,11	16,75	0,46	0,07	1,84
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	0,07	1,90	-1,34	2,02	0,73	2,70	1,06	0,46	1,31
048 - CEREAIS (2)	101.755	1.342.536	-1.240.780	140.929	1.380.973	1.240.044	78.407	1.307.748	-1.229.341
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,18	2,41	177,83	0,24	2,49	-46,79	0,13	2,77	-9,37
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	0,47	14,17	-10,08	0,56	16,13	-7,54	0,30	17,02	-6,69
057 - FRUTAS FRESCAS	364.381	142.659	221.722	339.693	136.989	202.704	362.477	101.629	260.848
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,65	0,26	-31,78	0,58	0,25	7,65	0,60	0,22	1,99
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	1,67	1,51	1,80	1,36	1,60	1,23	1,39	1,32	1,42
072 - CACAU (4)	166.094	94.333	71.761	178.452	63.273	115.179	207.610	126.001	81.609
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,30	0,17	-10,28	0,31	0,11	4,35	0,34	0,27	0,62
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	0,76	1,00	0,58	0,71	0,74	0,70	0,80	1,64	0,44
ALGODÃO	35.971	325.955	-289.984	164.189	97.438	66.751	97.719	64.826	32.893
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,07	0,58	41,56	0,28	0,18	2,52	0,16	0,14	0,25
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879

Continuação

	0,17	3,44	-2,36	0,65	1,14	0,41	0,37	0,84	0,18
FIBRAS DE ANIMAIS (LÂ)	2.762	1.692	1.070	5.554	1.246	4.308	6.369	1.009	5.360
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,01	0,00	-0,15	0,01	0,00	0,16	0,01	0,00	0,04
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	0,01	0,02	0,01	0,02	0,01	0,03	0,02	0,01	0,03
LEITE	14.050	378.305	-364.255	25.716	154.519	-158.803	41.420	252.798	-211.378
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,03	0,68	52,20	0,04	0,33	-5,99	0,07	0,54	-1,61
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	0,05	3,99	-2,96	0,10	2,16	-0,97	0,16	3,29	-1,15
FRUTAS	1.506.710	302.669	1.204.041	1.275.196	290.272	984.924	1.526.799	221.488	1.305.311
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	2,74	0,54	-172,56	2,19	0,52	37,16	2,53	0,47	9,95
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%									
FRUTAS PROCESSADAS	1.142.329	160.010	982.319	935.503	153.283	782.220	1.164.322	119.859	1.044.463
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	2,07	0,29	-140,78	1,61	0,28	29,51	1,93	0,25	7,96
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	5,25	1,69	7,98	3,74	1,79	4,76	4,47	1,56	5,68
SUCO DE UVA	19.227	80.980	-61.753	16.293	77.188	-60.895	12.552	62.148	-49.596
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,03	0,15	8,85	0,03	0,14	-2,30	0,02	0,13	-0,38
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	0,09	0,85	-0,50	0,07	0,90	-0,37	0,05	0,81	-0,27
SUCOS DE OUTRAS FRUTAS	49.587	24.677	24.910	32.378	23.185	9.193	51.193	21.281	29.912
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,09	0,04	-3,57	0,06	0,04	0,35	0,08	0,05	0,23
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	0,23	0,26	0,20	0,13	0,27	0,06	0,20	0,28	0,16
FRUTAS FRESCAS	364.381	142.659	221.722	339.693	136.989	202.704	362.477	101.629	260.848

Continuação

BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,63	0,26	-31,78	0,58	0,25	7,65	0,60	0,22	1,99
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	1,67	1,51	1,80	1,36	1,60	1,23	1,39	1,32	1,42
LARANJA	15.248	369	14.879	27.538	317	27.221	8.125	402	7.723
BRASIL	55.085.595	55.783.343	-697.748	58.222.642	55.572.176	2.650.466	60.361.786	47.240.488	13.121.298
%	0,03	0,00	-2,13	0,05	0,00	1,03	0,01	0,00	0,06
AGRONEGÓCIOS	21.778.713	9.473.184	12.305.529	25.007.401	8.560.573	16.446.828	26.063.793	7.681.914	18.381.879
%	0,07	0,00	0,12	0,11	0,00	0,17	0,03	0,01	0,04

Notas: (1) Inclui carnes, miúdos e conservas de bovinos, suíños e aves.

(2) Inclui trigo em grão, farinha de trigo, arroz, feijão, outros cereais para consumo direto e outros cereais/oleaginosas.

(3) Inclui açúcar cristal, refinado e demerara.

(4) Inclui amêndoas, manteiga, e pasta.

(5) Inclui óleo bruto, refinado e outros óleos de soja.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior do Instituto de Economia Agrícola (IEA/SP).

ANEXO B

Código	Produto	Classificação	Ano Base	Ano Final	Porcentagem de Exportações	
					1997	2000
0742	Mate	Setores em Declínio	1997	2000	0,07464008	0,05732919
2816	Aglomerados de mineral de hierro	Setores em Declínio	1997	2000	2,04545513	2,04207767
2654	Sisal y otras fibras del género ágaves	Setores em Declínio	1997	2000	0,03740872	0,02642979
2815	Mineral de hierro y sus concentrados	Setores em Declínio	1997	2000	5,35234575	4,87948927
0585	Jugos de frutas y de legumbres	Setores em Declínio	1997	2000	2,94847356	3,25625870
6712	Arrabio, hierro colado y fundición especular en lingotes, bloques	Setores em Declínio	1997	2000	0,77080983	0,73863548
2222	Soya	Setores em Declínio	1997	2000	3,77343248	3,83860533
0711	Café sin tostar o tostado, con o sin cafeína	Setores em Declínio	1997	2000	4,62940675	3,78727686
0611	Azúcar sólida, sin refinar	Setores em Declínio	1997	2000	1,18452753	0,99978795
2731	Piedras de construcción y de talla	Setores em Declínio	1997	2000	0,38859258	0,38638395
4233	Aceite de semilla de algodón	Setores em Declínio	1997	2000	0,01048352	0,02279152
0114	Aves de corral muertas y sus despojos comestibles	Setores em Declínio	1997	2000	1,33576783	1,39804450
0149	Otros conservas de cárne	Setores em Declínio	1997	2000	0,65939611	0,87013936
2613	Seda cruda	Setores em Declínio	1997	2000	0,09291072	0,06747209
2784	Asbesto	Setores em Declínio	1997	2000	0,07025283	0,05062838
2877	Minerales de manganeso y sus concentrados	Setores em Declínio	1997	2000	0,11054226	0,09804724
0612	Azúcar refinada	Setores em Declínio	1997	2000	0,42220354	0,53805884
6932	Alambre de púa de hierro o aero, u otr. p/ cercas	Setores em Declínio	1997	2000	0,01072225	0,01233403
0115	Carne equina	Setores em Declínio	1997	2000	0,05436005	0,05155290
6114	Cueros de bovinos y equinos	Setores em Declínio	1997	2000	1,27286584	1,25349333
6716	Ferroaleaciones	Setores em Declínio	1997	2000	0,97202229	0,86734474
2782	Arcilla y otros minerales refractarios, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,37338950	0,43044129
2873	Minerales de aluminio y sus concentrados	Setores em Declínio	1997	2000	0,48819970	0,56518495
2516	Pulpa química de madera, soluble	Setores em Declínio	1997	2000	0,09388328	0,10821809
6254	Neumáticos p/ motocicletas y bicicletas	Setores em Declínio	1997	2000	0,07762954	0,07810687
6113	Cueros de becerro (excepto los del subgrupo 6118)	Setores em Declínio	1997	2000	0,10758910	0,07767256

Continuação

6342	Madera terciada	Setores em Declínio	1997	2000	0,52450284	0,74133222
6841	Aluminio y sus aleaciones, en bruto	Setores em Declínio	1997	2000	2,31797955	2,15677425
6638	Manufacturas de asbesto	Setores em Declínio	1997	2000	0,06113300	0,07470379
2919	Otras materias de origen animal, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,29554795	0,31730682
2483	Madera no de coníferas, aserrada, cepillada	Setores em Declínio	1997	2000	0,72307820	0,82962457
5322	Extractos curtientes de origen vegetal	Setores em Declínio	1997	2000	0,05720446	0,04738525
8731	Medidores de suministro/producción de gases,líquidos,eléctric.	Setores em Declínio	1997	2000	0,04982211	0,06881616
6747	Planchas y chapas de acero estañado	Setores em Declínio	1997	2000	0,26998635	0,23518802
0722	Cacao en polvo sin azucarar	Setores em Declínio	1997	2000	0,02980646	0,03014447
0577	Nueces comestibles	Setores em Declínio	1997	2000	0,37605330	0,32871418
2460	Madera para pulpa	Setores em Declínio	1997	2000	0,21388886	0,19027819
7431	Bombas de aire y de vacío; y compresores de aire u otros gases	Setores em Declínio	1997	2000	0,82159711	0,87132272
8510	Calzado	Setores em Declínio	1997	2000	3,16300021	2,93437560
6252	Neumáticos p/ automóviles y camiones	Setores em Declínio	1997	2000	0,40224102	0,47524890
0111	Carne bovina	Setores em Declínio	1997	2000	0,44441617	0,83324367
0576	Higos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00811857	0,00824358
2632	Borra de algodón ("linters")	Setores em Declínio	1997	2000	0,00283950	0,00669629
6613	Piedras de construc.y de talla, trabajadas	Setores em Declínio	1997	2000	0,15798171	0,25106260
2518	Pulpa química de madera, al sulfito	Setores em Declínio	1997	2000	0,03343916	0,05113290
5981	Productos químicos extraídos de madera o resinas naturales	Setores em Declínio	1997	2000	0,05634147	0,05422750
6724	Barras empaquetadas, lingotes, bloques, masas	Setores em Declínio	1997	2000	0,01248659	0,02658709
7112	Aparatos auxiliares para calderas del subgrupo 7111	Setores em Declínio	1997	2000	0,00183730	0,02084052
6624	Ladrillos, baldosas, tejas, tubos y productos similares	Setores em Declínio	1997	2000	0,28283842	0,32774896
2872	Minerales de níquel y sus concentrados	Setores em Declínio	1997	2000	0,00792079	0,10950848
5239	Productos químicos inorgánicos, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,06872951	0,06961922
0574	Manzanas	Setores em Declínio	1997	2000	0,03168667	0,11061907
7259	Partes y piezas sueltas p/ máq. grupo 725	Setores em Declínio	1997	2000	0,05432118	0,11978216
7933	Buques y demás embarcaciones destinados al desguace	Setores em Declínio	1997	2000	0,00789578	0,01106421
6413	Papel y cartón kraft	Setores em Declínio	1997	2000	0,32837327	0,29669212
6731	Varillas para trefilar de hierro o acero	Setores em Declínio	1997	2000	0,23540555	0,21356238
5913	Herbicidas p/ venta al por menor	Setores em Declínio	1997	2000	0,17379670	0,13877568

Continuação

0619	Otros azúcares en forma sólida (jarabes, caramelo)	Setores em Declínio	1997	2000	0,03263156	0,06150563
9710	Oro no monetario (excepto minerales y concentrados de oro)	Setores em Declínio	1997	2000	0,87884027	0,90847311
0579	Frutas, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,20372732	0,31838721
6951	Herramientas de mano	Setores em Declínio	1997	2000	0,01938377	0,02052918
2482	Madera de coníferas aserrada, cepillada	Setores em Declínio	1997	2000	0,46545559	0,66963657
8946	Armas no militares y municiones para las mismas	Setores em Declínio	1997	2000	0,03502141	0,03816133
6781	Tubos de fundición	Setores em Declínio	1997	2000	0,01497846	0,01823513
6123	Piezas para calzado	Setores em Declínio	1997	2000	0,14385122	0,13590156
7493	Arboles de transmisión, cigueñales	Setores em Declínio	1997	2000	0,46200031	0,51798418
6623	Ladrillos refractarios y otr. mat. refractarios	Setores em Declínio	1997	2000	0,07641031	0,07555279
5831	Polietileno	Setores em Declínio	1997	2000	0,46311463	0,58553918
2331	Caucho sintético	Setores em Declínio	1997	2000	0,22435777	0,21975672
6793	Manufacturas en bruto de acero o hierro forjado o estampado	Setores em Declínio	1997	2000	0,02875474	0,04553724
0620	Artículos de confitería, sin cacao	Setores em Declínio	1997	2000	0,07826610	0,11206435
6121	Artículos de cuero natural, artificial o regenerado para máquinas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00072717	0,00083352
0615	Melazas	Setores em Declínio	1997	2000	0,01430037	0,01524108
6251	Neumáticos p/ automóviles	Setores em Declínio	1997	2000	0,30015698	0,35601470
6519	Hilados de fibras textiles, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,05762501	0,06994964
5911	Insecticidas p/venta al por menor	Setores em Declínio	1997	2000	0,07224965	0,06417757
7752	Refrigeradores y congeladores de alimentos	Setores em Declínio	1997	2000	0,12360288	0,17027677
6353	Obras de carpintería y piezas de armazones para edificios	Setores em Declínio	1997	2000	0,18161724	0,23231252
6931	Alambre retorcido, cables, cordajes, cordones, trenzas, eslingas	Setores em Declínio	1997	2000	0,06850364	0,07508883
6746	Planchas y chapas, s/más elab. que laminación, espesor < 3 mm	Setores em Declínio	1997	2000	0,47231613	0,49816974
0980	Productos y preparados comestibles, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,13117712	0,43007753
5323	Sustancias curtientes orgánicas	Setores em Declínio	1997	2000	0,01090101	0,01054220
6637	Productos refractarios (p.e. crisol,tobera,pipeta,etc)	Setores em Declínio	1997	2000	0,02268729	0,02319362
5121	Alcoholes acíclicos	Setores em Declínio	1997	2000	0,33610174	0,30466107
2786	Escorias, batiduras y desperdicios similares, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00265478	0,01385088
6644	Vidrio colado, laminado, estirado o soplado simplemennte desbasta	Setores em Declínio	1997	2000	0,03669410	0,06664468
6924	Bariles, tambores, bidones, cajas y recipientes similares	Setores em Declínio	1997	2000	0,14036503	0,13029818
1223	Tabaco manufacturado (para fumar o mascar y rcpé)	Setores em Declínio	1997	2000	0,01165203	0,03018156

Continuação

6732	Barras y varillas (excepto para trefilar)	Setores em Declínio	1997	2000	0,28783086	0,25163199
6713	Polvos, granallas o esponja	Setores em Declínio	1997	2000	0,03052693	0,03508454
6515	Hilados de fibras sintéticas p/ venta al por menor. contenido >85	Setores em Declínio	1997	2000	0,00246617	0,00277685
2785	Cuarzo, mica, feldespato, espato flúor, criolita y cuolita	Setores em Declínio	1997	2000	0,01634514	0,01653478
6349	Madera simplemente cortada n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00245113	0,00355233
0582	Frutas o partes confitadas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00158821	0,00330631
0113	Came porcina	Setores em Declínio	1997	2000	0,27903974	0,23351614
9510	Vehíc.blindados de combate/armas guerra/municiones/partes armas, n.	Setores em Declínio	1997	2000	0,07858444	0,07486742
6782	Tubos "sin soldadura"	Setores em Declínio	1997	2000	0,18210731	0,14202856
5225	Otras bases inorgánicas	Setores em Declínio	1997	2000	0,14545031	0,13305750
7283	Otras máq. y ap. p/ mineria	Setores em Declínio	1997	2000	0,09159493	0,10323094
6579	Productos especiales de materias textiles	Setores em Declínio	1997	2000	0,00549233	0,00549002
2671	Fibras artificiales para hilados	Setores em Declínio	1997	2000	0,03686796	0,04029467
5922	Sustancias albuminoideas; colas	Setores em Declínio	1997	2000	0,17746153	0,17453881
7372	Laminadores, sus cilindros, partes, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,05595305	0,05040451
2911	Huesos/cuernos/marfil/pezuñas/garras/coral/conchas y prod. sim.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00831466	0,00775704
7271	Maqu. p/molinería y p/tratamiento de cereales y legumbres secas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00938548	0,00893359
5914	Desinfectantes, raticidas p/ venta al por menor	Setores em Declínio	1997	2000	0,01747266	0,01934969
2924	Plantas, árboles, matas	Setores em Declínio	1997	2000	0,01388099	0,02382018
3351	Vaselina y ceras minerales	Setores em Declínio	1997	2000	0,01206418	0,02432580
7751	Lavadoras y secadoras de ropa	Setores em Declínio	1997	2000	0,04607203	0,08423578
5311	Materias tintóreas orgánicas y sintéticas	Setores em Declínio	1997	2000	0,15247704	0,16049845
5139	Acidos carboxílicos de función alcohol	Setores em Declínio	1997	2000	0,08393965	0,08814641
0252	Huevos de aves sin cáscara	Setores em Declínio	1997	2000	0,00576841	0,00496097
0571	Frutas cítricas	Setores em Declínio	1997	2000	0,05765592	0,06204984
7711	Transformadores eléctricos	Setores em Declínio	1997	2000	0,14538741	0,13799485
6577	Artículos textiles p/ máquinas y fábricas	Setores em Declínio	1997	2000	0,04744868	0,05578095
6596	Alfombras, esteras de otros mat. textiles,	Setores em Declínio	1997	2000	0,02631896	0,02534358
2742	Piritas de hierro sin tostar	Setores em Declínio	1997	2000	0,00044929	0,00039342
5832	Polipropileno	Setores em Declínio	1997	2000	0,15207045	0,16036420
2929	Otras materias de origen vegetal, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,04955077	0,04954674

Continuação

0589	Frutas prep. o conservadas en otra forma, n.e.p., con sin alcohol	Setores em Declínio	1997	2000	0,07976547	0,07359572
5849	Otros derivados químicos de la celulosa	Setores em Declínio	1997	2000	0,03289618	0,02563132
6282	Correas de transmisión y transporte	Setores em Declínio	1997	2000	0,03760374	0,03430376
2450	Leña y carbón vegetal	Setores em Declínio	1997	2000	0,00332455	0,00511066
0572	Otros frutas agrias	Setores em Declínio	1997	2000	0,00876700	0,02219707
7421	Bombas aspirantes e impenientes (excepto partida 74231)	Setores em Declínio	1997	2000	0,00799331	0,02221370
6842	Aluminio y sus aleaciones, labrados	Setores em Declínio	1997	2000	0,25493981	0,35270369
2232	Nueces y almendras de palma	Setores em Declínio	1997	2000	0,00043566	0,00040708
7732	Equipo aislante eléctrico	Setores em Declínio	1997	2000	0,05260848	0,05159107
7362	Máquina-herramientas p/ conformar metales	Setores em Declínio	1997	2000	0,05326548	0,07573357
6996	Artículos diversos de metales comunes	Setores em Declínio	1997	2000	0,04979087	0,05373225
0360	Crustáceos y moluscos pelados o no, frescos, refriç. o congel.	Setores em Declínio	1997	2000	0,18072232	0,26638406
6899	Metales comunes, n.e.p., y cermetas en bruto	Setores em Declínio	1997	2000	0,02529178	0,03358973
5147	Compuestos de función carboxiamida	Setores em Declínio	1997	2000	0,04662296	0,05851308
2925	Semillas y esporas p/ siembra	Setores em Declínio	1997	2000	0,02888968	0,03286838
5542	Productos orgánicos tensoactivos	Setores em Declínio	1997	2000	0,10796182	0,11543620
0564	Harinas finas/sémolas/copos de patatas, frutas y lecumbres, n.e.p	Setores em Declínio	1997	2000	0,00403193	0,00466719
7371	Equipos p/ acería, fundición y metalurgia y sus partes	Setores em Declínio	1997	2000	0,02271882	0,01671648
0251	Huevos de aves con cáscara	Setores em Declínio	1997	2000	0,01579448	0,01178806
6733	Angulos, perfiles y secciones (excepto cañiles)	Setores em Declínio	1997	2000	0,04650596	0,07553431
7252	Máq. y ap. p/ trabajar pasta de papel, papel y cartón	Setores em Declínio	1997	2000	0,02239051	0,03063388
6513	Hilados de algodón	Setores em Declínio	1997	2000	0,10635775	0,09396887
6516	Hilados de fibras sintéticas discontinuas, contenido < 85%	Setores em Declínio	1997	2000	0,04280499	0,04431838
0730	Chocolate y preparados de cacao, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,07019376	0,07803067
2685	Crines y otros pelos ordinarios	Setores em Declínio	1997	2000	0,00016131	0,00045102
6822	Cobre y sus aleaciones, labrados	Setores em Declínio	1997	2000	0,14697979	0,19426039
5312	Luminóforos orgánicos sintéticos; índigo natural; lacas colorante	Setores em Declínio	1997	2000	0,00914321	0,01129996
0350	Pescado seco, salado, ahumado	Setores em Declínio	1997	2000	0,03306889	0,03388456
7188	Máq. y motores n.e.p. (mot.viento, ruedas hidráulicas, turb.hidrá	Setores em Declínio	1997	2000	0,03670685	0,03759788
5419	Productos farmacéuticos, excepto medicamentos	Setores em Declínio	1997	2000	0,06203474	0,06575769
6770	Alambre, revestido o no, no aislado	Setores em Declínio	1997	2000	0,04877591	0,04324448

Continuação

6974	Utensilios domésticos, y sus partes, de metales comunes.	Setores em Declínio	1997	2000	0,05369160	0,06247196
7591	Partes y accesorios destinados al grupo 751 y subgrupo 7518	Setores em Declínio	1997	2000	0,07748465	0,10422468
7414	Refrigeradores y eq. de refrig. industrial (eléctr. y de otro tipo)	Setores em Declínio	1997	2000	0,06844846	0,07878240
6418	Papel y cartón, estucado, revestido, coloreado, decorado o impreso	Setores em Declínio	1997	2000	0,14344011	0,14351819
7422	Bombas centrífugas (excepto partida 74281)	Setores em Declínio	1997	2000	0,03165658	0,02996053
7272	Maq. de otro tipo p/ elaborar alimentos; y sus partes, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,05492155	0,04464204
6424	Papeles y cartones cortados en forma determinada, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,02596721	0,03221772
5629	Abonos, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,06217258	0,06746008
0484	Productos de panadería	Setores em Declínio	1997	2000	0,03473112	0,07731869
3354	Betún, coque de petróleo y mezclas bituminosas, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,01822290	0,03433004
7491	Rodamientos de todas clases	Setores em Declínio	1997	2000	0,13191427	0,12362392
2332	Caucho regenerado	Setores em Declínio	1997	2000	0,00108416	0,00145435
7784	Herramientas electromecánicas, de uso manual; y sus partes	Setores em Declínio	1997	2000	0,06097062	0,06303157
6210	Materiales de caucho	Setores em Declínio	1997	2000	0,06130225	0,07045875
7921	Helicópteros	Setores em Declínio	1997	2000	0,00547835	0,02110140
0129	Otras carnes y despojos n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00030705	0,00049746
0341	Pescado fresco o refrigerado	Setores em Declínio	1997	2000	0,05927173	0,07406480
0548	Productos vegetales n.e.p., frescos o secos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00816824	0,00992675
5145	Compuestos de función amina	Setores em Declínio	1997	2000	0,04196774	0,04101790
0575	Uvas	Setores em Declínio	1997	2000	0,02359347	0,03058792
7761	Tubos de televisión de rayos catódicos	Setores em Declínio	1997	2000	0,08363201	0,08256667
0014	Aves de corral	Setores em Declínio	1997	2000	0,00934158	0,00789268
5622	Abonos minerales o químicos fosfatados	Setores em Declínio	1997	2000	0,00764440	0,00535988
2874	Minerales de plomo y sus concentrados	Setores em Declínio	1997	2000	0,00241454	0,00507435
7219	Máquinas y aparatos agrícolas, n.e.p., y sus partes, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,01473007	0,01603386
0583	Compotas, jaleas, mermeladas, purés y pastas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00489988	0,00594040
8821	Productos químicos y acces. p/ flash al por menor	Setores em Declínio	1997	2000	0,03073820	0,03791483
0586	Frutas conservadas temporalmente	Setores em Declínio	1997	2000	0,01421479	0,01311904
5334	Barnices y lacas; pinturas al temple;	Setores em Declínio	1997	2000	0,06395285	0,06674165
6649	Vidrios, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,03337824	0,04925338
5852	Otras materias plásticas artificiales, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00293622	0,00609051

Continuação

5335	Preparados colorantes p/ cerámica, vidrio y pintura artística	Setores em Declínio	1997	2000	0,03389283	0,03249157
2672	Desperdicios de fibras artificiales	Setores em Declínio	1997	2000	0,00060138	0,00140653
8732	Cuentarrevoluciones no eléctr.	Setores em Declínio	1997	2000	0,01386474	0,01735653
6421	Cajas, bolsas, envases, archivadores	Setores em Declínio	1997	2000	0,05897597	0,06241240
0142	Salchichas y otros preparados de carne enlatados	Setores em Declínio	1997	2000	0,00795457	0,00828579
6651	Envases, tapones, ampollas, termos	Setores em Declínio	1997	2000	0,01759342	0,02284052
2119	Cueros y pieles, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00241574	0,00206391
0544	Tomates frescos o refrigerados	Setores em Declínio	1997	2000	0,00707471	0,02345208
6573	Tejidos y productos textiles bañados o impregnados	Setores em Declínio	1997	2000	0,04716143	0,05363361
7416	Otros ap. y dispositivos indus. p/ calentar o enfriar aire	Setores em Declínio	1997	2000	0,07835491	0,08925451
5982	Preparados antidetonantes, antioxidantes,etc	Setores em Declínio	1997	2000	0,03251483	0,02814611
5543	Productos de limpieza p/muebles, calzado, pisos, metales	Setores em Declínio	1997	2000	0,00257843	0,00578448
6760	Carriles y elementos para vías férreas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00768310	0,00753928
2879	Minerales de otros metales comunes no ferrosos y sus concentrados	Setores em Declínio	1997	2000	0,00480503	0,01535074
0481	Granos de cereales, ("preparados alimenticios para el desayuno")	Setores em Declínio	1997	2000	0,01150525	0,01388134
7126	Máquinas de vapor de agua u otros vapores	Setores em Declínio	1997	2000	0,00697629	0,00417676
7367	Otr. máq.-herramientas p/trab. metales o carburos metálicos, n.e.	Setores em Declínio	1997	2000	0,04136940	0,03570237
6582	Velas, toldos solares, tiendas y artículos para acampar, en tela	Setores em Declínio	1997	2000	0,00442959	0,00685996
0741	Té	Setores em Declínio	1997	2000	0,01460438	0,01330354
7492	Artículos de grifería y órganos similares	Setores em Declínio	1997	2000	0,14955962	0,14922518
2741	Azufre	Setores em Declínio	1997	2000	0,00338028	0,00580362
7499	Otras partes y accesorios de maquinaria, no eléctricos, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,08411565	0,08227515
5169	Productos químicos orgánicos, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,01542284	0,01675152
2926	Bulbos, tubérculos y rizomas de plantas floríferas o de follaje	Setores em Declínio	1997	2000	0,02121458	0,02548706
8989	Partes y accesorios para instrumentos musicales	Setores em Declínio	1997	2000	0,00064470	0,00500055
2633	Desperdicios de algodón, sin cardar ni peinar	Setores em Declínio	1997	2000	0,00116877	0,00154057
2221	Cacahuetes (manies) verdes	Setores em Declínio	1997	2000	0,00357663	0,00509638
2789	Minerales en bruto, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,01171699	0,01302727
3232	Coque y semicoque	Setores em Declínio	1997	2000	0,00350303	0,01249424
0573	Plátanos (incluso verde)	Setores em Declínio	1997	2000	0,02927381	0,03436247
6612	Cementos	Setores em Declínio	1997	2000	0,01335022	0,02264366

Continuação

8463	Roca interior de punto o ganchillo, de fibras sintéticas	Setores em Declínio	1997	2000	0,02260229	0,01343408
2481	Traviesas para vías férreas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00001242	0,00069288
5829	Otros productos de condensación, policondensación o poliadiación	Setores em Declínio	1997	2000	0,01548762	0,02350110
5824	Poliamicidas	Setores em Declínio	1997	2000	0,01750766	0,02329156
7518	Máquinas de oficina, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,04292315	0,04982869
5232	Otros sales y persales metálicas de ácidos inorgánicos	Setores em Declínio	1997	2000	0,02457605	0,02690622
8922	Diarios, revistas y publicaciones periódicas, ilustrados o no	Setores em Declínio	1997	2000	0,02350818	0,02351184
7368	Portapiezas y dispositivos p/ máq.-herramientas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00612664	0,00864879
2882	Otras chatarras de metales comunes no ferrosos, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,02087396	0,03622833
5825	Poliuretanos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00785229	0,00885276
7263	Máquinas para fundir y componer	Setores em Declínio	1997	2000	0,00614770	0,00558923
6633	Manufacturas de materias minerales, n.e.p. (excepto cerámicas)	Setores em Declínio	1997	2000	0,01744236	0,01905210
0342	Pescado congelado	Setores em Declínio	1997	2000	0,02289603	0,03957753
8932	Artículos sanitarios y de tocador de materias plásticas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00568391	0,00555500
6611	Cal	Setores em Declínio	1997	2000	0,00062632	0,00102520
7922	Aeronaves con propulsión mecánica, tara < a 2.000 kgs	Setores em Declínio	1997	2000	0,00269124	0,00121635
2238	Semillas y frutas oleaginosas, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00104771	0,00110568
8741	Inst. topografía/hidro./navegación/meteorología hidrol./geofísica	Setores em Declínio	1997	2000	0,01147113	0,01991211
8973	Joyas de oro, plata y artículos de orfebrería y platería	Setores em Declínio	1997	2000	0,06179391	0,05958313
8745	Instr. y apar. de medición, de control y científicos, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,01000791	0,01109469
5833	Poliestireno y sus copolímeros	Setores em Declínio	1997	2000	0,03969477	0,04315500
6552	Tejidos de punto o ganchillo, de fibras distintas de las sintéticas	Setores em Declínio	1997	2000	0,03887905	0,04160745
7929	Partes p/ aeronaves del grupo 792	Setores em Declínio	1997	2000	0,09243640	0,11227841
2665	Fibras sintéticas para hilados	Setores em Declínio	1997	2000	0,01558428	0,01447753
5836	Polímeros acrílicos, pol. metacrílicos y copol. acrilometacrílicos	Setores em Declínio	1997	2000	0,01813803	0,01945216
5163	Esteres inorgánicos y sus sales	Setores em Declínio	1997	2000	0,00228252	0,00340589
7247	Máquinas y aparatos para el lavado	Setores em Declínio	1997	2000	0,01371797	0,01171696
8459	Ropa exterior de vestir de otro tipo, de punto o ganchillo	Setores em Declínio	1997	2000	0,04648116	0,06363844
6832	Níquel y sus aleaciones, labrados	Setores em Declínio	1997	2000	0,00294365	0,00570232
7281	Máq. y herramientas especiales p/determinadas industrias; y parte	Setores em Declínio	1997	2000	0,02062797	0,02365868
7148	Turbinas de gas, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,01189352	0,01521157

Continuação

6975	Artículos sanitarios interiores de metales comunes	Setores em Declínio	1997	2000	0,00215663	0,00368943
0422	Arroz molido o pulido	Setores em Declínio	1997	2000	0,01054947	0,01053739
2631	Algodón, sin cardar ni peinar	Setores em Declínio	1997	2000	0,01253531	0,01639996
0488	Preparados de harina p/ niños o usos dietéticos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00519350	0,00806378
8921	Libros, folletos, mapas y esferas impresos	Setores em Declínio	1997	2000	0,02499451	0,02700871
6912	Estructuras y partes de estructuras de aluminio	Setores em Declínio	1997	2000	0,00247113	0,00622141
6643	Vidrio estirado o soplado, sin labrar	Setores em Declínio	1997	2000	0,00049021	0,00061596
8928	Impresos, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,01775451	0,02015080
7264	Máquinas de imprimir	Setores em Declínio	1997	2000	0,00864229	0,01303425
8982	Instrumentos musicales de otro tipo	Setores em Declínio	1997	2000	0,00482929	0,00473201
0545	Otras legumbres frescas o refrigeradas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00591378	0,02151740
7373	Máq. y ap. p/ soldar, y sus partes	Setores em Declínio	1997	2000	0,00926603	0,01049144
1124	Álcohol etílico	Setores em Declínio	1997	2000	0,02213189	0,02132873
2682	Lana de oveja y cordero, desgrasada	Setores em Declínio	1997	2000	0,00193804	0,00156372
8452	Vestidos/faldas/conjuntos p/mujeres/niñas/bebés, de punto/canchil	Setores em Declínio	1997	2000	0,00396277	0,00503458
7213	Máquinas y aparatos de lechería y sus partes, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00127097	0,00138948
6531	Tejidos de fibras sintéticas continuas	Setores em Declínio	1997	2000	0,01803656	0,01993364
7753	Lavadoras de vajilla	Setores em Declínio	1997	2000	0,00159455	0,00253352
2471	Troncos de coníferas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00623618	0,00762773
8983	Discos de fonógrafo y otras grabaciones	Setores em Declínio	1997	2000	0,03574714	0,04775880
0230	Mantequilla	Setores em Declínio	1997	2000	0,00077870	0,00434257
7628	Otros radioreceptores	Setores em Declínio	1997	2000	0,00836678	0,01278619
0541	Patatas frescas o refrigeradas (excl. batatas)	Setores em Declínio	1997	2000	0,00024950	0,00240653
8830	Películas cinematográficas impresionadas y reveladas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00050419	0,00052386
8935	Artículos para iluminación eléctrica, de materias plásticas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00019995	0,00029500
0616	Miel natural	Setores em Declínio	1997	2000	0,00030041	0,00066245
7411	Gasógenos y generadores de gas de agua o gas pobre	Setores em Declínio	1997	2000	0,00076146	0,00065600
2655	Abacá	Setores em Declínio	1997	2000	0,00007012	0,00005618
8443	Ropa interior p/ mujeres, niñas y bebés, de tejidos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00117667	0,00163337
0121	Tocino, jamón y otras cames de cerdo	Setores em Declínio	1997	2000	0,00091586	0,00179150
6538	Tejidos de fibras regeneradas, discontinuas .contenido < 85%	Setores em Declínio	1997	2000	0,00258563	0,00202606

Continuação

0344	Filetes de pescado congelados	Setores em Declínio	1997	2000	0,00577103	0,00700530
8947	Otros artículos para deportes y atracciones de feria, etc.	Setores em Declínio	1997	2000	0,01106869	0,01293213
8441	Camisas p/ hombres y niños, de tejidos	Setores em Declínio	1997	2000	0,01216188	0,01276907
4244	Aceite de almendra de palma	Setores em Declínio	1997	2000	0,00068095	0,00080659
6593	Alfombras de tejidos Kelim, Soumak y Karamanie	Setores em Declínio	1997	2000	0,00001587	0,00012942
0112	Carne ovina y caprina	Setores em Declínio	1997	2000	0,00161965	0,00233237
0452	Avena sin moler	Setores em Declínio	1997	2000	0,00042080	0,00027814
0421	Arroz con cáscara	Setores em Declínio	1997	2000	0,00010343	0,00128852
0240	Queso y cuajada	Setores em Declínio	1997	2000	0,00478622	0,00982878
8942	Juguetes para niños, juegos de salón, etc.	Setores em Declínio	1997	2000	0,03109482	0,04485822
0459	Mijo, alpiste, sorgo y otros n.e.p. sin moler	Setores em Declínio	1997	2000	0,00078363	0,00099242
8951	Artículos de oficina y papelería, de metales comunes	Setores em Declínio	1997	2000	0,00033480	0,00068619
8981	Pianos y otros instrumentos de cuerda	Setores em Declínio	1997	2000	0,00057608	0,00078336
7441	Carretillas automóviles	Setores em Declínio	1997	2000	0,00123316	0,00568357
7648	Equipo de telecomunicaciones, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00483002	0,00509752
8924	Tarj.postales/tarj.felic.ilust./calcomanías, impresas cualq.proce	Setores em Declínio	1997	2000	0,00087537	0,00092934
8482	Prendas y accesorios de vestir de materias plásticas o de caucho	Setores em Declínio	1997	2000	0,00164532	0,00299330
6592	Alfombras y tapices de punto	Setores em Declínio	1997	2000	0,00037631	0,00138289
7267	Otras máq. de imprimir y máq. y ap. auxiliares de imprenta	Setores em Declínio	1997	2000	0,00197878	0,00172756
6543	Tejidos de lana de ovino o de pelos finos de animal, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00033799	0,00076151
8121	Calderas p/ calefac. central	Setores em Declínio	1997	2000	0,00149429	0,00258200
6539	Tejidos aterciopelados y de oruga de fibras artificiales	Setores em Declínio	1997	2000	0,00032430	0,00040821
0483	Macarrones, espaguetis y similares	Setores em Declínio	1997	2000	0,00128754	0,00160984
2772	Abrasivos naturales, n.e.p.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00051763	0,00048811
3222	Otras variedades de hulla	Setores em Declínio	1997	2000	0,00040315	0,00854342
8994	Paraguas, bastones y artículos similares y sus partes	Setores em Declínio	1997	2000	0,00080821	0,00075757
2666	Cables para discontinuos de fibras sintéticas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00015148	0,00032199
5838	Intercambiadores iónicos del tipo de polimerización o copolímero.	Setores em Declínio	1997	2000	0,00006380	0,00022757
0223	Leche y crema frescas	Setores em Declínio	1997	2000	0,00094346	0,00173335
6594	Alfombras, esteras de lana o de pelos finos de animal	Setores em Declínio	1997	2000	0,00011725	0,00040402
2690	Ropa vieja y trapos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00035311	0,00033591

Continuação

8435	Blusas p/ mujeres, niñas y bebés, de tejidos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00263713	0,00278996
2712	Nitrato sódico natural	Setores em Declínio	1997	2000	0,00000026	0,00002318
2120	Pielles finas sin curtir	Setores em Declínio	1997	2000	0,00012550	0,00032216
2224	Semillas de girasol	Setores em Declínio	1997	2000	0,00019920	0,00035736
8429	Ropa exterior de otro tipo para hombres y niños, de tejidos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00125663	0,00249522
4235	Aceite de oliva	Setores em Declínio	1997	2000	0,00022051	0,00060113
7622	Radiorreceptores portátiles	Setores em Declínio	1997	2000	0,00028915	0,00090790
0460	Sémola y harina de trigo	Setores em Declínio	1997	2000	0,00012934	0,00013860
2871	Minerales y concentrados de cobre	Setores em Declínio	1997	2000	0,00066652	0,00106684
8811	Cámaras fotográficas; flash; sus partes y accesorios	Setores em Declínio	1997	2000	0,00140215	0,00156790
0013	Porcinos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00011140	0,00022064
8471	Accesorios de vestir, de tejidos	Setores em Declínio	1997	2000	0,00033187	0,00042714
6541	Tejidos de seda	Setores em Declínio	1997	2000	0,00016308	0,00013631
5241	Elementos químicos e isótopos,	Setores em Declínio	1997	2000	0,00011992	0,00046580
2875	Minerales de zinc y sus concentrados	Setores em Declínio	1997	2000	0,00001141	0,00002637
4314	Ceras de orig.anim.o veg.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,11541816	0,07281262
0813	Tortas de semillas oleaginosas+B3	Setores em Retrocesso	1997	2000	4,73875771	3,13217263
1213	Residuos de tabaco	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,08410379	0,05939253
1212	Tabaco desnervado	Setores em Retrocesso	1997	2000	1,80035052	1,34694452
6725	Desbastes cuadrados o rectang. y lláton	Setores em Retrocesso	1997	2000	2,69041845	2,22272647
0712	Extractos, esencias y concentrados de café y preparados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,38703201	0,28367599
4232	Aceite de soya	Setores em Retrocesso	1997	2000	1,31387260	0,43759755
6511	Hilados de seda	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,05224107	0,03685138
1211	Tabaco, sin desnervar	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,18839079	0,13885212
5114	Derivados sulfonados o nitrosados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,07061750	0,04926722
6673	Otr. piedras preciosas/semipreciosas en bruto, talladas s/engarze	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,23555613	0,19274002
0811	Heno y forraje	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,20765238	0,11747205
0723	Manteca y pasta de cacao	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,24938799	0,17360062
6575	Bramantes, cordeles, cuerdas y cordajes y sus manufacturas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,13476305	0,10670705
7831	Autobuses de pasajeros	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,45599529	0,38521462
5842	Nitratos de celulosa	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02278473	0,01611207

Continuação

2922	Goma y lacas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02511608	0,02020101
5221	Elementos químicos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,33705184	0,27011974
5513	Aceites esenciales	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,13771104	0,09209796
6871	Estaño y sus aleaciones, en bruto	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,13342212	0,07190299
0812	Residuos provenientes molienda maíz	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,05449703	0,02390450
7139	Partes y piezas sueltas p/motores de los subç. 7132, 7133 & 7138	Setores em Retrocesso	1997	2000	1,39424756	1,36056709
2614	Capullos y borras de seda	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01351665	0,00495837
7841	Chasis equipados con motores	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,14345025	0,10342971
6341	Maderas aserradas longitudinalmente	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,19279495	0,12179226
6960	Cuchillería	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,22594831	0,21562257
7223	Tractores orugas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,05072873	0,02343743
7428	Otras bombas p/ líquidos y elevadores de líquidos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,36704827	0,29386976
6727	Desbastes en rollos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,72462753	0,50456447
7234	Maquinaria de construcción y minería, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,68490000	0,52769802
4312	Aceites y grasas de orig. anim. o veg. hidrogen.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,04934618	0,03100721
6744	Planchas y chapas, sin más elab. que laminación espesor > 4.75mm	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,55719342	0,20012222
7211	Máq., aparat. y artef. agrícolas y hortícolas p/ trabajar suelos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,10415852	0,04987693
6415	Papel y cartón, en rollos o en hojas, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,62647302	0,46903264
6794	Manufacturas en bruto de hierro o acero colado	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,05674957	0,05184246
6576	Cascos y formas p/ sombreros	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00208332	0,00141907
8822	Películas/placas/papel fotográfico, impresionados o no, y revelad	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,43180658	0,36954771
7233	Apisonadoras de propulsión mecánica	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03147084	0,01802844
2512	Pulpa mecánica de madera	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01950040	0,01290919
7251	Máq. y ap. p/ fabricar pulpa celulósica y papel o cartón	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,08443491	0,02958736
6112	Cueros artificiales o regenerados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00462843	0,00421324
4234	Aceite de cacahuete (mani)	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01236873	0,00546657
5983	Productos químicos orgánicos, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,04525205	0,03972438
8952	Plumas, lápices y plumas fuentes	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,10460511	0,09060300
6259	Otros bandajes y cámaras de aire	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,11770485	0,08696882
5113	Derivados halogenados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,11581011	0,10087436
5146	Compuestos aminados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,18816677	0,13035527

Continuação

5722	Detonadores, mechas y cápsulas fulminantes	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00922449	0,00791084
5841	Celulosa regenerada	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01224031	0,00751509
6522	Tejidos de algodón blanqueados, mercerizados y teñidos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,31023270	0,28533910
5414	Alcaloides vegetales, naturales o reproducidos por síntesis	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02864407	0,02154205
7243	Máquinas de coser, sus partes y piezas sueltas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,11301129	0,06971809
7212	Maquinaria cosechadora y trilladora	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,23765208	0,10862901
0752	Especias (excepto pimienta y pimiento)	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02263412	0,02158504
7451	Herramientas y máq.-herram. neumáticas manuales (no-eléct.) y par	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,06610144	0,05937887
7162	Motores, generadores eléctricos y grupos electrógenos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,35726455	0,31768415
8442	Ropa interior (excepto camisas) p/ hombres y niños, de tejidos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03108856	0,02182974
7832	Tractores de carretera p/ semi-remolques	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,17129228	0,14973327
7429	Partes y piezas sueltas del grupo 742	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,11996985	0,08360662
7224	Tractores de ruedas (excepto partida 74411 y subgrupo 7832)	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,25992260	0,10883734
6745	Planchas/chapas, s/más elab. que laminación, 3 a 4.75 mm de espes	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,09047991	0,06779808
6783	Otros tubos (excepto conduc. hidroeléctricas de alta presión)	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,17012126	0,12356093
6118	Cueros, especialmente preparados o acabados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00736630	0,00571289
4313	Acidos grasos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02458404	0,02000255
2239	Harinas y sémolas de semillas o frutas oleaginosas, sin desgrasar	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00513872	0,00234572
6631	Piedras para pulir, amolar, afilar	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02931696	0,02139162
2472	Troncos no de coníferas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,10747544	0,06596019
6652	Obj. de vidrio p/servicios de mesa, cocina, escritorio, adornos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,06655786	0,05496370
6665	Vajilla y otr.art. uso doméstico o de tocador, de ctr.mat. cerámi	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02959403	0,02448502
7369	Partes y accesorios exclusivos p/a máq.-herramientas del grupo 73	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,09957825	0,06654805
6785	Accesorios de tubería	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,07796804	0,06126965
6861	Zinc y sus aleaciones, en bruto	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,11822803	0,05321566
7248	Máq. y ap. p/trab. pieles y cueros (inc. calzado); y partes, n.e.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01038938	0,00622681
8991	Artículos y manufacturas tallados o moldeados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00986952	0,00529906
5122	Alcoholes cílicos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01175366	0,00738306
6666	Obj. fantasía p/ornamentación de loza, porcelana u otr.mat.cérami	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03081398	0,02231590
6130	Peletería curtida	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02110654	0,01060595
6572	Tejidos de fibras aglutinadas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,06102418	0,04525917

Continuação

8999	Artículos manufacturados, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03979456	0,03692572
6954	Utiles intercambiables p/herramientas de mano o mec.- herramienta	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,13604675	0,12070302
6749	Otras planchas y chapas de hierro	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,29434570	0,16850702
5821	Fenoplastos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00945242	0,00825720
6921	Depósitos, cisternas, cubas y otros	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01238808	0,00931171
5921	Almidones y féculas, inulina y gluten de trigo	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01363313	0,01057661
6549	Tejidos, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00585133	0,00264177
7111	Calderas generadoras de vapor de agua	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02590273	0,00860419
6953	Otras herramientas de uso manual	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,07584930	0,06508693
6116	Cueros de otras pieles	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01750725	0,01093951
6115	Cueros de ovinos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02208391	0,01194659
5224	Oxídos metálicos de zinc/cromo/manganesa/hierro/cobalto/titánio/p	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02950515	0,02336325
6417	Papeles y cartones ondulados, estampados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,04076528	0,01937010
5222	Ácidos inorgánicos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,05316361	0,03754410
4249	Aceites fijos de origen vegetal, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00883174	0,00665164
6129	Otros artículos de cuero natural, artificial o regenerado	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00999686	0,00555364
7449	Partes y piezas del subgrupo 7442	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,17343396	0,11999275
4311	Aceites de orig. anim. o veg. cocidos, oxid., deshidr.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00918284	0,00300977
5826	Resinas de epóxidos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03863407	0,02207743
7782	Lámparas eléctricas, tubos, de rayos UV e IR, de arco	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,06467237	0,05900528
6911	Estructuras y partes de estructuras de hierro y acero	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,08647994	0,06883025
5721	Pólvora y otros explosivos preparados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00475057	0,00262855
0721	Cacao en grano	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,06351854	0,02133470
4113	Aceites, grasas y mantecas de origen animal, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02027785	0,00843133
7452	Otras máquinas no eléctricas y sus partes, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,18831687	0,13722328
5835	Copolímeros de cloruro de vinilo y del acetato de vinilo	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00611495	0,00162523
5834	Cloruro de polivinilo	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,15232766	0,07866224
5137	Ácidos monocarboxílicos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,07534663	0,06082473
7439	Partes y piezas de los subgrupos 7435 & 7436	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,08344707	0,06482812
6935	Telas metálicas, enrejadas, rejillas, tejidos para refuerzos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01345875	0,01128314
7244	Máquinas y aparatos para el hilado	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,04667890	0,02506452

Continuação

0914	Margarina y otras crasas comestibles n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01283545	0,00760410
5138	Ácidos policarboxílicos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,06493275	0,03893591
7442	Máquinas y aparatos de elevación	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,15180906	0,08528557
6992	Cadenas y sus partes, de hierro o acero	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02083857	0,01109861
7757	Aparatos electromecánicos de uso doméstico	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,05947645	0,05038271
6514	Hilados de fibras sintéticas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,10325402	0,07914301
5413	Antibióticos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,05044536	0,04426895
5162	Compuestos de función aldehido, cetona y cuincna	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02937905	0,02241315
2783	Sal común	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00931838	0,00624494
6512	Hilados de lana o de pelo animal	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03303108	0,02055753
0819	Otros alimentos preparados para animales, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,06262436	0,04852790
6571	Fieltro y artículos de fieltro	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00409322	0,00370163
6521	Tejidos de algodón sin blanquear ni mercerizar	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03441442	0,02147982
7138	Motores de combustión interna, de émbolo, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,04469854	0,03058329
5989	Productos y preparados químicos, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,20312074	0,18734147
2686	Desperdicios de lana de oveja, cordero y otros pelos de animales	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00158237	0,00062352
6542	Tejidos lana de ovino o de pelos finos, peso > 85%	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02515965	0,01185078
5839	Otros productos de polimerización y copolimerización	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,13453998	0,11680090
5827	Silicona	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01576161	0,01325042
2111	Cueros de bovinos y equinos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03827428	0,01525016
6560	Tules, encajes, bordados, cintas pasamanería y otros	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02923933	0,02090688
7361	Máquina-herramientas p/ cortar metales	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,08127486	0,05247244
5231	Sales y persales metálicas de ácidos inorgánicos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02322681	0,01510803
6664	Art. de uso doméstico o de tocador, vajillas de porcelana o loza	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01284405	0,00851590
6618	Mat. de construc.de asbestocemento y fibrocemento	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00502305	0,00435817
7119	Partes y piezas sueltas, n.e.p., p/ subgrupos 7111 & 7112	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00710051	0,00538154
7512	Máq. de calcular/contabilidad/franquear/emitir billetes y caj.reg	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03075651	0,01701116
5123	Fenoles y fenoles-alcoholes	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02087813	0,01189398
4242	Aceite de palma	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03541576	0,02073945
6635	Lanas de escorias, de roca y otras	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00785221	0,00517450
4236	Aceite de girasol	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00968397	0,00628647

Continuação

1222	Cigarrillos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,45306722	0,03866472
6821	Cobre y sus aleaciones, refinados y sin refinar, en bruto	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,16595468	0,04993103
6993	Acces. de metales comunes empleados en confección y art. de viaje	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00641302	0,00508706
2112	Pielles de becerro	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00789601	0,00109591
6517	Hilados de fibras regeneradas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02539414	0,00870689
1123	Cerveza	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03198538	0,01786166
0371	Pescado preparado o en conserva, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02586056	0,02166953
7413	Hornos industriales y de laboratorio, etc., y sus partes, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01998466	0,01409642
0440	Maíz sin moler	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,09367455	0,03195829
2681	Lana de oveja y cordero, grasienda	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02272674	0,00485566
7435	Centrifugadoras	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00693282	0,00289794
4239	Otros aceites fijos de origen vegetal, líquidos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00989718	0,00436165
7269	Part. y piezas, n.e.p., de máq.inc.part. 72631 y subc. 7254 y 726	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01329950	0,00888022
8998	Pequeñas manufacturas y artículos de tocador, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01512355	0,01086673
5154	Compuéstos sulfuro- orgánicos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03610627	0,01083411
0470	Otras sémolas y harinas de cereales	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00241562	0,00099924
5822	Aminoplastos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00461283	0,00345763
7284	Maq. y ap. mecánicos especiales p/determinadas industrias y parte	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,18828037	0,13935644
2659	Fibras textiles vegetales, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00296964	0,00012044
7822	Vehículos automotores especiales	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00895047	0,00739632
6595	Alfombras, esteras de mat. textiles artificiales	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01231820	0,00983845
5621	Abonos minerales o químicos nitrogenados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03667214	0,01336005
5411	Provitaminas y vitaminas, naturales	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01461087	0,00932903
8483	Prendas de vestir de peletería	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00636917	0,00208929
8742	Inst. de dibujo, trazado y sus partes	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,04163128	0,03520036
7511	Máq. de escribir y máq. para autenticar cheques	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01540314	0,00041899
8933	Art. de adorno y objetos p/ el arreglo personal en mat. plásticas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00050133	0,00022395
7239	Partes y piezas sueltas, n.e.p., (p/maq. y eq. cat. 72341 a 7234	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01366118	0,00853805
6811	Plata, en bruto	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01170462	0,00905691
7853	Sillones de ruedas p/ inválidos, motorizados o no	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01767024	0,01463111
6536	Tejidos de fibras regeneradas, discontinuas, contenido > 85%	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01241121	0,00189311

Continuação

6419	Papel y cartón convertidos, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00395146	0,00288161
0546	Legumbres congeladas o conservadas temporalmente	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01469025	0,01308288
6863	Zinc y sus aleaciones, labrados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00218255	0,00145734
0118	Otras carnes o despojos comestibles	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00211476	0,00128533
7246	Máquinas y aparatos auxiliares p/ mac.textil	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00628055	0,00379868
2820	Chatarra de hierro y acero	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03592568	0,01427317
6411	Papel de periódico	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02910368	0,01721821
7758	Aparatos electrotérmicos, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02784646	0,02573149
5837	Acetato de polivinilo	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00334696	0,00126410
6253	Neumáticos p/ aviones	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00047352	0,00022253
6534	Tejidos de fibras sintéticas discontinuas, contenido < 85%	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01376764	0,00797225
0565	Legumbres preparadas o en conserva, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01005433	0,00674449
0913	Mantequilla y otras grasas de cerdo y aves de corral	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00041086	0,00021520
6999	Prod. s/manuf. y art. de tungsteno/molibdeno/tántalo/magnesio	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00537810	0,00327703
6597	Trenzas y artículos similares	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00195279	0,00041692
0542	Leguminosas secas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00777163	0,00290466
6330	Manufacturas de corcho	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00327192	0,00143358
0814	Harinas de carne, o pescados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00637209	0,00265458
7129	Partes y piezas sueltas p/ subgrupo 7123	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00508302	0,00196169
7412	Quemadores	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00224621	0,00117967
6852	Plomo y sus aleaciones, labrados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00043951	0,00019762
6535	Tejidos de fibras regeneradas continuas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00341990	0,00194558
3353	Brea y coque de brea	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00042189	0,00024788
7268	Máq. y ap. p/ encuadernar, partes y piezas sueltas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00147566	0,00100611
2114	Pielles de cabra y cabritilla	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00047453	0,00002823
8481	Prendas y accesorios de vestir de cuero	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01132008	0,00616493
7163	Convertidores rotativos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00033013	0,00008570
0561	Legumbres secas/deshidratadas/evaporadas (exc. las leguminosas)	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00874006	0,00112530
8812	Cámaras cinematográficas, proyectores; partes y accesorios, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00060979	0,00045134
7742	Aparatos de rayos X	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01212747	0,00630400
2732	Yeso natural y calcinado	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00095787	0,00068991

Continuação

8842	Gafas y monturas de gafas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00595821	0,00486868
1221	Cigarrillos y charutos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00415843	0,00090202
8852	Relojes de mesa o de pared y sus mecanismos y partes	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,01368101	0,00367463
2687	Lana de oveja/cordero/otros pelos de animales, cardados/peinados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00101862	0,00022977
2634	Algodón cardado o peinado	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00032543	0,00005594
2927	Flores y follaje, cortados	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00460153	0,00366669
6591	Linóleos y similares para suelos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00032306	0,00013183
8423	Pantalones y prendas análogas p/ hombres y niños, de tejidos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,04756416	0,01286139
8310	Bolsas, maletines, maletas, etc	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02003160	0,01281006
2320	Caucho natural	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00454067	0,00242202
2225	Semillas de sésamo	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00041622	0,00027466
7932	Buques y embarcaciones civiles	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,03457474	0,00648752
9410	Animales vivos, n.e.p., (incluido los de parques zoológicos)	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00034398	0,00026097
8484	Sombreros y guarniciones p/ los mismos, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00209933	0,00167845
2117	Pielles de oveja y cordero sin su lana	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00277525	0,00016825
6545	Tejidos de yute	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00014387	0,00006078
7245	Telares y máquinas para tejer	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00393295	0,00185096
8421	Sobretodos y otros abrigos p/ hombres y niños, de tejidos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00165308	0,00061877
8433	Vestidos p/ mujeres, niñas y bebés, de tejido	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00192667	0,00154404
5157	Sulfamidas, sulfonas y sultamas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00459628	0,00072188
2667	Fibras sintéticas cardadas o peinadas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00122209	0,00008380
8424	Americanas/chaquetas lig. y prend. anáл. p/hombres/nños, tejidos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00317817	0,00094484
3221	Antracita	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00064980	0,00022188
1121	Vino de uvas (incluido el mosto)	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02219375	0,00410991
2734	Cantos y piedras trituradas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00054751	0,00025922
0011	Bovinos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00267557	0,00092389
6532	Tejidos de fibras sintéticas discontinuas, contenido >85%	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00061901	0,00054550
5843	Acetatos de celulosa	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00039323	0,00009114
8422	Trajes completos para hombres y niños, de tejidos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00743384	0,00054021
2923	Fibras vegetales empleadas en cestería o espartería	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00007729	0,00003233
2640	Yute y otras textiles de liber,n.e.p.,en rama o elaboradas pero s	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00004287	0,00001357

Continuação

8431	Abrigos y chaquetas p/ mujeres, niñas y bebés, de telos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00171302	0,00093846
8432	Trajes sastre y conjuntos, p/ mujeres, niñas y bebés, de telos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00024928	0,00016636
0482	Malta, tostado o no	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00047955	0,00015095
5623	Abonos minerales o químicos potásicos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00138609	0,00055465
7524	Unidades de almacenamiento digital central (principal)	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00772707	0,00722825
0412	Otro trigo sin moler	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02413047	0,00089584
2116	Pielles de oveja y cordero con su lana	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00051151	0,00002963
8851	Relojes de bolsillo y de pulsera y sus mecanismos y cajas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00226709	0,00125633
0224	Leche y crema, conserv. concentr.o edulcoradas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00667362	0,00055226
3224	Turba	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00011183	0,00004143
0430	Cebada sin moler	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00034809	0,00016462
8941	Cochecitos para niños y sus partes, n.e.p.	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00008439	0,00005125
2713	Fosfatos de calcio naturales	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00148495	0,00008146
0012	Ovinos y caprinos	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00106988	0,00003650
4243	Aceite de coco (copra)	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00408541	0,00005178
6851	Plomo y sus aleaciones, en bruto	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00039390	0,00005447
4111	Grasas y aceites de pescado	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00004287	0,00001379
0411	Trigo duro, sin moler	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,02249011	0,00011001
7612	Receptores de televisión en monocromo	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00006883	0,00001387
3415	Gases de carbón, de agua, pobre y otros similares	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00000274	0,00000004
2814	Piritas de hierro tostadas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,07225409	0,00000001
5249	Otras materias radiactivas y conexas	Setores em Retrocesso	1997	2000	0,00001603	0,00000041

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de comércio exterior da ONU - software TradeCan 2002.